

# FOUCAULT E MÍDIA

## Entre pirotecnias e reflexões

Francisco Viéira da Silva  
José Domingos  
Tânia Maria Augusto Pereira  
(orgs.)



eduepb

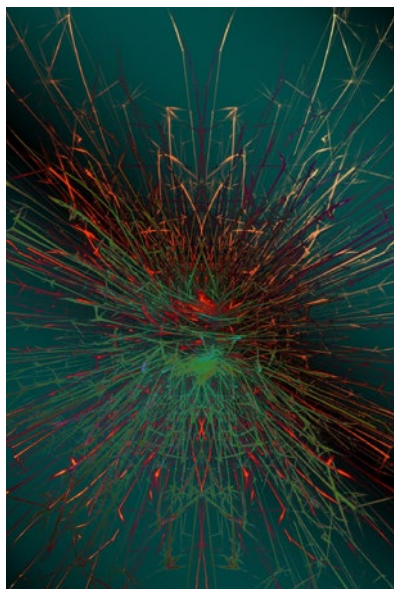


TEOSSENO

# FOUCAULT E MÍDIA

## Entre pirotecnias e reflexões

Francisco Vieira da Silva, José Domingos  
Tânia Maria Augusto Pereira  
(orgs.)



TEOSSENO



Campina Grande, 2022. 2a edição



**Universidade Estadual da Paraíba**

Profa. Célia Regina Diniz | Reitora

Profa. Ivonildes da Silva Fonseca | Vice-Reitora



**Editora da Universidade Estadual da Paraíba**

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB) | *Diretor*

### **Conselho Editorial**

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

José Tavares de Sousa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

### **Conselho Científico**

Afrânio Silva Jardim (UERJ)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPA)

Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Diego Duquelsky (UBA)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPA)

Germano Ramalho (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPA)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Maria Creusa de Araújo Borges (UFPA)

Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)

### **Expediente EDUEPB**

*Design Gráfico e Editoração*

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

*Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

*Divulgação*

Danielle Correia Gomes

Gilberto S. Gomes

*Comunicação*

Efigênio Moura

*Assessoria Técnica*

Walter Vasconcelos



**Editora indexada no SciELO desde 2012**



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

**Editora filiada a ABEU**

**EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

# FOUCAULT E MÍDIA: Entre pirotecnias e reflexões

Organizadores:

Francisco Vieira da Silva, José Domingos  
Tânia Maria Augusto Pereira

2022. 2a edição. 200p.



Coedição

**MARCA DE FANTASIA**

Rua João Bosco dos Santos, 50, apto. 903A

João Pessoa, PB, Brasil. 58046-033

marcadedefantasia@gmail.com

<https://www.marcadedefantasia.com>

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia, CNPJ 09193756/0001-79 e do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais, projeto de extensão do Departamento de Mídias Digitais da UFPB

Editor/designer: Henrique Magalhães

Conselho da editora Marca de Fantasia:

Adriano de León - UFPB	Marcelo Bolshaw - UFRN
Alberto Pessoa - UFPB	Marcos Nicolau - UFPB
Edgar Franco - UFG	Marina Magalhães - UFAM
Edgard Guimarães - ITA/SP	Nilton Milanez - UESB
Gazy Andraus - FAV-UFG	Paulo Ramos - UNIFESP
Heraldo Aparecido Silva - UFPI	Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP
José Domingos - UEPB	Waldomiro Vergueiro - USP

Imagem da capa: fireworks-725146\_1920 in <https://www.pexels.com/>

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

F762

Foucault e mídia: entre pirotecnias e reflexões / Organizadores Francisco Vieira da Silva, José Domingos, Tânia Maria Augusto Pereira. – 2. ed. – Campina Grande/PB: Eduepb, João Pessoa: Marca de Fantasia, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-65-86031-75-1

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Linguística. 3. Análise do discurso. 4. Linguagem e línguas. I. Silva, Francisco Vieira da (Organizador). II. Domingos, José (Organizador). III. Pereira, Tânia Maria Augusto (Organizadora). IV. Título.

CDD 410

Índice para catálogo sistemático

I. Foucault, Michel, 1926-1984: Linguística

# Série Linguagem e Discurso

Editores

José Domingos e Linduarte Pereira Rodrigues

## Conselho científico

Antônio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN	Francisco Vieira da Silva – UFERSA
Audria Albuquerque Leal – Univ. Nova de Lisboa	Gesiel Prado Santos – FHO
Aurea Suely Zavam – UFC	Juscelino Francisco Do Nascimento – UFPI
Camilo Rosa Silva – UFPB	Maria das Dores Nogueira Mendes - UFC
Edileide de Souza Godoi – UPE	Nilton Milanez – UEFS
Francisco Paulo da Silva – UERN	Valéria Severina Gomes – UFRPE

A série Linguagem e Discurso reúne pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Teosseno-CNPq da Universidade Estadual da Paraíba, bem como estudos de outros centros acadêmicos do Brasil e de outros países. Divulga estudos descritivos, analíticos e aplicados que vislumbram promover reflexões teóricas e práticas sobre o estudo do texto e seu impacto enquanto uso nas práticas institucionalizadas dos sujeitos na cultura e na história.

Desse modo, a série se inscreve, enquanto investimento científico, a partir da publicação de estudos do texto e do discurso, preocupando-se pelos diferentes acontecimentos sócio-históricos e culturais materializados, tematicamente, nos gêneros textuais e que possibilitam pensar também no desenvolvimento de metodologias para o ensino da linguagem.



Este livro é uma produção do grupo de pesquisa TEOSSENO -  
Teorias do sentido: discursos e significações da UEPB/CNPq

---

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CULTURA DO ESTUPRO E RESISTÊNCIA: sobre regimes enunciativos e subjetividades no dispositivo José Domingos Tânia Maria Augusto Pereira	12
A IMAGEM DA SEXUALIDADE EM RITMO DE FORRÓ Eliana Ismael Costa	28
“MEU PROBLEMA ERA FELICIDADE”: reflexões sobre uma composição de Luiz Tatit Antônio Fernandes Júnior Maurício Divino Nascimento Lima	40
DIAS MELHORES VIRÃO: cartografias do discurso do otimismo na mídia Francisco Vieira da Silva Claudemir Sousa	62
O SUJEITO CELEBRIDADE E A DISCURSIVIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA EM REVISTA: a inclusão na ordem do controle e do espetáculo Antonio Genário Pinheiro dos Santos Maria Eliza Freitas do Nascimento	79
PRÁTICAS DISCURSIVAS MIDIÁTICO-DIGITAIS E GESTÃO DA VIDA EM REDE: notas para o exercício (d)e leitura do arquivo Jefferson Campos	98

<b>HOMICÍDIOS REAIS E O NÓ NA REDE:</b> registros por câmera de celular no espaço digital Youtube.com Samene Batista P. Santana Nilton Milanez	119
<b>FASCISMOS EM REDE:</b> uma mirada nos discursos de ódio pelas mãos de Foucault Adriano de Léon	135
<b>DISCURSO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:</b> a democracia representativa no Brasil e o sujeito cidadão entre imagens, dizeres e silêncios Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro	160
<b>GOVERNO RELIGIOSO DA VELHICE:</b> experimentações da imprensa espírita brasileira Alarcon Agra do Ó	178
<b>SOBRE OS AUTORES</b>	195

## APRESENTAÇÃO

Numa das entrevistas concedidas ao pesquisador francês Roger Pol-Droit, Michel Foucault, instado a se definir, disparou: “Sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve para um cerco, uma guerra, uma destruição”. A fala de Foucault encontra eco no caráter subversivo de suas teorizações, as quais relativizam as certezas, evidências, destronando os conceitos de tradição e evolução. Partindo dessas ressonâncias foucaultianas, os textos desta coletânea, ao analisarem discursos e práticas da atualidade, empreendem micropirotecnias, na medida em que lançam luzes sobre fenômenos contemporâneos, os quais se encontram sensivelmente marcados pelo viés midiático, em seus múltiplos suportes e vitrines, provocando, portanto, certas convulsões nas obviedades e nas convicções estabelecidas.

Assim, o presente *e-book* encontra-se organizado em dez capítulos, os quais se encontram organizados da seguinte maneira. No primeiro artigo da coletânea, escrito por José Domingos e Tânia Maria Augusto Pereira, intitulado *Cultura do estupro e resistência: sobre regimes enunciativos e subjetividades no dispositivo*, os autores discutem o conceito de dispositivo na produção discursivo-midiática contemporânea que fala da violência contra as mulheres. Para tanto, os autores tomam como ponto de ancoragem a repercussão midiática proveniente da exposição na *web* de um estupro de uma adolescente de dezesseis anos, no Rio de Janeiro, em 2016.

No texto *A imagética da sexualidade em ritmo de forró*, de Eliana Ismael Costa, apresentam-se ponderações acerca da sexualidade em letras de música de forró. A autora interessa-se, de modo mais verticalizado, em abordar a vulgarização e banaliza-



ção de temas que circundam o campo do gênero e de sexualidades que destoam do modelo heteronormativo.

No capítulo de Antônio Fernandes Júnior e Maurício Divino Nascimento Lima, intitulado “*Meu problema era a felicidade*”: *reflexões sobre uma composição de Luís Tatit*, observa-se uma análise discursiva da letra da música “Felicidade”, composta por Luiz Tatit, e lançada em um CD homônimo no ano 1997. De acordo com os autores, os enunciados na letra da canção apresentam vários pontos de contatos com enunciados de outros discursos que agenciam e/ou mobilizam conceitos sobre a felicidade no contexto contemporâneo.

No artigo *Dias melhores virão: cartografias do discurso do otimismo na mídia*, Francisco Vieira da Silva e Claudemir Sousa descrevem e interpretam materialidades discursivas midiáticas que tomam o otimismo como um objeto de discurso, com o intento de investigar os tipos de subjetividade que advêm da produção desses discursos. Para tanto, os autores fundamentam-se da Análise do Discurso, a partir das reflexões provenientes de Michel Foucault a respeito do discurso, do enunciado, do saber, do poder e do sujeito.

Em seguida, no texto intitulado *O sujeito celebridade e a discursivização da deficiência em revista: a inclusão na ordem do controle e do espetáculo*, escrito por Antonio Genário Pinheiro dos Santos e Maria Eliza Freitas do Nascimento, os autores empreendem um gesto de leitura sobre capas da *Revista Incluir*, cujas edições apresentam a inscrição do sujeito celebridade na ordem da inclusão. Os autores analisam as estratégias midiáticas que, ao discursivizarem a inclusão, subjetivam o sujeito com deficiência e constituem um espaço de visibilidade para o sujeito celebridade.

O artigo seguinte, de autoria de Jefferson Campos, intitulado de *Práticas discursivas midiático-digitais e gestão da vida em*

*rede: notas para o exercício (d)e leitura do arquivo*, estuda as práticas discursivas midiático-digitais. De modo específico, o autor analisa os enunciados que subjazem à composição midiática do portal *Projeto Portinari* e da *homepage Museu Casa de Portinari*. No âmbito dos discursos acerca da acessibilidade cultural, o autor defende que o acesso à arte, como um efeito das políticas afirmativas de inclusão, interliga-se às tecnologias de governamentalidade contemporâneas.

Já no texto de Samene Batista P. Santana e Nilton Milanez – *Homicídios reais e o nó na rede – registros por câmera de celular no espaço digital youtube.com* – propõe-se a estudar a emergência de homicídios reais filmados por meio de celular e postados nas redes sociais e canal *youtube.com*. Assim, o artigo aborda as formas e condições históricas de aparecimento e de mobilização de vídeos de homicídios que coexistem em câmeras de celular e na rede digital *youtube.com*.

O capítulo de Adriano Azevedo Gomes de Leon, intitulado de *Fascismos em rede: um mirada nos discursos de ódio pelas mãos de Foucault*, analisa a irrupção de discursos fascistas na rede digital. Segundo o autor, tais discursos encontram eco em dizeres que preconizam a misoginia, a homofobia, a violência e o autoritarismo nas redes virtuais de interconexão social.

No artigo de Claudia Rejanne Pinheiro Grangeiro, intitulado *Discurso do Tribunal Superior Eleitoral: a democracia representativa no Brasil e o sujeito cidadão entre imagens, dizeres e silêncios*, tem-se a análise do papel do silêncio na constituição do discurso do TSE brasileiro sobre a democracia representativa e sobre o sujeito-cidadão no vídeo intitulado: “Campanha título de eleitor”. A autora toma como pressuposto teórico as teorizações desenvolvidas por Foucault, na interface com os estudos de Pêcheux, Courtine e Orlandi.

Por fim, o artigo de Alarcon Agra do Ó – *Governo religioso da velhice: experimentações da imprensa espírita brasileira* – aborda as práticas que instauram regimes de governamentalidade para a velhice, tendo como *corpus* de análise um texto veiculado num periódico espírita brasileiro. O autor defende que esse periódico acaba por fixar uma identidade para o sujeito idoso e, em paralelo, regula a vida biológica e moral da população.

Ao término desta apresentação, desejamos uma boa leitura para os que se interessarem pela obra, uma leitura que nos permita entender que os respingos da obra foucaultiana atravessam os limites do tempo, causando fissuras no processo de reflexão a respeito dos saberes e poderes que nos constituem.

Os organizadores

# CULTURA DO ESTUPRO E RESISTÊNCIA:

sobre regimes enunciativos e subjetividades no dispositivo

 José Domingos

 Tânia Maria Augusto Pereira

**A**dolescente de 16 sofre estupro coletivo no Rio de Janeiro e a violência é exposta na internet em vídeos publicados pelos próprios criminosos. As imagens ganharam instantaneamente o domínio irrefreável das redes sociais. Na sequência, vemos emergir nesse espaço midiático a expressão “cultura do estupro”. Logo, o termo tornou-se a temática dos principais noticiários e veículos de informação do país. Neste artigo, partimos dessa emergência enunciativa para refletirmos sobre o funcionamento do conceito de *dispositivo* na produção discursivo-midiática contemporânea que fala da violência contra as mulheres. Em seguida, tomamos os dizeres de outro lugar enunciativo que também nos fala da mulher, mas pelas linhas de subjetividade do dispositivo, como resistência: o discurso da *Marcha das Vadias*.

## A rede do dispositivo

Para desenvolver nossa discussão sobre como a noção de dispositivo funciona na produção discursivo-midiática, que na contemporaneidade evidencia a violência contra as mulheres,

---

José Domingos é Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba.

Tânia Maria Augusto Pereira Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba.

recorremos às ideias de Michel Foucault em torno daquilo que ele pensou como dispositivo. Todavia, é preciso observar que mesmo o conceito de dispositivo não estando explicitamente delineado na produção formal foucaultiana, ele torna-se produtivo para aquele pensador no momento em que seu método e objeto de análise foram mudando a ênfase do aspecto arqueológico para o genealógico e dos saberes para os poderes, respectivamente. Nessa mudança de perspectiva, o dispositivo passa a ser o objeto mesmo da descrição genealógica. No interior do dispositivo, permeado por técnicas de saber e mecanismos discursivos, há não só a ordem epistêmica que determina o dizível e o enunciável de uma época, senão relações de força que determinam processos funcionais em relação aos elementos heterogêneos que, em rede, engendram a própria existência do dispositivo.

Quando expõe sobre a função metodológica do dispositivo, Foucault (2001, p. 138) o define como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Neste sentido, o dispositivo vai além dos limites das práticas discursivas estudadas na *Arqueologia*: “em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo”. Na heterogeneidade de seus constituintes, o dispositivo faz funcionar um diversificado jogo de relações estratégicas no contexto de uma demanda histórica específica.

Refletindo sobre este conceito capital dos pressupostos foucaultianos, Deleuze (1990) refere-se ao dispositivo como um conjunto complexo entrecortado por linhas de natureza diversas. A cadeia de variáveis que tem lugar na coexistência das diversas linhas – dimensões, curvas, regimes – do dispositivo confere a este elemento um caráter móvel no qual suas instâncias não possuem contornos definidos de uma vez por todas. É nesse sentido

que o dispositivo é pensado em termos de “linhas que se movimentam”. Linhas que não somente o compõem, mas que atravessam o dispositivo em diagonal, pois assim nele há linhas que são de sedimentação, há também linhas de “fissura”, de “fratura”.

Ainda pensando a partir de Foucault, Deleuze destaca as dimensões da visibilidade e da enunciação como constitutivas do dispositivo. São as linhas do visível e do enunciável que definem regimes em cuja historicidade estão as condições para a emergência destes ou daqueles saberes, sujeitos, objetos. Em outros termos, é a maneira como o dispositivo distribui o que é visto e o que é dito num dado momento, seus regimes de visibilidades e de enunciações que garante a existência dos objetos discursivos em cada formação histórica. Dessa forma, é sempre no interior de um dispositivo que o sujeito, enquanto efeito de uma produção histórica, tem sua existência instituída e transformada através da formação última do dispositivo: o discurso.

Como já fora destacado por Veyne (1998), o discurso atravessa todos os constituintes de um dispositivo. Este que, por sua vez, “mistura, pois, alegremente coisas e ideias”, assim como tudo o mais que o compõe. É o discurso que, arrastado pela história, atua no delineamento constante das fronteiras históricas do dispositivo. E segundo Foucault (2001), se nós, sujeitos na/da história pertencemos a dispositivos e neles agimos, nossa ação, entendida como prática, neste caso se dá em conformidade com os regimes enunciativos possibilitados pelas questões trazidas à tona por determinado dispositivo.

Recorremos à noção foucaultiana de dispositivo a fim de compreender como nosso objeto discursivo tem sua existência instalada nas rupturas da história, no limiar de que atualidade assentam-se as regras que permitem enunciar discursos sobre o sujeito mulher na sua relação com o próprio corpo bem como a violência que historicamente recai sobre a mesma. Para compreendermos

como se relacionam estas questões, tomamos fragmentos enunciativos que circularam na mídia por ocasião do estupro coletivo praticado contra uma adolescente na cidade do Rio de Janeiro.

“A cultura do estupro” (*Carta Capital*), “6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro” (*Galileu*), “Afinal, o que é a cultura do estupro e o que ela tem a ver com você?” (*Marie Claire*), “A cultura do estupro que condena as mulheres ao medo no Brasil.” (*El País*). Representando veículos de comunicação com abordagens editoriais distintas, estes enunciados sintetizam a produção discursiva que irrompeu na mídia em geral após o episódio do crime contra a jovem.

Nesta série enunciativa chama atenção a regularidade do elemento linguístico “cultura do estupro”. Expressão, até então, inusual, se não, desconhecida dos falantes da língua, ‘cultura do estupro’ irrompe nos dizeres das mídias e instantaneamente passa a fazer parte das conversas e do debate social. Dentre os enunciados acerca desse acontecimento mobilizados nas mídias, o da *cultura do estupro* vai reverberar, tornar-se um objeto discursivo. Se conforme Deleuze (1990), a função primeira do dispositivo é responder a certa urgência histórica, podemos nos perguntar como isso se dá em relação ao discurso que passa a se constituir sobre a questão da cultura do estupro? E mais, sob que condições é possível discursivizar a cultura do estupro em nossa atualidade?

Para entender a emergência histórica de enunciados que falam sobre cultura do estupro é fundamental observar que tal irrupção acontece no interior de um dispositivo – podemos considerar neste caso o dispositivo da sexualidade, conforme as fundamentações foucaultianas – que ao longo da história ocidental tem reservado um lugar de sujeito específico para a mulher. Dentro da teia de elementos que esse dispositivo agencia algumas práticas, ideias e conceitos sobre a mulher são culturalmente normatizados. Materializam-se em práticas machistas, sexistas

e misóginas, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro, inclusive feminicídio.

Segundo a *ONU Mulheres*<sup>1</sup>, cultura do estupro é “o termo usado para abordar as maneiras que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento. Ou seja: quando a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima, significa que existe uma cultura do estupro”. A reação a este dado de nossa historicidade vem na forma de uma produção discursiva que passa a problematizar a prática cultural que legitima certa violência contra a mulher. Dentro da socialização do tema nas mídias, a linha de visibilidade do dispositivo torna possível outras formas de ver o sujeito mulher, na liberdade com a sexualidade e o próprio corpo.

Figura 1. Postagens



Fonte: <http://www.ebc.com.br/>

Ao lado do que se vê sobre a mulher, o jogo entre o que se diz e o que se oculta, ou seja, os regimes de enunciabilidade do dispositivo também se transformam. Como vemos na Figura 1, alguns

1. Disponível em <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>



dizeres sedimentados culturalmente sobre a mulher são confrontados nas relações de força que tecem a rede do dispositivo. Portanto, se o dito e o não dito são constitutivos do dispositivo e isso não se dá sempre numa única direção, mas se alterna nos jogos de poder. Eis então as condições para que antigas formas de enunciar o sujeito mulher passem a derivar discursivamente.

Nas redes sociais, a *hashtag* “#Não à cultura do estupro” ressignifica enunciados cujo funcionamento histórico serviram como lastro para práticas de violência contra as mulheres. Não obstante, o jeito de uma mulher dançar, o quanto ela bebeu, quantos homens namorou seriam, numa construção discursiva que ora se discute, índices de uma culpabilidade feminina face aos atos de violência que lhe são praticados. Todavia, o sujeito que agora enuncia se apropria do mesmo discurso que o desqualifica para se projetar além dele: é o mover-se pelas linhas de fuga do dispositivo. Isto é, a liberdade da mulher com a sexualidade e o próprio corpo deve parecer antes um modo de sua existência, jamais um instrumento de transferência à vítima a culpa de seu algoz.

Diante do exposto, observamos o funcionamento do dispositivo que busca atender a uma urgência do nosso momento histórico: a mulher que se levanta à violência socialmente naturalizada sobre ela. E para se reposicionar estrategicamente na dinâmica do dispositivo, posto que só existimos e agimos dentro dele, o sujeito aciona outras relações de poder, conecta todas as dimensões do dispositivo: como uma linha de fuga, é afetado, mas também modifica, as linhas de visibilidade, da enunciabilidade e as linhas de força que tencionam o dispositivo. Mas o sujeito mulher que discursiviza a cultura do estupro é o resultando de uma série de relações que se dão na experiência com o outro. É o que assegura a dinamicidade do dispositivo, é o vetor da resistência.

Nesse sentido, estamos diante da quarta linha do dispositivo, conforme descreve Deleuze (1990), qual seja a curva da subjetivi-

dade. Afinal, os modos de existência do sujeito são constitutivos do dispositivo. Assim, as subjetividades atravessam o dispositivo, são, em último caso, um efeito deste.

### Estratégias de resistência:

#### o discurso do corpo na *Marcha das Vadias*

Temos mostrado até aqui como o dispositivo é um conceito operatório para compreendermos os discursos da contemporaneidade que problematizam a cultura do estupro contra as mulheres. Nesta segunda parte, mobilizamos a noção de dispositivo para entendermos a questão das subjetividades, como elas se constituem enquanto resistências que atuam como linhas de fuga do dispositivo.

Em janeiro de 2011, várias mulheres foram estupradas na Universidade de Toronto, no Canadá<sup>2</sup>. Um policial, Michael Sanguinetti, que havia sido convidado para dar uma palestra sobre segurança, orientou que as mulheres evitassem se vestir como “vadias” para não serem estupradas. Traduzido do inglês *shut*, o termo “vadia” foi usado de modo pejorativo pelo policial na sua explanação, e repercutiu na mídia, mobilizando os movimentos feministas que afirmaram ser falsa a crença de que as mulheres vítimas de estupro são responsáveis pelo crime (VALENTE; MARCINIK, 2014).

A partir deste acontecimento, indignadas com o discurso do policial, cerca de três mil mulheres saíram às ruas protestando contra a crença de que as mulheres são vítimas de estupro devido às roupas que vestem, e reivindicando igualdade entre gêneros e respeito às mulheres. Assim, nasceu o movimento internacional *Marcha das Vadias*, que já foi realizado em cerca de 200 cidades

---

2. Informação disponível no blog: <http://marchavadiascampinas.wordpress.com/por-que-marchamos/>

no mundo<sup>3</sup>. Esse movimento se desenvolveu com uma abrangência mundial, sempre reivindicando o direito das mulheres sobre o próprio corpo e denunciando a violência e a opressão sobre elas. No Brasil, expandiu-se em 2012, com a realização de manifestações em diversas cidades.

Para Chaves (2013), o que desperta a atenção no movimento *Marcha das Vadias* é a presença de uma característica recorrente: o uso do corpo como protesto de mulheres que escrevem sobre ele. O discurso sobre o corpo é costurado ao próprio uso do corpo, que interage com as palavras escritas em sua superfície, significando-as e significando-se. Ao analisar o movimento, a autora faz uma observação sobre as palavras que nomeiam o movimento:

A palavra “Marcha” remete a disciplina, ordem, corpos que obedecem aos movimentos firmes e compassados de um desfile militar. A segunda, “Vadia”, remete à vulgaridade, desordem, imoralidade, promiscuidade. Dois opostos que se juntam resultando na aparição do corpo feminino travestido com elementos que historicamente o sensualizam e ao mesmo tempo, no aqui e agora da Marcha, o politizam (CHAVES, 2013, p. 8).

A *Marcha das Vadias* é uma das manifestações sociais de maior sucesso dos últimos vinte anos, com repercussão expressiva mesmo em países considerados culturalmente machistas, como o Brasil. Durante as Marchas, mulheres conduzem cartazes com palavras de ordem que objetivam atrair a atenção da sociedade à discriminação, violência e abuso sexual.

Como uma das características da manifestação, as mulheres costumam se vestir de modo irreverente. Com saltos altos, minissaias, *lingeries* ou, até mesmo, seminuas, as participantes criam

---

3. Dado obtido no site: [http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/216256\\_O+NOVO+FEMINISMO/3](http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/216256_O+NOVO+FEMINISMO/3)

um impacto em torno do propósito da manifestação: denunciar a violência machista. Ao pontuar as características da *Marcha das Vadias*, Silva Júnior (2013, p. 128) elenca “a irreverência, as cores, os corpos pintados, os cartazes com slogans irônicos e provocativos, além dos discursos e gritos de guerra que discutem abertamente temas tabus”.

Em um passado distante, o corpo era visto como separado da alma e dominado pela ideologia cristã. Na contemporaneidade, essa separação não existe mais e o corpo está sob a dominação de uma ideologia capitalista. Atualmente o corpo assume outro estatuto: é objeto de estudo e de representações que atingem desde os discursos científicos, passando pela arte e pela religião, até os discursos de resistência em movimentos sociais contemporâneos, como, por exemplo, a *Marcha das Vadias*, considerado uma prática de resistência dentro de um potencial ético-político, uma possibilidade de escapar da norma, de subverter o esperado, uma resistência ao instituído no que tange ao uso do corpo feminino em relação às práticas políticas.

Figura 2. A resistência no corpo



Fonte: <http://www.rolandia190.com.br/2015/07/curitiba-tem-5-edicao-da-marcha-das.html>

Na *Marcha das Vadias* as mulheres lutam contra a violência sexual, marcham com seus corpos e escrevem sobre ele, no sentido de quem escreve em sua superfície e a respeito dele. Um “corpo mensagem”, palavra colada ao corpo que veicula e é veiculado. Unidos e misturados, enunciado e corpo se imbricam numa coisa só: a resistência na pele como está evidente na Figura 2. O discurso luta e resiste materializando-se na linguagem e no corpo, o que nos leva a considerar o corpo como um lugar de inscrição do sujeito.

Vivemos em tempos de resistências, nos quais os sujeitos tentam combater a hegemonia ideológica que visa impor uma forma sujeito ideal, fortemente construída pelo corpo. No entremeio desses efeitos ideológicos se constitui o discurso das militantes do movimento social feminista *Marcha das Vadias*.

Figuras 3. Manifestantes na Marcha das Vadias



Fonte: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/05/>

O discurso de resistência é concebido para combater o discurso machista. A violência, tema motivador do movimento, é denunciada nas mensagens a partir da crítica ao machismo presente na sociedade, que legitima práticas como a agressão e o estupro e culpa as mulheres pela violência que sofrem. Na Figura 3 são apresentados enunciados que remetem a casos de assédios sofridos no cotidiano pelas mulheres. Quando uma mulher recebe cantada na rua, as pessoas consideram que ela colabora para que isso ocorra ao usar roupas curtas e sensuais ou batom vermelho.

No discurso machista a mulher é vista como um ser doméstico, que deve ficar em casa para cuidar da família. Quando ela não tem esse comportamento acaba sendo culpada pela sociedade. A cultura do estupro defende que a culpa sempre é da vítima, nunca do criminoso. Em entrevista à revista Galileu, a feminista Izabel Solyszko<sup>4</sup>, doutora em Serviço Social e professora na Universidade Externado de Columbia, em Bogotá, pontua que as mulheres são historicamente tratadas como “sujeitos de segunda categoria”. A professora defende que falar de cultura de estupro é resgatar uma cultura machista que estupra e mata as mulheres. Na opinião da feminista, para enfrentar o problema da violência de gênero, é fundamental uma educação não sexista, que educa seres humanos e não meninas ‘princesas’ e meninos ‘machinhos’.

Foucault assinala que o corpo “está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2009, p. 28). Nesse sentido, o corpo feminino é um nó em uma complexa rede de relações de poder e dominação que marcam as práticas sociais e ditam o que pode e

---

4. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/6-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-cultura-do-estupro.html>

deve ser dito, assim como o que pode e deve ser vestido. Podemos dizer que nas manifestações da *Marcha das Vadias* as mulheres fazem de seus corpos uma mídia que constitui uma arma na luta pela emancipação, pela igualdade, pela paridade e, mais que tudo, pelo respeito e integridade.

O corpo feminino é objetivado pelo olhar de fora, pelo olhar do outro. Como o corpo dessas mulheres é visto pelo olhar dos outros? Os corpos são práticas de subjetivação. Através dos corpos as mulheres dizem algo, discursivizam, resistem ao discurso machista que impera na sociedade. A marcha dessas mulheres é um espaço de formação identitária.

No discurso da *Marcha das Vadias* o corpo aparece como uma materialidade que significa. Corpo e linguagem deixam-se perceber como materialidades, objetos que participam fortemente do discurso de resistência, como lugares em que o sujeito contemporâneo se inscreve e deixa marcas de seu dizer. O corpo é apresentado como “grito de guerra”, como registro da busca por liberdade de sujeitos que levantam a bandeira feminista e trazem em seu discurso marcado no corpo, saberes de uma memória discursiva que historiciza sentidos na luta daqueles que estão à margem da sociedade ao longo dos tempos.

Quando o sujeito mulher se assume como *vadia* (Figura 4), mobiliza saberes de outro lugar, que irrompem em seu discurso e instauram uma polêmica. Na imagem do cartaz, convocando para a realização de uma manifestação, o convite à luta se faz presente e ganha força ao ser lido no corpo feminino. “Luta” e “vadia” são palavras recorrentes nas manifestações e contribuem para a afirmação da identidade do movimento.

Configura-se uma nova discursivização dos sentidos, deslocando o sentido pejorativo e preconceituoso, resultante do uso da palavra “vadia” pelo sujeito inscrito numa formação discursiva machista para resistir e fazer produzir o sentido, no interior da formação dis-

cursiva feminista, de luta, de possibilidade que, pela relação pessoal com o seu corpo, esse sujeito possa sentir-se livre do preconceito e do controle social representado pelo discurso machista.

Figura 4. Cartaz para Marcha das Vadias



Disponível em <http://www.blogclosetmagico.com/2013/05/marcha-das-vadias-belo-horizontemg.html>

A exposição do corpo seminu (Figura 4), provocativo e irreverente, constitui uma forma de resistência traduzida na inscrição do enunciado “usar meu corpo para lutar”. Qualquer palavra inscrita sobre o corpo pode significá-lo. Uma significação que segue a lógica do “eu coloco no meu corpo aquilo o que eu quiser” e assim o sujeito percorre caminhos (im)previstos entre o novo - usar o corpo para lutar, discutir política, ser feminista - e o já dito - rebolar sem pudor, transar na primeira noite, usar decote.

Considerando a afirmação foucaultiana de que “onde há poder há resistência”, nos interessa compreender a resistência não como efeito do poder, mas como uma força que se opõe ao



exercício de um poder que é, sobretudo, produtivo. Em poucas palavras, a genealogia do acontecimento se mostra como um caminho profícuo para problematizar a relação entre resistência e poder no interior do pensamento de Foucault (2010) porque considera o caráter heterogêneo e contingente da história.

Pensando as relações entre o sujeito e o poder, Foucault (2010) propõe analisar as formas de resistência, entendendo-as como “catalisadores químicos” que permitem colocar em evidência as relações de poder, ver onde elas se inscrevem, descobrir os seus pontos de aplicação e os métodos que elas utilizam. Para compreender em que consistem as relações de poder é necessário analisar as formas de resistência e os esforços desenvolvidos para tentar dissociar essas relações.

Relações de poder e estratégias de luta constituem uma espécie de limite permanente, um ponto de reversão possível. Ao mesmo tempo, elas constituem uma fronteira: não é possível haver relação de poder sem pontos de insubmissão que, por definição, lhe escapam. Em suma, toda estratégia de afrontamento sonha em transformar-se em relação de poder; e toda relação de poder tende a tornar-se estratégia “vitoriosa”.

Considerando os aspectos contra hegemônicos presentes no movimento e nos meios informais de expressão utilizados pelas participantes, pode-se caracterizar a *Marcha das Vadias* como uma manifestação de grupos culturalmente marginalizados, identificados pela luta contra desigualdades de gênero. Além disso, considera-se que as estratégias de luta do movimento se aproximam das práticas de grupos erótico-pornográficos, ao pautarem a exposição do corpo como prática de resistência cultural e produzirem mensagens de caráter sexual pautadas pela liberdade e autonomia sexual, em tom irônico e irreverente.

## À guisa de conclusão

Quando definimos dispositivo sob a ótica foucaultiana observamos um pressuposto no qual, enquanto sujeitos históricos, conduzimos nossas práticas e, conseqüentemente, nossa existência a partir dos regimes enunciativos possibilitados pelas questões que emergem num dado dispositivo. Assim, neste artigo atestamos o caráter operacional do conceito de dispositivo para compreendermos a produção discursiva que eclode nas mídias a partir de acontecimentos sociais. Nos exemplos que trouxemos, observamos como os discursos sobre a cultura do estupro e a Marcha das Vadias ganham existência atendendo a uma urgência de dado momento histórico. Qual seja, que mulheres não sejam mais submetidas à violência sexual, tampouco tenham que se ver culpabilizadas pela força dessa prática que recai sobre elas. Que possam ser livres para usar o próprio corpo e a sexualidade como lhes convém, autoproclamando-se, inclusive, ‘vadias’.

Compreendemos que na resistência dessa mulher se delinea o vetor para a construção da subjetividade, esta, sempre um efeito do dispositivo. Por sua vez, o dispositivo é atravessado pelas subjetividades que nele próprio são urdidas. As mulheres que dizem não ao estupro, as vadias que resistem ao machismo e à misoginia são novos sujeitos contornando as linhas dos dispositivos que constituem nossa atualidade.

## Referências

CHAVES, Tyara V. *Marcha das vadias. Corpo, sujeito e ideologia. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis: 2013.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. 2. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

SILVA JR, José Geraldo. Conexão e ação: a utilização estratégica da internet pela Marcha das Vadias para mobilização social e ação coletiva no espaço virtual e no território urbano. In: PANKE, Luciana; MACEDO, Roberto Gondo; ROCHA, Daniela (Orgs) *A mobilização social no contexto político e eleitoral*. Capivari, SP: Nova Consciência, 2013, p. 125-146.

VALENTE, ThaysaZubek; MARCINIK, Geórgia. As práticas de resistência da mulher e a “Marcha das Vadias”. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, PR: 2014.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora. Brasília: EDUNB, 1998.

Sites consultados:

<http://revistamarieclaire.globo.com/>

<http://revistagalileu.globo.com/>

<http://brasil.elpais.com/>

<http://www.cartacapital.com.br/>

# A IMAGÉTICA DA SEXUALIDADE EM RITMO DE FORRÓ

Eliana Ismael Costa

... A sexualidade é o nome que se pode dar a um Dispositivo Histórico... (Foucault)

O trato das questões de gênero e sexualidade e suas relações com as mídias em geral ganham relevo na contemporaneidade na mesma medida em que estas têm se consolidado não apenas como forma de comunicação, mas também de construção de significados e cultura de valor. As mídias sociais têm determinado novas formas de socialização e conseqüentemente, legitimado padrões comportamentais. Convivemos com uma linguagem codificada por práticas discursivas de valores efêmeros ao mesmo tempo com grande domínio de um público que a elege.

Considerando a urgência das reflexões sobre estes temas, entendemos que a música é um instrumento de análise valioso para este trabalho por se tratar de uma ferramenta midiática e por seu alto potencial proliferador de discursos e fomentador de atitudes comportamentais de modo explícito e crescente, nas relações sociais contemporâneas, especialmente entre os/as jovens. Assim, a música assume uma peculiaridade no cotidiano das pessoas nos mais diversos ambientes: na rua, na escola, no convívio familiar, no trabalho etc., (des)construindo ou instigando valores identitários.

Por sua vez, as questões que envolvem a sexualidade estão cada vez mais presentes e explícitas, sobretudo quando estas práticas

---

Eliana Ismael Costa é Professora da Universidade Federal de Pernambuco

são triviais e restritas à relação sexual, cujas discussões voltadas ao gênero tornam-se mais expressas. Partindo desse pressuposto, teceremos nestas próximas páginas ponderações sobre a sexualidade nas letras de músicas regionais campeãs de audiência pelos lados de cá, região Nordeste deste vasto país, o “Forró”. Assim, nossa proposta é abordar a vulgarização e banalização dirigidas à sexualidade retratadas nas letras das músicas, com foco especificamente nos temas que comprometem o gênero e preconceituam os padrões diferentes da heterossexualidade normativa.

A maneira como a sexualidade é vivida e expressa dependerá de aparatos históricos que se desenvolvem numa complexa rede de regulação social e só pode ser compreendida se nos remetermos à história dos discursos sobre esta (FOUCAULT, 1996). Tal complexidade “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... processos profundamente culturais e plurais” (LOURO, 2001). Constitui-se a partir das experiências das pessoas, inclusive das vivências educacionais ocorridas ao longo da vida em diversos grupos sociais – família, escola, comunidade religiosa, instituições – através da negociação de ideias, sentimentos, saberes e comportamentos. A sexualidade, portanto, não é uma questão exclusivamente pessoal, é social e política, e atravessada por vários mecanismos situados em um dado momento histórico ou espaço geográfico; seu domínio depende de um ou mais poderes específicos de plantão. Foucault (2009), cujos fundamentos histórico-filosóficos analisou profundamente a sexualidade à luz de muitos campos do saber, afirma que desde o século XVIII foram criados *Dispositivos de Poder* acerca do sexo, dos quais a ordem do saber revelou coerência e eficácia para as sociedades entenderem e construírem suas performances sexuais, quais sejam:

1. *Histerização do corpo da mulher* - rotulação de patologia intrínseca ao sexo feminino e atribuição de responsabilidade biológico-moral sobre a educação da prole à mulher; chavão permanentemente usado até os dias atuais, especialmente quando se quer diferenciar territórios de domínio masculino, impondo ao gênero feminino incapacidade de lidar com conflitos próprios das relações profissionais.

2. *Pedagogização do sexo da criança* – Reconhece nos infantes uma natural propensão à atividade sexual, a qual deve ser educada por todos adultos quanto a este *germe sexual perigoso e em perigo*;

3. *Socialização das condutas de procriação* – divulgação coletiva acerca dos limites ou controles das técnicas da ciência médica de *reprodução*, com fins de *comandar e fiscalizar a fecundação de casais e da sociedade*, ao mesmo tempo controlar os atos sexuais dos indivíduos;

4. *Psiquiatrização do prazer perverso* – associação do instinto natural da prática sexual a psicopatologias e definição de padrões de normalização do comportamento sexual saudável.

No contexto brasileiro, a presença de povos originários de diferentes culturas produziu variedades de crenças, valores e hábitos, tendo algumas exercido maior hegemonia sobre outras, a exemplo da cultura branca oriunda de portugueses predominantemente cristã, que ainda hoje mantém inúmeras influências comportamentais transmitidas geracionalmente através dos preceitos enraizados.

A música brasileira é um dos elementos culturais centrais de seu povo, símbolo de manifestação dos pensamentos, sentimentos e ideais de cada época ou, simples forma de desejo de expressar os movimentos. Estudioso da área de comunicação Trotta (2009), afirma que “na música popular e, mais especificamente,

na canção popular brasileira, o sexo constituiu-se no decorrer dos anos como uma constante referência adotada em maior ou menor grau como estratégia de sedução e identificação coletiva”.

Em nosso cotidiano acadêmico circunscrito à região Nordeste do Brasil, observamos uma ampla diversidade em culturas e miscigenações étnicas, em que se inclui a valorização do estilo musical: o “farró”. Tal ritmo se expressa em forma de dança, de mesmo nome, marcada pela presença de forte apelo sensual e sexual, próprio das danças latinas em geral em que há a proximidade dos corpos; caracterizado inicialmente pela composição de melodias baseadas em arranjos simples de instrumentos como sanfona, triângulo e zabumba, todos acústicos, nos últimos anos tem se modificado para uma versão dita “eletrônica” ou “de plástico” fazendo referência ao seu caráter passageiro e descartável, tocada com outros instrumentos eletrônicos e se diferenciando também, na composição de letras recheadas de apologias ao sexo explícito, especialmente quando em shows ao vivo com apelos coreográficos nítidos, elaborando um diálogo com referenciais midiáticos consolidados.

Tais ambientes musicais de forte identificação grupal compartilha uma cultura auditiva constituída de redes simbólicas alimentadoras da experiência musical, em que se revelam conteúdos, temas e refrões repetidos como um mantra. O perfil das letras traz um triângulo muito atraente para as massas: festa, excitação e sexo (TROTТА, 2009).

A constante sexualidade presente nas letras das músicas, tão valorizadas pela mídia, cultuadas por um grande público, nos leva a refletir que é neste elemento rítmico que são transmitidos diversos papéis e funções dos gêneros masculino e feminino; constatamos estas visões presentes tanto no “farró” eletrônico atual, quanto nos mais tradicionais - aquele tocado ainda com instrumentos acústicos e por grupos musicais clássicos desse gê-

nero que nos remete a construções poéticas e românticas dos relacionamentos amorosos, como abaixo:

... Numa esteira o meu sapato pisando o sapato dela  
Em cima da cadeira aquela minha vela cela  
Ao lado do meu alforje de caçador  
Que tentação minha morena me beijando feito abelha  
A lua malandrinha pela gretinha da telha  
Fotografando meu cenário de amor...  
(*Meu cenário*, Petrucio Amorim, 2006)

Ou essa,

Quando a saudade invade o coração da gente  
Pega a veia onde corria um grande amor  
Não tem conversa nem cachaça que dê jeito.  
Nem um amigo do peito que segure o chororô  
Que segure o chororô, que segure o chororô  
Saudade já tem nome de mulher  
Só pra fazer do homem o que bem quer...  
(*Segura o chororô*, Flavio José, 2000)

Já o forró produzido mais recentemente por volta da década de 90, denominado “de plástico” em referência a seu caráter efêmero de música, se caracteriza pela ausência de respeito a várias categorias sociais comumente discriminadas (mulheres, homossexuais, pessoas de poder aquisitivo baixo etc.) pelas letras preconceituosas e pelo trato ao sexo, como observa-se:

... Me deixa maluca! Tira o mel da fruta  
Me mata de amor  
Me pega no colo  
Me olha nos olhos  
Me beija que é bom



Na sua boca eu viro fruta.  
Chupa que é de uva!  
Chupa que é de uva!  
Chupa que é de uva!...  
(*Chupa que é de uva*, Aviões do Forró, 2008)

Essa imagética da mulher como objeto de prazer não é nova, sabemos, tal representação no mundo ocidental se confunde com a história da discriminação das mulheres nas sociedades. Desde a mais remota antiguidade são documentados tratamentos desiguais entre os sexos, mais recentemente as relações de gênero saem do âmbito das discussões sobre mulheres ou direitos femininos e incorpora discussões sobre a (des)construção social dos indivíduos homens ou mulheres. No Brasil, o papel feminino, seja por fatores históricos, culturais ou sociais, foi incutido principalmente por processos educativos de modo a dirigir as atitudes das mulheres desde sua infância, numa perspectiva misógina, androcêntrica e heterossexual sempre preparadas para o casamento e submissas aos seus homens de plantão no momento, sejam pais, irmãos ou companheiros. (GALINKIN e ISMAEL, 2011).

Nas letras das músicas em foco nesta análise, quando elaboradas por grupos de “forró tradicionais”, remetem de modo geral à pureza da mulher amada, o que implicitamente forja identidades femininas de sutil submissão ao homem, com apreços pueris que a desqualifica não revelando assim valores profissionais ou de competências outras que não as afetivo-emocionais; já na versão do “forró eletrônico”, as imagens femininas sofrem transformações difundindo versões em que a mulher deixa de ser submissa e idealizada e passa a ser o objeto sexual desejado e de fácil acesso, à disposição para a caça, contribuindo com a imagem estereotipada em que engendram identidades femininas de conotação pejorativa e cunho depreciativo. Como explicado por Bordieus

(2003), a reprodução da dominação masculina estabelece “uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão pré-reflexiva”, trata-se portanto de seu conceito de *Habitus* que implica em um sistema socialmente constituído e incorporado mentalmente, que inclui esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, isto é, produto da internalização dos princípios de um arbitrário cultural.

Na construção da imagem masculina desenha-se um perfil identitário de figura forte, dominadora, potente e provedor, própria dos mesmos estereótipos. Nas manifestações musicais do “fórró eletrônico” homens são descritos como capazes de qualquer atitude para adquirir sua caça; neste perfil acrescenta-se a imagem de um ser possuidor de extrema liberdade, sobretudo em relação às conquistas fáceis, já que a caça está a seu alcance a um passo, ou a um ritmo.

Uma outra vertente expressa neste ritmo musical é a discriminação contra as pessoas de orientação homossexual. O trato agressivo e preconceituoso a qualquer expressão de gênero diferente da heterossexualidade obrigatória, sempre expressa composições de duplo sentido vulgares ou comportamentos violentos, contribuindo para a construção de modelos representacionais desviantes e negativos de cunho ideológico dirigido a esta minoria social. Seguem dois exemplos:

... Meu Deus do céu o que vou fazer,  
Esse menino vê uma cobra, já quer se esconder.  
Entrou pra gangue do machado, só pra abalar  
Se vê o pau em pé já quer derrubar. Ah papaizinho  
Não foi fácil não, raspar as minhas pernas  
E fazer ponto no bordel  
(*Tu é gay*, Bonde do Fórró, 2004)

Ou,

Eu tenho um amigo gay, E que me arruma as mulher  
E qualquer festa que eu vou Eu pego a melhor que eu quiser...  
E no meu carro importado Ele vai no banco da frente  
E a mulherada vai atrás, E todo mundo vai contente  
(*Eu e meu amigo gay*, Cavaleiros do Forró, 2016)

Estas redes midiáticas classificam os indivíduos em categorias, define-os pela individualidade e agrupa todos em uma suposta identidade “...impondo-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos” (GREGOLIN, 2007).

No percurso e(in)volutivo – como o/a leitor/a queira categorizar -, de nossas sociedades, as identidades de gênero foram associadas de modo indiscriminado a papéis legitimados como corretos em relação à prática da sexualidade. A partir de um conceito de gênero arbitrariamente instituído, cobram-se posturas e valores de homens e mulheres no interior de uma construção de Códigos de Condutas. A sexualidade é tratada a partir de um referencial cultural que o interpela e o constrói através dos discursos. Assim, não escapa desse agenciamento por *Dispositivos Institucionais*. E, por considerarmos esses dispositivos como discursos que permeiam as práticas sociais, sabemos também que expressam e instituem a realidade, contribuindo assim para a construção de conhecimentos e crenças. Numa concepção pós-estruturalista a esse respeito representada por Laclau (1993), vimos que os sentidos ou significados da realidade são relacionais e estão articulados a redes de poder e nestas, os sujeitos são forçados a negociarem continuamente suas identidades no contexto do jogo de posições em que vivem.

Remetendo esta discussão ao campo privilegiado da História na análise foucaultiana (2009), quando há 3 ou 4 séculos as ciências através das concepções das funções do corpo e mente e, a igreja católica quando instaurou a confissão dos indivíduos aos padres como mecanismo de assepsia do espírito e controle da sexualidade, criando a importância de falar sobre o sexo, não o tornou mais esclarecido com a instituição desse Dispositivo de Poder, ao contrário, codificou e organizou os discursos sob estritas condições permitindo alguns acessos, de modo a mantê-lo secreto e submetido a conceitos morais controláveis.

Na mesma perspectiva, mas olhando a sexualidade como elemento cultural contemporâneo e, considerando que o discurso é fundante, isto é, que as coisas não preexistem às palavras – as palavras é que produzem significado –, os discursos geram as palavras em seu espaço histórico e em seu lugar social. Foucault nos ajuda a entender as subjetividades buscando na história o que os discursos produziram, ao tratar da arqueogenealogia da sexualidade nos três volumes de seu livro, afirma que existe uma *História da Sexualidade*. Não se trata apenas de pulsão ou libido – energias internas constituintes da sexualidade conforme a concepção psicanalítica –, mas de uma construção narrativa através dos dispositivos subjetivadores, como a mídia explicitada neste artigo através de um ritmo musical, que produz os dispositivos da sexualidade.

Nas sociedades atuais, o domínio das mídias, impossível de ser ignorado e presente em todos os espaços físicos ou virtuais, influencia o comportamento de jovens pertencentes a várias categorias, tanto os/as de baixa escolaridade quanto os/as de alto poder aquisitivo, uma vez que tais processos globalizantes são infinitamente poderosos e irreversíveis, nos deparamos assim com uma massificação de estilo musical erotizado provocador de atitudes simbólicas e comportamentos violentos, sedimentado em

preconceitos e discriminações que cada vez mais nos distancia do tratamento humano minimamente respeitoso. Lembrando nossa principal referência,

Em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

De forma bastante lúcida, nosso norteador aponta para a necessidade do discurso e da política como elementos primordiais de fomentação de poder e são exatamente esses elementos que estão sendo minimizados na atual conjuntura brasileira já que compreendemos que quando não há conhecimento crítico, limita-se a capacidade de escolha, que é justamente o que falta aos/as jovens no tocante a preferência musical que os qualifiquem como pensadores de uma sociedade de valores mais justos.

A julgar o apelo sedutor que envolve o ritmo do forró eletrônico e o crescente número de seguidores/as deste estilo de aculturação, temos muitas dificuldades em ver esta realidade revertida porque avaliamos que não apenas esse seguimento do forró contribui para a sedimentação do preconceito mas, por observar que mesmo o forró tradicional, que “inocentemente” utiliza o romantismo para uma aceitação, é tão preconceituoso quanto o forró eletrônico, diferenciando apenas a linguagem amena quando as questões de gênero eram desconhecidas.

Finalizamos refletindo que no momento político atual em que o Brasil está submetido: a redução de investimentos na formação educacional e cultural em todos os níveis de ensino; ameaça à construção do raciocínio crítico de crianças e jovens em desen-

volvimento e ameaça à expressão livre de docentes em sala de aula com propostas de perspectivas conservadoras como a Lei da “Escola sem Partido” que cerceia qualquer debate acerca de temas sócio, culturais, econômicos, religiosos ou morais, temos pouco a comemorar e muito ainda a avançar sobre as discussões aqui provocadas.

Quiçá tenhamos a longo prazo a força dos processos educativos como saída para a produção de realidades progressistas, igualitárias para todas as expressões de gênero e onde se possa viver espontaneamente a sexualidade.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – A vontade de saber*. Vol. 1. Trad. Costa, M.T. Guilhon A. Rio de Janeiro: Graal. 2009

GALINKIN, Ana Lucia e ISMAEL, Eliana. Gênero. In: Camino L.; Torres A.R.; Lima, M.E.; Pereira, M.E. (Org.). *Psicologia Social: Temas e teorias*. Brasília: Technopolitik Editora, 2011. p. 503-558.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso, história e a produção de identidades na mídia. *Mídia e rede de memória*. Vitória da Conquista, BA: Uesb, 2007.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LOURO, Guacira e MEYER, Dagmar. Gênero e educação. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 9 n. 2. Florianópolis: 2001.

TROTTA, Felipe. Música Popular, Moral e Sexualidade: Reflexões sobre o forró contemporâneo. In: *Revista do programa de Pós-Graduação em comunicação*. Universidade Federal Fluminense. 2009.

## Músicas

*Meu cenário.* Petrúcio Amorim, 2006

*Segura o chororô.* Flavio José, 2000

*Chupa que é de uva.* Aviões do Forró, 2008

*Tu é gay.* Bonde do Forró, 2004

*Eu e meu amigo gay.* Cavaleiros do Forró, 2016

# “MEU PROBLEMA ERA FELICIDADE”:

## Reflexões sobre uma composição de Luiz Tatit

 Antônio Fernandes Júnior

 Maurício Divino Nascimento Lima

### Introdução

A felicidade tem sido alvo de muitos estudos, conforme nos indica Freire Filho (2008), principalmente, quando se distancia da ideia de um direito fundamental e torna-se uma imposição, um objetivo a ser atingido a qualquer custo, como vivenciamos, cotidianamente, a partir das últimas décadas do século XX até os dias de hoje. Há discursos que circulam na grande mídia e nas redes sociais que condicionam o ser humano a sair nessa busca pela vida “perfeita” (CARRERA, 2014). Se nos reportarmos a uma história de longa duração, em diálogo com MacMahon (2009), constataremos a felicidade não é um conceito universal e tem uma ou várias histórias, que variam de acordo com a cultura e com os regimes de verdade de cada período histórico<sup>1</sup>, compondo o que o autor delimita como uma “genealogia da história da felicidade no ocidente”. Para esse autor, “a felicidade” tem uma leitura ou várias, o que implica pensá-la e/ou problematizá-la com e por meio de enfoques multidisciplinares e de perspectivas

---

Antônio Fernandes Júnior é Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Doutor em Estudos Literários com Pós-Doutorado em Linguística. E-mail: tonyfer@uol.com.br.

Maurício Divino Nascimento Lima. Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: mauriciomdt@gmail.com.

1. Para mais informações sobre esse tema, consultar MacMahon (2009).



metodológicas plurais. Afinal, trata-se de um tema antigo, mas que volta e se modifica por meio de práticas discursivas construídas ao longo da história.

Amparado nessas questões, este estudo tem o propósito de fazer uma análise discursiva da letra da música “Felicidade”, composta por Luiz Tatit, e lançada em um CD homônimo no ano 1997. Ao percorrermos os enunciados materializados na letra da canção, percebemos vários pontos de contatos com enunciados de outros discursos que agenciam e/ou mobilizam conceitos sobre essa temática no contexto contemporâneo. A ideia do que é “ser feliz” mudou muito no decorrer dos séculos e isso se deve, principalmente, aos acontecimentos históricos que delimitam padrões de comportamento, conceitos e/ou discursos que são aceitos como verdadeiros em cada racionalidade histórica. Cabe ressaltar que não estamos diante de um conceito de felicidade universal ou transcendente; pelo contrário, trata-se de um conceito construído e sustentado por práticas discursivas historicamente delimitadas. Mesmo quando se recorta um dado extrato histórico, como espaço de observação e/ou análise, não se pode tomá-lo como homogêneo, pois os discursos demarcam distintas posições de sujeito e abrem espaços, também, para diferentes processos de subjetivação.

Essa ressalva se faz necessária para não pensarmos que a ideia de “felicidade” produzida hoje, seja igual ou aceita por todos os indivíduos da mesma maneira. Como nos alerta Foucault (2014), um mesmo grupo de sujeitos, inseridos em um mesmo tempo cronológico, não vivencia da mesma maneira a temporalidade histórica que os cerca e os envolve. A temporalidade histórica é múltipla e não se limita apenas aos aspectos cronológicos. Os discursos contemporâneos são outros e os sujeitos também. “Sujeitos inseridos num mesmo momento histórico podem viver diferentes temporalidades, conforme a relação que eles mantêm

com os saberes instituídos e legitimados numa sociedade” (NAVARRO, 2008, p. 60). São as práticas discursivas de um dado momento histórico que apagam, constroem, legitimam ou dão visibilidade a dados saberes construídos. Em nosso caso específico, que dispositivos de poder/saber constroem modos de ser feliz e ser normal na atualidade?

No cenário contemporâneo, temporalidade que nos interessa, conforme autores como Freire Filho (2010) e Birman (2010), o avanço dos processos de industrialização, o crescimento da indústria farmacêutica, a rede de disciplinas voltadas para a ideia de bem-estar, seja no campo da psicologia ou do avanço da literatura de autoajuda etc., encontraram uma correspondência muito forte no discurso do neoliberalismo, sobretudo, pela máxima que impõem aos sujeitos a premissa de que cada um deve se tornar um empresário de si mesmo<sup>2</sup>. Essa mesma tendência do sujeito como empresário de si faz coro a discursos sobre autogestão do eu, na qual o sujeito é responsável tanto pelo seu sucesso quanto pelo seu fracasso. É preciso ser produtivo, competitivo, feliz e não demonstrar fracasso ou tristeza. Tais elementos vão nos direcionar ao plano mercadológico e a pensar na felicidade, dentre outros temas, com um bem a ser comprado.

Para compreender qual é o conceito de felicidade que norteia a sociedade atual foram exploradas, principalmente, as noções teóricas de Bauman (2009) e Freire Filho (2010; 2012). Por sua vez, Foucault (2012; 2014) nos oferece elementos que nos auxiliam a compreender como os discursos e dispositivos de poder atuam na produção de subjetividade. E é por meio também de Foucault (2014), que são feitos vários questionamentos a respeito do lugar em que se encontra o sujeito no discurso da música escolhida para análise, as posições assumidas em relação ao “volume de felicida-

---

2. Ver sobre neoliberalismo em Foucault (2009).

de” que o cerca e o constitui. Seja por meio da ironia ou da negação da ideia de felicidade gratuita, a letra da música supracitada problematiza discursos que, por sua vez, tanto aderem a urgência de ser feliz quanto criticam essa imposição.

## A noção de felicidade para a sociedade contemporânea

A sociedade pós-moderna, segundo Bauman (2009), faz incessantemente uma busca pela felicidade como nenhuma outra. Logo, atribui-se à capacidade de compra o poder para alcançar essa famigerada satisfação. No entanto, Bauman (2009) observa que a civilização atual ainda convive com esse dilema: como alcançar a felicidade? Ora, se consumir é ser feliz, por que as nações mais ricas do mundo não são as mais felizes? A busca pela felicidade já foi declarada um direito universal do ser humano, tese que remonta ao discurso Iluminista; no Brasil, por exemplo, a busca pela felicidade está em processo de ser incorporada a constituição federal e pode vir a se tornar lei, se for aprovada a PEC 19 (Projeto de Emenda Constitucional nº 19, “PEC da Felicidade”)<sup>3</sup>, que tramita nas instâncias legislativas do país. Entretanto, garantir que essa busca seja reconhecida como um direito não a tornou mais acessível. Bauman (2009), por sua vez, explica que à medida que uma nação se industrializa e abre as portas para a vida de consumo, aumentam-se também a violência, a angústia, e até os casos de suicídio. Essa profusão de discursos sobre a busca da felicidade no contexto contemporâneo evoca, de certo modo, um dilema já previsto pela filosofia iluminista, segundo a

---

3. Em conjunto, os argumentos citados no texto da PEC estão fundamentados em critérios “objetivos” que, segundo seus idealizadores, são capazes de mensurar a felicidade a partir de dados pontuais vinculados aos seguintes pontos: qualidade de vida, segurança, saúde, renda, bem estar etc. Se aprovada, caberá ao Estado brasileiro a construção de uma legislação que promova as condições necessárias de promoção da felicidade à população. Para maiores informações sobre a PEC, consultar Buarque (2010).

qual, quanto mais se fala em felicidade, mais se evidencia a condição de infelicidade do ser humano (MACMAHON, 2009).

Nota-se, contudo, que a circulação de determinados discursos vem se fortalecendo nos últimos anos, tanto que um enunciado como “todo ser humano tem o direito de ser feliz” se tornou “todo ser humano deve ser feliz”. Sendo assim, questionamos, se somente aqueles que têm o capital e estão dentro da ordem social são os que possuem legitimidade para serem reconhecidos como felizes, o que resta àqueles que não são incluídos nessa ordem? Carrera (2014) atesta que

a busca pela felicidade tornou-se um empreendimento individual e indispensável ao sujeito que deseja aceitação em seu círculo social. Seja através de medidas superficiais a respeito do seu comportamento, seja através de recursos farmacêuticos, o indivíduo necessita escolher caminhos através dos quais é possível encontrar uma válida representação do “ser feliz”. Aquele que não consegue tal façanha sente-se excluído e, de certa forma, socialmente injustiçado (CARRERA, 2014, p. 36).

Dessa forma, a caça contínua por essa satisfação acaba por provocar o mercado, que vê nisso um grande potencial de lucro. Logo, a mídia e os grupos financeiros começam a eleger quais são as formas mais dignas de “ser feliz”, os “melhores” caminhos para a “vida ideal”. Essa tática, por sua vez, colabora para que a sociedade se torne cada mais individualista. Freire Filho (2008) demonstra qual o papel desses agentes na assimilação de tal discurso.

Os cidadãos-consumidores não são apenas “livres para escolher”, mas são obrigados a serem livres, a entender e a levar suas vidas em termos de escolha [...] Ao abandonar tal modelo de inserção e participação no corpo social, a mídia encoraja o jovem a valorizar, os bens supremos, a

autonomia e a autenticidade, exortando-o a sentir-se responsável por efetivar o seu próprio potencial e maximizar a sua satisfação pessoal (FREIRE FILHO, 2008, p. 97).

Percebe-se, desse modo, que para a sociedade contemporânea o bem-estar não é apenas um estado de conforto, é um alvo de mercado. “A indústria da felicidade desdobra forças, todavia, para rejuvenescer suas ofertas” (FREIRE FILHO, 2012, p. 75). Há uma chuva de possibilidades de erradicação do tédio vendida pelos grupos midiáticos, desde *reality shows* a pacotes de turismo que comercializam qualidade de vida (FREIRE FILHO, 2012). Nesse contexto, os preceitos teóricos de Bauman (2009), Carrera (2014) e Freire Filho (2012) indicam que o cidadão “pós-moderno” não deve apenas “ser feliz”, ele necessita “parecer” e “demonstrar” que o é, e essa satisfação pessoal precisa ser confirmada e invejada pelos outros, como expõe Freire Filho (2012).

Em busca da autorrealização, empreendemos guinadas radicais em nossa trajetória profissional, redimensionamos obrigações e compromissos relevantes com o outro, seja no âmbito familiar, seja na esfera pública. Contemplando a alegria alheia, avaliamos nossa existência atual e definimos o tipo de pessoa que gostaríamos de ser ou parecer (FREIRE FILHO, 2012, p. 76).

Assim, compreende-se que, segundo os teóricos abordados, a construção da felicidade contemporânea está diretamente ligada ao consumismo. Todavia, a ideia de felicidade que está atrelada à sociedade de consumo não precisa ser real, pode ser apenas representativa, pois, “aparentar” o gozo é mais relevante do que senti-lo (BAUMAN, 2009). Ainda que tal discurso esteja sendo tão materializado e repetido, Bauman (2009) adverte que essa venda de felicidade jamais poderá saciar o ser humano, ele “optará” por ser

feliz, mas será condicionado a se deparar com a angústia, e para fugir dela, estará condenado a correr cada vez mais atrás de um prazer comprável oferecido em todos os veículos midiáticos.

Observadores indicam que cerca de metade dos bens cruciais para a felicidade humana não tem preço de mercado nem pode ser adquirida em lojas. Qualquer que seja a sua condição em matéria de dinheiro e crédito, você não vai encontrar num *shopping* o amor e amizade, os prazeres da vida doméstica, a satisfação que vem de cuidar dos entes queridos ou de ajudar um vizinho em dificuldade, [...] Além disso, ganhar bastante dinheiro para adquirir esses bens que só podem ser obtidos em lojas é ônus pesado sobre o tempo e a energia disponíveis para obter e usufruir bens não-comerciais e não-negociáveis como os que citamos acima (BAUMAN, 2009, p. 11).

Como a busca pela vida ideal é assunto que interessa a muitos, é normal que seja representado pela arte. Bauman (2009) e Foucault (2014) explicam que o discurso manifestado através da arte nem sempre implica em uma mimese da vida cotidiana, ele pode ser também uma resistência. Ou seja, o discurso pode se inscrever em uma determinada conjuntura, mas pode também questioná-la. Nessa perspectiva, a provocação que motiva este estudo é trazer uma análise discursiva das concepções de felicidade materializada em uma letra de música, no caso, *felicidade*, de Luiz Tatit. O que pretendemos é promover uma problematização sobre a incessante busca pelos prazeres; dialogando com Foucault (2014), abrimos a discussão para um campo mais amplo, pois, se normal e saudável é o homem que busca a felicidade, em que lugar estaria aquele que não a procura? Entre os doentes, anormais e excluídos?

Em diálogo com as problematizações de Michel Foucault, sobre o conceito de dispositivos de poder, poderíamos afirmar que esse “dever de ser feliz”, tal como explicitado pelos autores acima, configura-se como um imperativo de nossa temporalidade histórica, um bem a ser obtido a qualquer custo. Foucault (2014) define o termo “dispositivo” como um conceito de características mais amplas em relação ao conceito de discurso/enunciado/prática discursiva, pois o dispositivo envolve um conjunto heterogêneo de elementos que poder ser composto de enunciados, leis, o dito e não dito (o discursivo e o não discursivo), dentre outros, inclusive o próprio conceito de discurso. Essa definição, um tanto por nós simplificada, já evidencia o alcance metodológico do conceito, na medida em que estabelece outros olhares para as discursividades na analítica do poder construída pelo filósofo. O autor reforça uma tese já anunciada em “Arqueologia do saber”, quando explicita as categorias da função enunciativa, sobretudo pelo estatuto dado ao enunciado como um nó em uma rede. Discursos em rede e enunciados que estão sempre marcados pela sua articulação com outros enunciados (domínio de memória) e, principalmente, com as práticas discursivas produzidas historicamente.

O conceito de dispositivo integra o período genealógico do pensamento foucaultiano e passa a se constituir como uma nova categoria teórico-metodológica adotada pelo autor. Em *Análise do Discurso*<sup>4</sup>, esse conceito vem ganhando espaço entre pesquisadores que dialogam com o pensamento foucaultiano e abrindo outras possibilidades de análise de diferentes discursividades. Nesse desdobramento da analítica do poder em Foucault, o conceito de dispositivo oferece outras grades analíticas que tanto atuam nos processos de subjetivação quanto na tentativa de dar uma resposta a uma demanda histórica. Para o propósito deste

---

4. Sobre o uso do conceito de “Dispositivos de poder”, em AD, consultar Fernandes Júnior e Sousa (2014). Consultar, também, Sousa e Paixão (2015).

estudo, interessa-nos observar como os discursos sobre a felicidade integram dispositivos de poder no contexto contemporâneo e impõe o discurso do bem estar como uma urgência a ser atendida, resolvida. Mas, como toda relação de poder pressupõe estratégias de resistência, optamos por analisar uma letra de música que, por meio da ironia, desestabiliza esse senso comum ligado a ideia de felicidade como uma urgência, como algo ser comprado (“Dinheiro compra felicidade”, “ser bem sucedido é mais feliz”, dentre outros). Acreditamos que essa canção de Luiz Tatit produz contradiscursos ao imperativo da felicidade tão repetido no contexto atual. É sobre essa questão que pretendemos desenvolver a análise da letra da música de Luiz Tatit, observando os discursos que nela se materializam sobre o tema da felicidade.

### “Não sei porque estou tão feliz” – a banalização da felicidade na canção de Luiz Tatit

A modernidade trouxe a globalização para o Brasil, tornando a busca pela felicidade uma prática discursiva compartilhada por vários grupos. Regularidades desse imperativo já apareciam em composições como *Chopis Center* do conjunto musical Mamonas Assassinas, na qual nos deparamos com a seguinte afirmação: “A minha felicidade é um crediário/ nas Casas Bahia” (DINHO; RAS-CEC, 1995, faixa 4). Há evocação de um já-dito em que para ser feliz o sujeito deve consumir, ir ao *shopping center*, se assujeitar ao modo de vida imposto pela cultura internacional globalizada.

Contudo, o objeto de análise, aqui proposto, volta-se para outra canção, descrita abaixo e lançada dois anos depois do álbum dos “Mamonas Assassinas”, de autoria de Luiz Tatit. Esse compositor, hoje professor aposentado do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em sua carreira solo lançou quatro



álbuns, entre esses o de 1997 ao qual pertence a composição que é alvo desta análise. Eis a letra:

### Felicidade

Não sei porque estou tão feliz  
Não há motivo algum pra ter tanta felicidade  
Não sei o que que foi que eu fiz  
Se fui perdendo o senso de realidade  
Um sentimento indefinido  
Foi me tomando ao cair da tarde  
Infelizmente era felicidade  
Claro que é muito gostoso  
Claro que eu não acredito  
Felicidade assim sem mais nem menos  
É muito esquisito!

Não sei porque estou tão feliz  
Preciso refletir um pouco e sair do barato  
Não posso continuar assim feliz  
Como se fosse um sentimento inato  
Sem ter o menor motivo  
Sem uma razão de fato  
Ser feliz assim é meio chato

As coisas nem vão muito bem  
Perdi o dinheiro que tinha guardado  
E pra completar depois disso  
Eu fui despedido estou desempregado  
Amor que sempre foi meu forte  
Não tenho tido muita sorte  
Estou sozinho sem saída  
Sem dinheiro sem comida  
E feliz da vida

Não sei porque estou tão feliz  
Vai ver que é pra esconder no fundo uma infelicidade  
Pensei que fosse por aí  
Fiz todas terapias que têm na cidade  
A conclusão veio depressa  
Sem nenhuma novidade  
Meu problema era felicidade  
Nem fiquei desesperado  
Fui até, bem razoável  
Felicidade quando é no começo  
Ainda é controlável

Não sei o que que foi que eu fiz  
Pra merecer estar radiante de felicidade  
Mais fácil ver o que eu não fiz  
Fiz muito pouca coisa aqui pra minha idade  
Não me dediquei a nada  
Tudo eu fiz pela metade  
Por que então tanta felicidade?

Dizem que só penso em mim  
Sou muito centrado  
Que sou egoísta  
Tem gente que põe meus defeitos  
Em ordem alfabética  
E faz uma lista  
Por isso não se justifica  
Tanto privilégio de felicidade  
Independente dos deslizes  
Dentre todos os felizes  
Sou o mais feliz  
Não sei porque estou tão feliz

E já nem sei se é necessário ter um bom motivo  
A busca de uma razão  
Me deu dor de cabeça

Acabou comigo  
Enfim eu já tentei de tudo  
Enfim eu quis ser consequente  
Mas desisti  
Vou ser feliz pra sempre  
Peço a todos: com licença!  
Vamos liberar o pedaço  
Felicidade assim desse tamanho  
Só com muito espaço  
(TATIT, 1997, Faixa 10).

Como os versos seguem uma regularidade discursiva, para efeito de análise é cabível que sejam feitos recortes no objeto, pois não alteram as posições- sujeito construídas no texto<sup>5</sup>. Inicialmente, surge o primeiro questionamento: a voz que canta o poema/música é feliz? Mas quem, na verdade, pode falar de felicidade? Mais do que responder a essas indagações, nosso esforço deve voltar-se para outro questionamento: como funciona o discurso da felicidade nessa letra de música? A que domínios de memória os enunciados fazem coro? Essa ressalva se faz necessária para não cairmos na tentativa de dizer o que é a felicidade, e reorientar nosso olhar para os discursos postos em jogo no texto em análise.

Na primeira estrofe, pelos enunciados construídos, percebe-se um discurso irônico, através do qual a “abundância” de felicidade parece negada no texto (“não sei o que eu fiz pra ter tanta felicidade”), por falta de um motivo que justifique tal sentimento; por outro lado, o texto indica outra perspectiva, voltada para a ideia de felicidade como algo da ordem do acontecimento, sem motivo real. De acordo com os autores acionados no tópico anterior, a felicidade está ligada ao consumo e ao poder de compra. E se há tantas ofertas no mercado de consumo (farmácias, literatura de

---

5. Por questões metodológicas, não faremos uma análise dos recursos melódicos da canção.

autoajuda, psicoterapias etc.), enfim, a ideia de que esse sentimento está em toda parte, como não saber o que nos torna feliz? Essa é a grande questão do texto: lidar com a ideia de algo comprável e, por outro lado, a tentativa de explicar “um sentimento indefinido”! O tom irônico do texto se prolonga entre a aceitação e a recusa da condição de estar feliz: “infelizmente era felicidade/claro que é muito gostoso/claro que eu não acredito”.

Esse misto entre aceitar e não aceitar a felicidade percorre o texto como um todo. Os discursos vão se sobrepondo: como ser feliz sem ter produzido nada? Sem emprego, dinheiro e sem amor? Eis o paradoxo: sem nada “e feliz da vida”! Percebe-se aqui eco a outros discursos muito correntes sobre felicidade, tais como, “dinheiro não compra felicidade” e aqueles que reiteram o discurso da prosperidade. Esses dois exemplos figuram nas pesquisas de classificação dos países mais felizes do mundo e, também, no texto da “PEC da Felicidade”, para citar esses exemplos, nos quais se estabelecem critérios objetivos de mensurar a felicidade de um país (INFB: índice nacional de felicidade bruta), ou quando indicada como projeto de lei supracitado<sup>6</sup>. Nesses dois exemplos, o cálculo da felicidade gira em torno de categorias como prosperidade, casamento, realização profissional. Não é de se estranhar a indagação do sujeito materializada no discurso da canção, pois a felicidade está em toda parte: em *outdoors* (“Emagrecer gera felicidade”), em campanhas da Kibom (“Dinheiro não compra felicidade, mas compra sorvete, que é quase a mesma coisa”), em livros de autoajuda (“as dez leis para ser feliz”, “felicidade autêntica” etc.), em medicamentos para conter dor e sofrimento. A lista é longa! Fica a questão: se a felicidade está em toda

---

6. Estas questões foram estudadas por Fernandes Júnior (2016). No texto, há reflexões sobre a PEC da Felicidade, campanhas de mercado de consumo e do “novo discurso da felicidade” construído pelos estudos da Psicologia Positiva, disciplina criada em 1997, a partir do livro “Felicidade autêntica”, de Martin Seligman.

parte, como o sujeito não tem acesso direto às causas que o torna feliz? Uma rápida consulta em sites de buscas na *internet*, sobre o tema em tela, já seria suficiente para constatar o volume de publicações, técnicas e até aplicativos para celulares que calculam o índice de felicidade do indivíduo ao final do dia<sup>7</sup>. Pode-se, também, fazer uma rápida visita a uma livraria e constatar o grande número de livros, principalmente, de autoajuda que trazem dicas e um receituário enorme de técnicas de como atingir a felicidade. Essa variedade de discussões, a que fazemos referência, cresceu de forma volumosa no final da década de 1990 do século XX, em grande parte, impulsionadas pelos avanços da Psicologia Positiva<sup>8</sup>, iniciada em 1996, e dos estudos voltados para promoção do bem estar social. Trata-se de uma constatação, de uma enumeração das condições históricas de emergência desse “novo discurso da felicidade” aqui em discussão.

Por sua vez, Bauman (2009) adverte que, a felicidade deveria estar ligada às relações afetivas, às interações sociais, e a capacidade do ser humano de se satisfazer com uma tarefa bem executada, no entanto, o discurso consumista assujeita os homens de tal forma, que eles não conseguem enxergar uma vida feliz fora da necessidade de aquisição de bens e serviços. E para Carrera (2014), a felicidade tem sido colocada “como algo tangível, um objetivo estimulado, um atributo fundamental para o convívio da sociedade” (CARRERA, 2014, p. 36).

Nesse sentido, percebemos que, o sujeito do qual falamos se reconhece nos dispositivos que delimitam as condições para ad-

---

7. Consultar Freire Filho (2010).

8. Em tese, essa corrente da Psicologia coloca em cena discursos sobre a felicidade, pautados em modos de gerenciamento das emoções, fundamentado em temas ligados à saúde. Trata-se de técnicas biopolíticas de governo das emoções fundamentadas na lógica do mercado, afinal, os felizes produzem mais e atendem aos modos de subjetivação neoliberal. Por esse motivo, importa mais “agir como uma pessoa feliz! (...) sem a menor dúvida, fingir ser feliz – sorrindo-se, se empenhando e transmitindo energia ou entusiasmo – pode não só lhe trazer alguns dos benefícios da felicidade como realmente fazer você feliz” (FREIRE FILHO, 2010).

quirir a felicidade, que é um bem arduamente procurado, comprado, senão medicado, mas é nesse contexto que ele confirma que não fez nada para obtê-la. “Não há motivo algum pra ter tanta felicidade/ Não sei o que que foi que eu fiz”. Dessa forma, no decorrer das duas primeiras estrofes o sujeito afirma que “não fez nada que o levasse à felicidade”, evidenciando um não-dito, que corrobora com os discursos que circulam no cotidiano, nos quais a ideia de felicidade está ligado ao esforço individual. Se o mercado oferece tantos recursos para tal fim (produtos, remédios, terapias, técnicas de autoajuda etc.), como não saber as razões da infelicidade?

Foucault (2014) nos possibilita fazer um questionamento: qual é o momento histórico que colaborou com a produção desses enunciados inscritos no discurso sobre a felicidade?

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação; às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual (FOUCAULT, 2014, p. 133).

É Bauman (1998) quem nos indica uma possível resposta: a pós-modernidade ou modernidade-líquida, período marcado pela brevidade e “liquidez” das relações sociais. O Brasil entrava lentamente na economia globalizada no final da década de noventa. Carrera (2014) explica que nos anos 2000, principalmente na segunda década com advento das redes sociais, os discursos voltados para o “dever ser feliz” ficaram ainda mais fortes. Em um momento histórico marcado pela lógica imediata das rela-

ções sociais e afetivas, porque não comprar saídas para evitar as dores e tristezas do dia-a-dia? Entra em cena a medicalização das emoções e a “era” das soluções imediatas.

Assim, os demais versos da composição trazem a reiteração de que a felicidade aqui é pensada dentro dessa modernidade-líquida, postulada por Bauman (1998): “Claro que é muito gostoso/ Claro que eu não acredito/ Felicidade assim sem mais nem menos/ É muito esquisito!”. Por sua vez, novamente tomamos por referência Foucault (2014): se estar feliz involuntariamente “é muito esquisito”, qual lugar deve ocupar esse indivíduo, se o seu oposto é justamente o normal?

Os versos a seguir demonstram que o normal é “não ser feliz”, por isso as pessoas estão a todo tempo buscando o contrário, pois se já estivessem satisfeitas, essa busca seria desnecessária. “Não posso continuar assim feliz/ Como se fosse um sentimento inato/ Sem ter o menor motivo/ Sem uma razão de fato” [...] “Fiz todas terapias que têm na cidade/ A conclusão veio depressa/ Sem nenhuma novidade/ Meu problema era felicidade”. Ora, podemos ainda problematizar: o que há de errado em estar feliz, se não é a felicidade o que grande parte das pessoas procura? Contudo, não esqueçamos de que o conceito de felicidade é uma construção discursiva, isso implica em observar certas regularidades (FOUCAULT, 2014). E são elas que o sujeito afirma não existirem para fundamentar sua alegria “As coisas nem vão muito bem/ Perdi o dinheiro que tinha guardado/ E pra completar depois disso/ Eu fui despedido estou desempregado”. Destaca-se, ainda, nos versos indicados, a ideia de diagnóstico (“o meu problema era felicidade”) e, também, os tratamentos (terapias).

Nesse contexto, é essa ausência de motivos que promove a maior resistência às normas anônimas estabelecidas (realização profissional, boa situação financeira, boa relação amorosa, cobiça do outro) para se chegar ao estado de felicidade. Percebemos,

portanto, que o sujeito, apesar de pertencer a essa temporalidade histórica, resiste a ela, pois não vê correspondência entre o discurso e prática e sente fora dos padrões normativos, pois não se enquadra nos preceitos designados para se atingir uma vida feliz: “Estou sozinho sem saída/ Sem dinheiro sem comida/ E feliz da vida”. Não é possível, na sociedade líquida, pensar no ideal de consumo sem o poder de compra, esse requisito é fundamental. Como aponta Birman (2010), as técnicas, tratamentos e treinamentos para atingir a felicidade revelam-se excludentes, afinal, ser feliz na atualidade requer, como nos mostra a maioria das ofertas do mercado de consumo, poder aquisitivo capazes de comprar a felicidade.

Foucault aponta (1978) que é “na qualidade da vontade, e não na integralidade da razão, que reside finalmente o segredo da loucura” (FOUCAULT, 2014, p. 152). Se para quem está inscrito na formação discursiva de felicidade pós-moderna, o insano é quem canta felicidade sem riqueza material ou atestado público, em contrapartida, para o outro há meios capazes de trazer satisfação que o primeiro simplesmente ignora. Assim, percebemos que o sujeito do qual falamos, apesar de todas as regularidades discursivas indicadas, não apresenta um posicionamento na mesma temporalidade histórica da felicidade pós-moderna, ele promove resistências. E nesse processo de resistência, a música de Luiz Tatit configura-se como um convite a reflexões crítica sobre o tema.

Além de problematizar todos os critérios da modernidade para a satisfação pessoal, essa composição de Tatit (1997) ainda faz mais um questionamento sobre os dispositivos de poder que padronizam modos de vida na atualidade. Como Carrera explica (2014), para ser sentir bem, hoje, é necessário que a felicidade seja pública, por sua vez, a letra questiona: “Tem gente que põe meus defeitos/ Em ordem alfabética/ E faz uma lista/ Por isso não se justifica/ Tanto privilégio de felicidade/ Independente dos desli-



zes/ Dentre todos os felizes/ Sou o mais feliz”. Mesmo reconhecendo que vive numa época em que a aprovação externa é necessária para a sua felicidade, o sujeito ainda diz que é feliz sem ela.

Outro discurso problematizado na canção é o da necessidade “de viver bem”, afinal, para ser feliz é necessário ter posses, porém, na canção em estudo, não se fala sequer de conforto, há descrição justamente do contrário: “Perdi o dinheiro que tinha guardado” [...] “Eu fui despedido estou desempregado” [...] “Estou sozinho sem saída/ Sem dinheiro sem comida”. Freire Filho (2012) explica que a mídia fortalece o discurso de positividade, no qual as pessoas não têm espaço para melancolia e são interpeladas a demonstrar alegria, “Vai ver que é pra esconder no fundo uma infelicidade”. Logo, a partir do que problematizamos, visualizamos, então, a emergência de duas possibilidades: a) seria possível dizer, nesse sentido, que o sujeito da canção não é feliz, pois não se enquadra em nenhum dos critérios pré-estabelecidos pela felicidade pós-moderna?; e b) ou aqueles que não reconhecem o modelo de felicidade construído na canção (sem riqueza, sem conquistas), estariam na verdade, evocando um ideal de felicidade no qual a representação é mais relevante que a prática?

Assim, Bauman (1998) nos mostra que esse é também o papel da arte, de desconstruir. A arte não precisa ser apenas *mimese*, colaborando com a repetição de discursos e ideias opressoras, ela pode fazer além disso.

Em vez de reafirmar a realidade como um cemitério de possibilidades não provadas, a arte pós-moderna traz para o espaço aberto o perene inacabamento dos significados e, assim, a essencial inexauribilidade do reino do possível. Pode-se mesmo dar um passo adiante e sugerir que o significado da arte pós-moderna é a desconstrução do significado (BAUMAN, 1998, p. 136).

Dessa forma, a letra de Luiz Tatit abre caminho para que se possa pensar em uma construção de felicidade afastada da visão consumista atual.

## Considerações finais

“Felicidade”: está aí sua capacidade de enunciação, fora do discurso da salvação cristã, da igualdade de classes ou da paz mundial. A felicidade é agora individualista (FREIRE FILHO, 2012). Mas ela ainda parte do coletivo, pois os discursos que constroem esse ideal do que é “ser feliz” vêm de fatores externos, intimamente ligados aos acontecimentos históricos aos quais se vincula. O cidadão contemporâneo tem novas exigências, já não quer salvar o mundo, já não espera a salvação eterna, ele quer a sua satisfação. Ele não apenas quer ser feliz, ele tem de ser feliz.

Tatit (1997) mobilizou, na canção, enunciados capazes de problematizar este paradoxo, no qual o homem busca constantemente pela felicidade, mas se afasta dela a cada passo, expondo essa dicotomia de forma irônica, uma vez que, na sua composição não é o homem quem encontra a felicidade, é ela quem aparece de repente. Ele até tenta evitá-la e executar o oposto do que os outros indivíduos “normais” fariam. E por fim, desiste e aceita-a, trazendo de volta um dos enunciados mais repetidos no mundo ocidental quando se fala em felicidade, “Vou ser feliz pra sempre”.

Por esse motivo, evocamos o conceito de dispositivo, discutido por Foucault, com o objetivo de mostrar que essa discussão sobre “felicidade”, materializada na composição de Luiz Tatit, não está desarticulada de um regime de verdade, trabalhado em distintas discursividades (projeto de lei, textos midiáticos ou do campo da saúde, dentre outros) que, a seu modo, compõem as condições históricas de possibilidade de emergência de um saber-poder voltado para a busca da felicidade característico do pe-

ríodo estudado. Ser feliz é uma urgência de nossa condição histórica e os vários estudiosos aqui evocados reverberam essa discussão. Se os dispositivos de poder trabalham em sintonia com processos normalizadores, impondo padrões de comportamento e de conduta, qual(is) espaço(s) de resistências? Se o discurso contemporâneo (neoliberal) diz que o normal é ser feliz e bem sucedido, podemos afirmar, em diálogo com a letra de música analisada, que esse mesmo discurso não se sustenta, sobretudo, quando, no texto, nos deparamos com enunciados que remetem a ideia de diagnóstico e de doença (“o meu problema era felicidade”) e dos tratamentos mal sucedidos para se curar da felicidade (“fiz todas as terapias da cidade”). Além de enunciados do campo da saúde, há também outros que elencam a falta de motivos que sustentam a condição de felicidade do sujeito ligado a algo material (falta de dinheiro, amor, carreira mal sucedida) e aqueles que remetem ao campo do indecifrável ou do indefinido, para citar esses exemplos. Tais exemplos são suficientes para reiterar a tese de MacMahon (2009) quando indica que a busca pela felicidade, produzida no cenário atual, guarda continuidades e descontinuidades com outros modelos construídos ao longo da história. A diferença entre o modelo de felicidade produzido atualmente com outros modelos do passado recai sobre as práticas discursivas contemporâneas, que se ligam aos padrões normativos vinculados ao dever de ser feliz.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *A arte na vida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BIRMAN, Joel. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, J. (org). *Ser feliz hoje*. Reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p-27-49.

BUARQUE, Cristovam. *Projeto de Emenda à Constituição n° 19*, de 2010. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=97622](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97622). Acesso em 08 abr. 2014.

CARRERA, Fernanda. O imperativo da felicidade em sites de redes sociais: materialidade como subsídio para o gerenciamento de impressões (quase) sempre positivas. *Revista Eptic Online*. Universidade Federal do Sergipe, Aracaju, v. 16. n. 1, p. 33-44, janeiro-abril de 2014. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0ahUKEwjEtP22kvfPAhXFNiYKHbVSDfIQFggrMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufs.br%2Findex.php%2Fepitic%2Farticle%2Fdownload%2F1857%2F1639&usg=AFQjCNEYUFypHOpBtww8AGp\\_tO2f4OdMJw&bvm=bv.136593572,d.cWw&cad=rja](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0ahUKEwjEtP22kvfPAhXFNiYKHbVSDfIQFggrMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.seer.ufs.br%2Findex.php%2Fepitic%2Farticle%2Fdownload%2F1857%2F1639&usg=AFQjCNEYUFypHOpBtww8AGp_tO2f4OdMJw&bvm=bv.136593572,d.cWw&cad=rja)>. Acesso 15 de outubro de 2016 às 21 h 30 minutos.

DINHO; HINOTO, Bento; RASEC, Julio; REOLI, Samuel; REOLI, Sergio. Mamonas Assassinas. *Mamonas Assassinas*. São Paulo/SP: EMI Music, 1995. 1 CD (36 min 12 s).

FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes. *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

\_\_\_\_\_. Felicidade, dispositivo de poder e produção de subjetividade. In: (Orgs) CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (Orgs). *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: Edufscar, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. *A História da Loucura*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France*, (1979-1989). São Paulo: CCS/Achiamé, 2009

FREIRE FILHO, J. A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica: construindo “pessoas cronicamente felizes”. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Ser feliz hoje. Reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p-49-83

\_\_\_\_\_. A tirania da positividade: formas e normas da vida feliz no *Globo Repórter*. In: GOMES, Itania Maria Mota (org.). *Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos*. Salvador: EdUFBA, 2012.

\_\_\_\_\_. Cidadãos consumidores do novo milênio. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ. n. 25-26, p. 89-95, maio-dezembro de 2008. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/112303120543Lugar%20Comum\\_25-26\\_completo.pdf#page=89](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112303120543Lugar%20Comum_25-26_completo.pdf#page=89)>. Acesso em 17 de outubro de 2016 às 21 h 41 minutos.

MCMAHON, Darrin. *Uma história da felicidade*. Trad. Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2009.

NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória. Contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia In: TASSO, Ismara (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), Identidade e memória*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

SOUSA, Kátia Menezes; PAIXÃO, Humberto Pires. *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2015.

TATIT, Luiz. *Felicidade*. São Paulo: Dabliú, 1997. 1 CD (44 min. 05 s.).

# DIAS MELHORES VIRÃO:

cartografias do discurso do otimismo na mídia

 Francisco Vieira da Silva

 Claudemir Sousa

Ser feliz dá muito trabalho! (Edgar Allan Poe)

O otimismo é o ímã da felicidade. Se você for positivo, coisas boas e pessoas boas serão atraídas para você. (Mary Lou Retton)

## I. Palavras iniciais

As discussões desenvolvidas neste texto constituem desdobramentos das reflexões suscitadas no âmbito da tese de doutoramento do primeiro autor<sup>1</sup>. Na ocasião, analisamos os discursos em torno da exposição da intimidade do sujeito celebridade na web e, dentre as especificidades de nosso objeto de estudo, observamos de modo mais específico as regularidades do discurso da felicidade na constituição do sujeito celebridade. Com efeito, constatamos que as celebridades performatizam modelos prototípicos de uma existência feliz e aprazível, de modo a produzir determinados tipos de subjetividade na sociedade contemporânea.

---

Francisco Vieira é professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

Claudemir Sousa é doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.

1. A tese a que aludimos foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB, em 2016, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Baracuhy.

A partir dessa recorrência com que aparece a remissão à felicidade, apostamos na necessidade de aprofundar essa discussão noutras materialidades discursivas e particularizando ainda mais o nosso escopo. Para tanto, emergiu a ideia de analisarmos determinadas materialidades, a seguir explicitadas, as quais discursivizam aspectos concernentes ao otimismo, enquanto um elemento no âmbito de um arquivo de discursos em torno da felicidade.

Convém sinalizar que abordagens desenvolvidas em diferentes campos do saber científico, a exemplo da comunicação, das ciências sociais, da história e da filosofia, tem se aprofundado de modo tenaz na compreensão do estatuto da felicidade hoje. Desse modo, podemos atestar que os estudos desenvolvidos por diversos autores mostram-se prodigiosos no exame de diferentes materialidades contemporâneas que discursivizam a felicidade como uma urgência, como um imperativo. No entanto, esses estudos ainda não problematizam a vastidão e diversidade de discursos e práticas em torno do otimismo, entendido como um aspecto bastante sintomático no interior dos dispositivos de saber e poder que inserem a felicidade como categoria de fundamental importância na construção do sujeito atual.

Em face da inexistência de estudos que apontem direcionamentos na investigação do otimismo na constituição das subjetividades contemporâneas, o presente artigo se propõe a descrever e interpretar materialidades discursivas midiáticas que tomam o otimismo como um objeto de discurso, no intuito de investigar os tipos de subjetividade que advêm da produção desses discursos. Para tanto, ancoramo-nos, do ponto de vista teórico, nos fundamentos da Análise do Discurso, a partir das reflexões provenientes das reflexões de Michel Foucault a respeito do discurso, do enunciado, do saber, do poder e do sujeito. Uma vez que esse filósofo francês teceu importantíssimas reflexões a respeito dos modos históricos de construção dos sujeitos, estudar os discurs-

sos e práticas da sociedade contemporânea, sob a ótica desse autor, pode nos fornecer alguns indícios das maneiras e técnicas através das quais o sujeito hodierno se constitui, no interior dos dispositivos de saber e poder.

Noutras palavras, entendemos que os discursos em torno do otimismo propõem estilos de vida, modos éticos e morais de relacionar-se consigo mesmo e com os outros e, dessa maneira, estimulam o que Foucault (1990) denomina de tecnologias do eu, isto é, de uma série de técnicas e práticas através das quais os sujeitos passam a se decifrar, a construir um saber sobre si, no âmbito de uma experiência de si. Conforme a leitura de Larrosa (1999), a teoria foucaultiana mostra como a pessoa humana se fabrica no interior de certos aparatos (pedagógicos, terapêuticos, dentre outros) de subjetivação. Nesse sentido, acreditamos que a mídia, na interrelação com outros dispositivos de saber e poder, agencia a construção de processos de subjetivação, por meio de uma série de estratégias. No caso do discurso do otimismo, o aparato midiático lança mão de uma miríade de saberes, os quais reiteram a emergência do otimismo como condição peremptória para o sucesso pessoal e profissional.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos para este texto, tomamos como corpus para análise as seguintes materialidades: i) uma reportagem intitulada *A força do Otimismo* (29/08/2014), publicada no *site* da revista Galileu; ii) o vídeo da campanha *O otimismo te leva mais longe*, lançada pela marca Johnnie Walker, e disponível no *site* do YouTube; iii) um post denominado de *Seis lições para ser mais otimista*, publicado no *blog* M de Mulher (25/11/2014). A escolha dessas materialidades foi condicionada pelos seguintes critérios: a) disponibilidade de acesso – todas as materialidades estão disponíveis na web; b) atualidade do ponto de vista temporal – todas foram publicadas nos últimos dois anos.



Do ponto de vista estrutural, este capítulo encontra-se organizado da seguinte maneira: no tópico seguinte, tratamos de discutir acerca de alguns conceitos da obra de Foucault, tais como enunciado, discurso e noções correlatas, além do sujeito, da subjetividade, do saber e do poder. Posteriormente, amparando-se nas noções antes expostas, analisamos as materialidades selecionadas para este capítulo. Por último, na seção das considerações finais, propomos uma síntese dos principais aspectos estudados no decorrer do capítulo.

## 2. Brevíssimo inventário teórico de Foucault

A temática do sujeito atravessa toda a obra de Foucault. Aliado a outras questões e problemáticas, esse tema constitui o *leitmotiv* das diversas abordagens empreendidas pelo filósofo francês, desde a história da loucura até a história da sexualidade. Conforme nos lembra PortoCarrero (2008, p. 282), Foucault não investiga o princípio segundo o qual “um sujeito pode conhecer verdades sobre o mundo, mas problematiza os processos históricos segundo os quais estruturas de subjetivação ligaram-se a discursos de verdade”. O autor em foco analisa as diferentes conjunturas de saber e poder que possibilitam a fabricação do sujeito, entremeadado por regimes de verdade e por condições de visibilidade e de enunciabilidade. Sobre esse último aspecto, algumas considerações são necessárias, uma vez que Foucault (2008) debruçou-se sobre a caracterização do discurso como um conjunto de enunciados e como práticas que constroem os objetos de que fala.

O discurso para Foucault (2008, p. 123) é prática, ou seja, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Isso implica

em considerar que os discursos possuem uma existência histórica, espacial e temporal. Sua emergência é delimitada por certas condições que irão definir as modalidades enunciativas próprias de cada época, ou seja, quem fala sobre um dado objeto e a partir de que lugar o faz, em certo momento da história.

Percebemos, assim, que o discurso e o enunciado mantêm íntima relação, uma vez que o primeiro é um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p. 122) e o segundo é a unidade de análise, para Foucault, distinguindo-se da frase, da proposição e do ato de fala porque não se restringe à estrutura linguística, não se confunde com o ato material de falar ou escrever e não visa à intenção do indivíduo ou o resultado alcançado.

Não sendo o enunciado uma estrutura, Foucault (2008) o concebe, então, como uma função, “que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98). O enunciado (ou função enunciativa) possui quatro características que o diferenciam de uma proposição, de uma frase e de um ato de linguagem, quais sejam: I) possui um referencial, que é constituído pelo campo no qual emerge; II) mantém com um sujeito uma relação determinada; III) só pode ser realizado em um campo associado, constituído de uma trama complexa de enunciados; IV) possui existência material que o constitui.

Acerca do sujeito, traçaremos algumas linhas. Para Foucault (2008), o sujeito do denunciado não é aquele gramatical de primeira pessoa, que se coloca como eu, pois ele não pode ser encontrado no sintagma linguístico e mesmo os enunciados que não possuem primeira pessoa possuem um sujeito. Além disso, o sujeito é uma função determinada e não coincidente consigo mesmo de um enunciado a outro, na medida em que é uma função vazia, podendo ser assumida por diferentes indivíduos, e um

mesmo indivíduo ocupa diferentes posições em uma série de enunciados, assumindo papel de distintos sujeitos.

Dessa forma, Foucault (2008) concebe o sujeito não como uma instância empírica produtora de frases, e sim como uma posição que pode ser ocupada em um enunciado ou em uma série enunciativa. É esse sujeito que o autor investiga em seus estudos sobre os modos de objetivação, que transformam os seres humanos em sujeitos por meio de práticas nas quais entram os saberes e os poderes, e de subjetivação, por meio dos quais o sujeito faz a experiência de si para si.

Nesse binômio de modos de objetivação/subjetivação, entendemos que o primeiro diz respeito às formas de constituição do sujeito pelos saberes e pelos poderes, a exemplo das investigações feitas por Foucault na fase arqueológica, ao mostrar a objetivação do sujeito do discurso, objeto de investigação da gramática na Linguística e na Filosofia; a objetivação do sujeito produtivo, que trabalha, na análise das riquezas e na Economia; e a objetivação do fato de estar vivo, na história natural ou Biologia.

Ele também investiga, na genealogia do poder, as “práticas divisoras”, que dividem o sujeito em seu interior e em relação ao outro, tais como: o louco e o são; o bom e o mau. As teorizações foucaultianas mostram-nos que há uma relação interdependente entre o discurso e o poder, podendo o discurso ser instrumento de poder, ao possibilitar seu exercício, e efeito, quando é produzido por ele.

Para Foucault, o poder não é instância de lei que determina o permitido e o proibido, como prescrição de ordens, censura e interdição, “é o nome dado a uma certa situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89). Ele não é adquirido, compartilhado e guardado. É exercido em diversos pontos de modo desigual, está em toda parte, pois é produzido constantemente, em todas as relações.

Foucault (1999) nos conduz a uma tese segundo a qual, no século XIX, emergiu um mecanismo de poder cujo objeto é homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico. Essa modalidade de poder visa garantir saúde, segurança, bem-estar, com base no saber da medicina acerca do homem enquanto população e enquanto indivíduo. Para Foucault (2009), esse poder se disseminou por todo o corpo social, caracterizando uma série de poder que investe sobre a vida. Esse mecanismo é o “biopoder” e seu funcionamento ocorre por meio da “biopolítica’ da espécie humana” (FOUCAULT, 1999, p. 289).

O poder sobre a vida pode ser verificado em duas direções: uma que se dirige ao corpo orgânico, por intermédio da disciplina e das instituições, e outra que se endereça à população, aos processos biológicos e se utiliza de mecanismos regulamentares e tem o Estado como instituição difusora. São dois mecanismos que se articulam: um disciplinar, que visa o corpo individual, e outro regulamentar, que se exerce sobre a população. Entre a disciplina e a regulamentação, circula a norma. Vivemos em uma sociedade de normalização na qual a medicina é um saber-poder, uma técnica de intervenção que tem função normalizadora, pois seu poder disciplinar individualizante sobre o corpo orgânico e biológico tem efeito regulamentar sobre a população.

Seguindo nossa discussão acerca do binômio anteriormente mencionado, os modos de subjetivação, objeto de investigação de Foucault em sua genealogia da ética, dizem respeito “às práticas, às técnicas, por meio das quais o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de ‘verdade’” (GREGOLIN, 2008b, p. 94, grifos da autora). A subjetivação é a maneira pela qual o ser humano se transforma em sujeito de si para si. Trata-se da relação do sujeito com a ética e sua constituição por meio de práticas de si, ou seja, “as formas e modalidades da relação consigo pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (FOUCAULT, 1998, p. 11).

Nos dois últimos volumes da *História da sexualidade*, Foucault (1998; 2005) investiga “de que maneira, na Antiguidade, a atividade e os prazeres sexuais foram problematizados através de práticas de si, pondo em jogo os critérios de uma ‘estética da existência’” (FOUCAULT, 1998, p. 16). O autor recorre à genealogia do homem do desejo da Antiguidade Clássica aos primeiros séculos do Cristianismo. No volume II, sobre o uso dos prazeres (FOUCAULT, 1998), ele analisa a maneira pela qual a atividade sexual foi problematizada pelos filósofos e pelos médicos na cultura grega clássica do século IV a. C. Já no volume III, sobre o cuidado de si (FOUCAULT, 2005), ele faz essa problematização nos textos gregos e latinos nos dois primeiros séculos de nossa era.

Em relação às questões traçadas na *História da sexualidade III: o cuidado de si*, Foucault (2005) nos mostra a existência de uma severidade moral no pensamento médico e filosófico nos dois primeiros séculos de nossa história, que não se limita a fazer interdições sobre atos como o sexo, mas que insiste em falar sobre os cuidados que se deve ter consigo mesmo. Trata-se, segundo o autor, “de uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos” (FOUCAULT, 2005, p. 46-47).

Para Foucault (2005) as causas desse fenômeno estão no crescimento do individualismo no mundo romano e helenístico, o que “conferia cada vez mais espaço aos aspectos ‘privados’ da existência, aos valores da conduta pessoal, e ao interesse que se tem por si próprio” (FOUCAULT, 2005, p. 47). As transformações da vida isolaram os indivíduos, tornando-os mais dependentes de si mesmo e levaram à adoção de regras de conduta pessoal.

Esse individualismo compreende a atitude individualista, caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das

quais ele depende; a valorização da vida privada, ou seja, a importância conferida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao campo de interesses patrimoniais; e, finalmente, a intensidade das relações de si para consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, e prover a própria salvação (FOUCAULT, 2005, p. 48).

Essas atitudes podem estar interligadas, pois o individualismo pode exigir a intensificação dos valores da vida privada ou se pode associar à importância atribuída às relações consigo, à exaltação da singularidade individual. Mas pode também não ocorrer vínculo algum entre elas. Interessa-nos aqui caracterizar as relações que o sujeito é convocado a desenvolver de si para consigo, e como essas relações se inserem em uma “cultura de si” (FOUCAULT, 2005, p. 49), que se caracteriza pelo fato de que a arte da existência – *a techne tou biou* sob as suas diferentes formas – “nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso ‘ter cuidado consigo’; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade” (FOUCAULT, 2005, p. 49, grifos do autor).

Portanto, o que fundamenta essa cultura de si é a ideia de que se deve ocupar-se consigo mesmo. Esse tema é bem antigo na cultura grega, consagrado por Sócrates e retomado pela filosofia ulterior, que o situou no centro da “arte da existência”. Ao se desligar de sua significação, esse tema adquiriu a forma de uma “cultura de si”, adquirindo um alcance bem geral e conotações várias. A aplicação a si implica um conjunto de ocupações, como o cuidado com a casa, o cuidado com a população a governar, os cuidados com um doente ou ferido e as obrigações dedicadas aos mortos.

Essa constituição de si como sujeito moral desemboca em “modos de subjetivação”, em uma “ascética” e em uma “prática de si” que as apoiam. Assim, modos de subjetivação, ascética e práticas

de si são formas de atividade sobre si. Nos enunciados que analisaremos a seguir, há a presença do discurso médico apreçoando ao sujeito regras de conduta moral e também técnicas de si, que o conduzem a um domínio da arte de existência, procurando se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998).

### 3. Sobre o discurso do otimismo na mídia: um exercício analítico

Conforme explicitamos na introdução, o exercício analítico proposto engloba três materialidades: uma reportagem jornalística, um vídeo de uma campanha publicitária e um *post* de um *blog*. Começemos pela reportagem. Publicado no site da revista Galileu, esse texto intitula-se *A força do otimismo*<sup>2</sup>. Em linhas gerais, o objetivo da reportagem parece residir na necessidade de argumentar em favor dos benefícios do otimismo para o sujeito contemporâneo, a partir de um livro que contempla uma série de ensaios de diversos cientistas de todo o mundo, os quais foram compilados por Jeremy Webb, editor da revista *New Scientist*. De acordo com o que se pode prever, o foco da reportagem consiste em inserir a questão do otimismo no âmbito dos discursos e práticas da ciência. Nesse sentido, a reportagem anuncia: “A ciência tem uma boa notícia para quem costuma ver o copo meio cheio: você vai viver mais e melhor do que aquele colega que vive reclamando das coisas. Entende o porquê?” (LACOMBE, 2014, s.p.).

A posição que enuncia na reportagem parte de um saber científico para corroborar condutas otimistas do cotidiano (“ver o copo

---

2. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2014/08/forca-do-otimismo.html>>. Acesso em: 07. ago. 2016.

meio cheio”), no intuito de reiterar que esses comportamentos estão relacionados à consecução de uma vida longa e sadia, à produção de sujeitos proativos e eficientes, em contraposição aos que reclamam demasiadamente, de modo a situarem-se nos limites desses dispositivos de saber e poder que consideram o pessimismo como um estado aberrante (cf. WILSON, 2008). Assim, a posição de sujeito da reportagem embasa-se em dados de natureza científica, inclusive do ponto de vista de uma certa concepção bioquímica e orgânica do corpo, para produzir determinados modos, por meio dos quais os sujeitos contemporâneos devem lidar com seus medos constitutivos, pânticos e desesperanças que o afligem, de maneira a suplantá-los em favor de uma visão otimista e num estado de confiança no tocante a um futuro melhor. Num dado momento da reportagem, o sujeito que enuncia expõe: “É sabido que, ao afetar o sistema nervoso por longos períodos, pensamentos negativos e estresse podem causar doenças e certos tipos de demência” (LACOMBE, 2014, s.p). Ao descrever os efeitos funestos dos pensamentos negativos para a saúde e o bem-estar dos sujeitos, a reportagem põe em cena as benesses que o otimismo acarreta na constituição de subjetividades que devem cuidar de si, no paradigma de uma felicidade compulsória (cf. FREIRE FILHO, 2010) e urgente. Ser otimista no âmbito dessas condições histórico-sociais é condição *sine qua non* para se ascender a um estado de contentamento e satisfação, a despeito de todas as intempéries que inevitavelmente hão de vir.

As condições que permitem a emergência desse discurso sobre o otimismo na mídia correlacionam-se com outras práticas e discursos, especialmente no que tange à remanência dos enunciados provenientes do saber científico. Nesse sentido, Fisher (2012) fala-nos da mídia como um dispositivo pedagógico que agencia modos de subjetivação, por meio das mais variadas técnicas e saberes. Noutro momento da reportagem, observamos a



constatação: “Mas o que a ciência começa a entender agora é a crença de que tudo vai dar certo é capaz de ajudar o corpo a se manter saudável” (LACOMBE, 2014, s.p.). A reportagem divulga, num tom de descoberta, que a crença num futuro promissor e numa espécie de anseio por tempos melhores, outrora restritos a atitudes de cunho religioso e ao senso comum, agora passa a adquirir um status de cientificidade. Se considerarmos a preocupação exacerbada com a saúde e com corpo na contemporaneidade, essa evidência científica torna-se fundamental na constituição de subjetividades que passam a acreditar no otimismo como oportunidade de construir uma experiência de si para consigo, diuturnamente mediada por regimes de verdade da ciência.

A reportagem, além de citar exemplos de experiências e práticas médicas que atestam a veracidade do otimismo como um benéfico à saúde física e mental, admoesta: “Atenção! É possível virar um otimista! Atividades como meditação, hipnose e espiritualidade ajudam. Também é bom confiar nas pessoas e criar laços verdadeiros de amizade” (LACOMBE, 2014, s.p.). Na constituição desse discurso, é possível notar o funcionamento de uma rede de saberes, os quais são responsáveis por fazer com que o sujeito volte a atenção para si, através dessa cultura de si (FOUCAULT, 2005), que supõe um modo de alcançar a verdade por meio de uma moral voltada para o lado “bom” das coisas.

Dando prosseguimento à análise, investigamos o funcionamento do discurso do otimismo na produção da enunciabilidade e visibilidade de um vídeo da campanha “O otimismo te leva mais longe”, da Johnie Walker<sup>3</sup>. A famosa marca de bebidas investiu numa campanha que atrela o otimismo a uma vida bem-sucedida. Na materialidade discursiva do vídeo, vemos imagens de homens executivos vestindo-se para trabalhar, carregando pastas, sofrega-

---

3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8HChAfH7IQM>>. Acesso em: 07. ago. 2016.

mente, sob uma forte chuva ou enfrentando outros empecilhos do ponto de vista profissional. A voz de um locutor em *off* sentencia: “Com sangue, suor e lágrimas, você até chega lá, mas o otimismo te leva mais longe”. Nesse momento, sob uma música animada, observa-se a sucessão de imagens de pessoas se divertindo, escalando montanhas, andando de carro no estilo *road movie*. Entremeadas por inscrições em caixa alta tais como “otimismo abre caminhos”, “otimismo é atitude”, “otimismo transforma”, “otimismo cria”, “otimismo faz diferente”, “otimismo erra... mas não desiste”, “otimismo te leva ao topo”, o vídeo exhibe imagens de pessoas trabalhando sorridentes, fazendo ações comunitárias, vencendo os mais variados desafios. Nos segundos finais do vídeo, pessoas brindam suas vitórias com a bebida da marca Johnie Walker. Ao apropriar-se do otimismo como um mote para construir uma imagem positiva de um produto, a campanha assinala a dispersão que caracteriza os discursos em torno do otimismo, os quais permeiam a publicidade, o filão da autoajuda, o cinema, a televisão, dentre outras vitrines midiáticas.

Em suma, a campanha em análise aponta para o funcionamento de dispositivos biopolíticos de captura e governo de corpos, almas e condutas (DUARTE, 2015), pois enfatiza o poder de afetação do otimismo na constituição de sujeitos felizes, vencedores e desbravadores. O *slogan* da campanha reitera a construção de uma vida feliz. No vídeo, tem-se uma cenografia que nos reporta à efeitos de sentido de comunhão, de igualdade, de justiça, de amizade. Um índice imagético comprova as regularidades desses efeitos: as mãos. Na campanha em foco, as mãos se tocam, brindam, movimentam-se, possibilitam a realização das diversas façanhas dos sujeitos, como escalar montanhas e pintar casebres em comunidades carentes, transformando a arquitetura do lugar. O dispositivo audiovisual confere uma ênfase fundamental a esse aspecto metonímico da morfologia corporal dos sujeitos do vídeo.

A última materialidade selecionada para análise constitui um post publicado no *blog M de Mulher*. O texto intitula-se *Seis lições para ser mais otimista*<sup>4</sup>. Recortamos duas delas:

1. Abraça que faz bem!

De que jeito? Procure cercar-se de amigos e parentes queridos, pessoas com as quais você se sinta à vontade e possa abraçar sem sentir vergonha.

Por quê? Estudos demonstram que abraçar cinco pessoas por dia, durante três segundos, deixa a gente num estado prolongado de alegria.

Como funciona? O contato físico aumenta a produção de oxitocina, um hormônio que age no organismo causando calma e reduzindo a ansiedade.

Bônus! Brincar com seu animal de estimação rende o mesmo resultado. Abraçar um bicho de pelúcia também funciona.

5. Engane seu cérebro

De que jeito? Faça palavras-cruzada ou quebra-cabeças.

Por quê? Entreter-se dessa forma afasta medos e preocupações.

Como funciona? Nosso cérebro é incapaz de processar ao mesmo tempo sentimentos negativos e atividades mentais que o desafiem.

Tente também... Comer chocolate amargo, que faz o corpo aumentar a sensação de felicidade (LEVISCHI, s.d).

Na materialidade repetível dos enunciados do *post*, é possível entrever uma posição enunciativa que supõe um sujeito aprendente para quem se endereçam as lições de como ser mais otimista. A regularidade de perguntas (simuladas!) que inquiram o sujeito enunciadador a apontar os benefícios das lições apresentadas corroboram para esse efeito de sentido de uma aula de como

---

4. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/m-trends/seis-licoes-para-ser-mais-otimista>>. Acesso em: 07. ago. 2016.

tornar-se mais otimista. Nas duas lições recortadas, é flagrante o cuidado que o sujeito deve ter consigo mesmo e com outro (“procure cercar-se de amigos”, “comer chocolate amargo”, “abraça que faz bem”). Fragmentos que denotam um saber que objetiva o sujeito, tais como “Estudos demonstram que...” e “Nosso cérebro é incapaz de...”, “o contato físico aumenta a produção de oxitocina...”, servem de evidência para convencer os sujeitos a lançarem um olhar sobre si mesmos e empreenderem condutas e comportamentos em conformidade com o discurso do otimismo. O termo “mais” no título do post aponta para uma busca intermitente pelo ideário de um otimismo irretocável, dado os efeitos benéficos que este exerce na saúde física, mental e social.

Os verbos no imperativo, presentes nas lições explicitadas, constituem uma característica do dispositivo pedagógico da mídia (FISCHER, 2012), do qual o post em análise, a despeito de constituir um pequeno recorte, representa prototipicamente outras materialidades correlatas. Em suma, subsiste em tais lições uma incitação a mudanças substantivas de comportamentos, de estilos de vida, de práticas de si, embalados pela batuta do otimismo e da felicidade. Com vistas a se afastar de pensamentos negativos e melancólicos e de sentimentos opressores, vale driblar as sinuosidades e tentações do corpo e da mente.

#### 4. Palavras finais

“Essa prevalência impensada da felicidade sobre a tristeza não nos leva a uma vida mutilada, ao êxtase sem desconforto, a um meio-dia brilhante sem noite alguma?”, indaga Wilson (2008, p.5), ao questionar os excessos de uma felicidade compulsiva e de um otimismo compulsório. Na contramão desses discursos, o autor vai advogar em favor de um resgate da melancolia como característica inerente à natureza humana e como uma potência

criadora. Nesse intento, Wilson (2008) problematiza os saberes que embasam a emergência da felicidade como uma obrigação e os efeitos acarretados nas subjetividades contemporâneas. Fazendo coro a essas vozes, nosso objetivo neste texto recobriu a intenção de descrever e interpretar materialidades discursivas midiáticas que tomam o otimismo como um objeto de discurso, no intuito de investigar os tipos de subjetividade que advêm da produção desses discursos.

A análise da reportagem, do vídeo da campanha publicitária e do post permitiu-nos compreender que o discurso do otimismo representa uma espécie de condição prévia para um estado almejado de felicidade. Em boa parte das materialidades, evidencia-se a remissão a saberes, em especial o saber científico, como uma forma de credibilizar os enunciados midiáticos e fazer com que os sujeitos contemporâneos se constituam no interior desse regime de verdade. Nesse sentido, ser otimista já não é mais uma peculiaridade individual, mas uma urgência história, uma preocupação política, uma questão de governo de si e do outro.

## Referências

DUARTE, A. Foucault vai ao cinema: Tatuagem e Febre do Rato como crítica ao dispositivo biopolítico da sexualidade. In: Colóquio Latino-Americano de Biopolítica, 5, Colóquio Internacional Biopolítica e Educação, 3. *Anais...* São Leopoldo: Instituto Humanitas, 2015.

FISCHER, R. M. B. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Tecnologías del yo e otros textos afines*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade: cursos no Collège de France (1975/1976)*. São Paulo: Mantins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Gaal, 2005.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE FILHO, J. F. A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica: construindo pessoas “cronicamente felizes”. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

GREGOLIN, M. R. Identidade: objeto ainda não identificado? Vitória da Conquista, *Estudos da Língua(gem)*, v.6, n.1, 2008, p. 81-97.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. *O sujeito da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PORTO-CARRERO, V. Práticas de divisão e constituição do sujeito. In: RAGO, M.; VEIGO NETO, A. (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WILSON, E. *Para que felicidade? Transforme sua melancolia em criatividade e alcance seus objetivos*. Trad. Márcio de Paula Stocker Hack. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

# O SUJEITO CELEBRIDADE E A DISCURSIVIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA EM REVISTA:

a inclusão na ordem do controle e do espetáculo

 Antonio Genário Pinheiro dos Santos

 Maria Eliza Freitas do Nascimento

## Introdução

Lançar o olhar sobre o tema da inclusão na atualidade exige observar a política de instauração e de legitimação das verdades e dos saberes que, por um lado, fomentam as dizibilidades acerca da pessoa com deficiência e, por outro, oferecem a possibilidade de se problematizar as operações do sentido na ordem do discurso. Ligado ao tema da inclusão, esse gesto de leitura mobiliza um percurso de investigação que deve considerar a efervescência de práticas discursivas imersas numa amplitude de poder e de controle e, principalmente, atravessadas pelo espaço intervalar e incisivo da mídia e da sociedade do espetáculo (DEBORD, 2002).

É nessa conjuntura de pesquisa que se inscreve o presente estudo. Trata-se de, pela ancoragem nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso de tradição francesa, empreender um percurso de leitura discursiva dos objetos midiáticos, neste caso, as capas da Revista Incluir, cujas edições apresentam o sujeito celebridade inscrito na ordem do dizer sobre a

---

Antonio Genário Pinheiro dos Santos é Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Maria Eliza Freitas do Nascimento é Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

inclusão. Como objetivo, propõe-se investigar as estratégias midiáticas que ao discursivizarem a inclusão, subjetivam o sujeito com deficiência e constituem o espaço de visibilidade do sujeito celebridade. Estratégias essas que oportunizam efeitos de controle discursivo e de movências de sentido para a deficiência.

Ao se voltar para a fabricação de sujeitos, isto é, o processo de produção de subjetividades e, ainda, ao se assentar no âmbito da arqueogenealogia (FOUCAULT, 2005), essa investigação assinala a contribuição dos estudos foucaultianos, apontando para os conceitos do biopoder. Contribuição essa que implica num olhar de pesquisa voltado para os efeitos do poder disciplinar e da governamentalidade.

Para tanto, parte-se para a leitura do discurso considerando-o como uma dispersão – no qual se observa o cerceamento do dizer pela interdição, pela segregação da palavra e pelo acirramento de vontades de verdade – do sujeito como uma posição discursiva. Neste cenário, o sentido se apresenta como possibilidade, agenciado, por sua vez, em condições sociais e históricas determinadas (FOUCAULT, 2006a).

### Discursivização e subjetividade: inscrição do dizer na ordem do cerceamento

Em sua *Arqueologia do Saber*, ao apresentar a pergunta fundamental *Por que este enunciado e não outro em seu lugar?* Michel Foucault (2005) traz à tona a problemática do dizer e toca diretamente na questão da verdade. Ao propor que, para dizer a atualidade é preciso desfazer-se de todos os elementos que empanam o olhar, o filósofo conjura os saberes como dependentes de condições de emergências determinadas e oferece um gesto de leitura das *coisas a ver*, numa égide de fabricação da história e de desligamento do acaso.



Nesta perspectiva, ler é perseguir a descontinuidade dos discursos, quebrando o efeito de unidade aparente que adentra o olhar para determinados efeitos de sentido e não outros em seu lugar. O sentido se apresenta, então, como escorregadio, movediço, sujeito a uma rede de ilusão de controle, de cerceamento, de direção de seus efeitos. Assim, a investigação dos discursos implica em considerar suas nuances, suas filiações e, principalmente, sua marcação enquanto estrutura e enquanto acontecimento (PÊCHEUX, 2008).

Desse modo, reclamando uma ordem da língua e uma ordem da história, pode-se mencionar que a produção e a prática discursiva não são neutras e nem órfãs. São elas fruto de um trabalho de montagem e de balizamento, fazendo-se e erguendo-se a partir de um estreito diálogo com um passado e com um presente. Não há dizer neutro, único, pois sua singularidade está ali mesmo onde se justifica sua regularidade, sua vinculação a outros dizeres, sua inscrição na malha espessa de uma história construída pela presença incessante de um discurso outro e de uma alteridade.

Ao se voltar para a investigação dos dizeres que constituem uma atualidade, considerando seus regimes e suas formas de produção de saber, é preciso insistir, segundo Foucault (2004, p. 123), numa leitura que atente para os poderes e para os perigos de uma ordem de adestramento da visão, um disciplinamento do olhar, uma vez que:

O olhar não sobrevoa um campo: ele bate em um ponto que tem o privilégio de ser o ponto central ou decisivo [...]; o olhar vai direto: ele escolhe, e a linha contínua que ele traça opera, em um instante a divisão do essencial; ele vai além do que vê; as formas imediatas do sensível não o enganam, pois ele sabe atravessá-las; ele é desmistificador por essência. Se ele bate em sua retidão violenta, é para

romper, e para sublevar, é para deslocar a aparência. Ele não se embaraça com todos os abusos da linguagem. O olhar é mudo como um dedo apontado, e denuncia.

É importante trazer ainda que, para o filósofo, é na produção do dizer que se observa o funcionamento, isto é, a efetividade de mecanismos de controle e de sistemas de rarefação que evidenciam o lugar do sujeito e inscrevem as relações de poder no escopo da vida cotidiana. Trata-se de se considerar a ordem discursiva inerente aos objetos e aos sujeitos, a partir da qual nada escapa à ilusão de controle e de cerceamento.

Assim, em toda sociedade, a produção do discurso é atravessada por práticas de controle, sendo ela “selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2006a, p. 8). Retoma-se aqui a proposta de uma polícia discursiva, ou seja, mecanismos e estratégias que são operados discursivamente a partir de miras determinadas.

Nessas condições, tem-se que a leitura dos discursos não pode se restringir à sua colocação ou relação a um contexto, a um ponto de origem fundante, a uma situação ou a um motivo, mas de considerá-los no que eles têm de atravessamento, de articulação, de transformação e de tática. Ao contrário, é preciso considerar, no espaço de sua emergência, as regras que permitem sua irrupção e mobilidade, regras essas que transgridem e ultrapassam um universo lógico ou linguístico de construção.

Nesse cenário, o enunciado ocupa lugar singular, especialmente, por oferecer as condições para se ler a subjetividade, isto é, os regimes de discursividade que, mediante as operações de poder-saber, permitem ao indivíduo se constituir em sujeito, ocupar posições-sujeito.

## Enunciabilidade e ocupação de posições-sujeito no discurso

Considerar o enunciado e suas relações com a exterioridade é, para Foucault (2005), entender que o discurso não se apresenta como uma manifestação majestosa de um sujeito empírico que pensa, conhece e é senhor de seu dizer. Atrelado à produção e a mobilidade enunciativa, o discurso reclama, então, uma operação de leitura que considere sua dimensão de lugar constituído pela historicidade, onde podem ser determinadas tanto a dispersão do sujeito como a sua descontinuidade em relação a si mesmo, num processo de articulação e de discursividade.

Isso implica em considerar a constituição do enunciado como unidade discursiva, o que permite sua colocação para além dos limites da frase, do ato de fala ou de uma proposição, ao mesmo tempo em que se evidencia sua determinação em relação a todos esses elementos. Embora não se demarque pela constituição sgnica de um construto lógico, gramatical ou locutório, é importante trazer que a materialidade do enunciado não é nem inteiramente linguística e nem exclusivamente material e só pode ser compreendida como uma função no discurso que oportuniza, ao sujeito, operar numa “intenção de significação” (FOUCAULT, 2005, p. 104).

Isso marca, sobretudo, aquilo que pode ser dito, discursivizado, trazido à tona – e não outra coisa em seu lugar – num determinado momento histórico e segundo um jogo de relações e associações que ultrapassam o terreno do previsível e se vinculam à possibilidade. É nesse ínterim que Foucault propõe o enunciado como unidade do discurso, acentuando a dimensão de sua raridade e singularidade e denunciando uma presença que lhe é, ao mesmo tempo, inerente e peculiar, o sujeito discursivo.

No bojo dessas relações, e atentando-se para a questão da mediatização e o regime no qual se inscrevem as discursividades

contemporâneas – e neste caso, é importante mencionar o efeito de visibilidade e de discursivização midiática acerca da inclusão e da pessoa com deficiência – deve-se trazer as condições de mobilidade, de filiações, de associações que o enunciado oportuniza quando da sua inserção no espaço da produção de subjetividade.

Torna-se imperativo se discutir o imbricamento entre uma ordem do legível e uma ordem do olhar a partir da inscrição discursiva dessa relação, problematizando os efeitos de acúmulo, de raridade, de singularidade e de regularidade. Tais efeitos, uma vez mantendo-se intimamente atrelados às materialidades discursivas do presente, oportunizam a fabricação de um espetáculo.

Nessa conjuntura, o sujeito é constituído e marcado pelo poder e pelo saber. Interessa aqui entender a subjetivação como um processo de se falar sobre, isto é, o modo pelo qual se discursiviza as posições que são reservadas a determinados sujeitos e não outros em seu lugar, o modo pelo qual tais posições-sujeito se constituem e podem ser ocupadas discursivamente. É nesse cenário que se faz a problematização sobre o sujeito celebridade no escopo da discursivização da inclusão e do sujeito com deficiência.

É preciso entender as manobras discursivas, neste caso, as táticas de enunciabilidade que marcam a questão da inclusão – nas capas da Revista Incluir – atrelando-a ao mercado da fama e à visibilidade midiática de personalidades da moda, da dramaturgia e do esporte, as quais são transformadas em sujeitos ao ocuparem posições de evidência no cinema e na televisão. É essa a concepção de sujeito celebridade que embasa essa discussão.

Na perspectiva foucaultiana, uma vez implicado nessa relação com a verdade, o sujeito não enuncia simplesmente sua opinião, uma opinião de natureza pessoal, mas se expõe e se marca enquanto sujeito da opinião enunciada, manifestando-se, portanto, como sujeito do *enuntiandum*<sup>1</sup>. E, dessa forma,

A confiança que se pode ter na veracidade de suas palavras deriva do fato de que ele mostra, por seus atos, que não se limita a crer que o que ele diz é verdadeiro, mas que, à medida que crê, ele aplica essa verdade à própria existência. Sua opinião não representa mais uma alternativa à verdade, mas pelo fato, por um lado, de ele demonstrar que em sua vida existe coincidência entre seus atos e suas palavras, ela só pode ser a verdade (ADORNO, 2004, p. 61).

A constituição do sujeito discursivo é marcada, portanto, por essa relação estreita com uma política da verdade, sendo ela a matéria que instiga, por um lado, a roteirização de atitudes e de condutas e, por outro, determinam o que deve e pode ser mobilizado à luz do que importa à cena de evidência pública. O sujeito é, dessa forma, agenciado em tramas sinuosas de vontades de verdade que se pretendem críveis, vinculadas a operações de poder e de saber.

### A deficiência na história: movimentos de memórias e atualização de sentidos

O espaço discursivo da deficiência está ligado as diferentes materialidades que são produzidas e circulam socialmente em diferentes instâncias midiáticas. Elas favorecem a se pensar sobre o deslocamento na história do corpo com deficiência, que migra de um movimento de exclusão, aprisionamento até chegar às práticas de inclusão social, permeado e legitimado por estratégias de normalização e de controle.

Dessa forma, não se pode desconsiderar toda a memória de exclusão, uma vez que a segregação legitimou o lugar do sujeito com deficiência, pela fuga aos padrões de normalidade propostos

---

1. Cf. *Foucault: a coragem da verdade* (ADORNO, 2004).

socialmente. As práticas de exclusão levavam ao abandono e a morte, resgatando um efeito do poder soberano que não permitia um corpo disforme. O saber vigente favorecia a concepção da deficiência relacionada à invalidez, incapacidade e monstruosidade, uma vez que havia sempre a dicotomia entre o normal e o anormal, sendo então privilegiado um padrão de corpo dentro de uma norma socialmente aceita. Tudo que fugia a ela estava imerso nas formas de controle e segregação do corpo com desvios físicos ou psíquicos, legitimando a exclusão.

De acordo com Foucault (2002, p. 54) “eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje”, que visavam a um poder de normalização promovido pelo saber médico-jurídico, através da prática do exame. O anormal era também considerado um monstro, pela diferença que promovia, haja vista que

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 2002, p. 69).

Nesse viés, o sujeito com deficiência marcava através do seu corpo o lugar da diferença que precisava ser controlada pelas instâncias de poder e saber, tendo em vista a impossibilidade de explicação da diferença pela transgressão do corpo que fazia calar a lei, tanto as da natureza quanto as jurídico-sociais. Com isso, o corpo transgressor carrega uma memória de abandono e segregação que será minimizada pelas estratégias de disciplinamento e governamentalidade.

Nesse ínterim, percebe-se que nas trilhas da história os acontecimentos migram por caminhos outros que fazem eclodir sabe-

res considerados verdadeiros em certas épocas, provocando deslocamentos nas formas de ver e dizer os objetos. Assim, não de forma simplista, mas pressionada por diversos acontecimentos, a deficiência entra em outra produção discursiva, da qual se observa ainda essa relação dicotômica com o corpo sem deficiência. Entretanto, desloca-se do foco da exclusão para a emergência da inclusão, tendo em vista a efervescência de saberes que produzem discursos, os quais marcam o lugar da deficiência em perspectiva da diferença e não mais da anormalidade, abrindo espaço para reflexões do tipo *ser diferente é normal*.

Pensando assim, a concepção da deficiência está ligada às percepções culturais que determinam o modo como são construídas as relações. Skliar (1999) enfatiza que a deficiência migrou de um simples entendimento biológico e passou a ser discutida epistemologicamente, segundo a vontade de verdade da sociedade contemporânea. Para esse autor é necessário, assim,

[...] compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros (SKLIAR, 1999, p.18).

Nessa relação, aflora o discurso da inclusão em suas diferentes nuances, regido por estratégias de controle e seleção de dizeres que podem ser analisadas sob os eixos da formação dos saberes, das estratégias de poder e das formas de subjetivação pelas quais o sujeito é constituído. Assim, o corpo será sempre visto como uma produção discursiva, sob o qual se “encontra o estigma de acontecimentos passados, do mesmo modo que dele nascem os

desejos, os desfalecimentos e os erros [...] mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito” (FOUCAULT, 2007, p. 23).

Dessa maneira, podemos dizer que o discurso da inclusão mobiliza dizibilidades que deslocam o sentido da deficiência em sua transição histórica, trazendo à cena a visibilidade midiática como promotora de relações de poder e produção de subjetividade, envolvendo os sujeitos discursivos em diferentes produções de sentido, como se pode perceber nos enunciados da Revista Incluir.

### O discurso da inclusão na mídia: o sujeito celebridade no espaço da deficiência

A estratégia discursiva utilizada nos enunciados da Revista Incluir, em sua instância de controle e seleção dos dizeres, abre espaço para se pensar nas práticas de inclusão do sujeito com deficiência. Nessa forma de cerceamento da produção discursiva, é preciso recursos que instiguem o olhar do sujeito leitor para o ritual publicitário do acontecimento da inclusão. São essas estratégias que promovem a visibilidade e refletem a construção de efeitos de sentidos diversos.

Não se pode negar que a mídia, como dispositivo discursivo, opera na construção de subjetividades, por meio de técnicas disciplinares e padrões de comportamento. Agencia a vida dos sujeitos, através das múltiplas formas de controle e de fabricação de verdades, tornando-se instrumento de uma pedagogia política do corpo, da qual o corpo com deficiência é mais um dos alvos desse veículo midiático (NASCIMENTO, 2013).

Com a Revista Incluir não é diferente. Mesmo sendo destinada a produção de discursos sobre temas relativos à inclusão social da pessoa com deficiência, a referida revista estabelece estratégias que governam os sujeitos e os enredam na trama dis-



cursiva, através de insistentes manobras de produção do sentido. Dentre elas, nos enunciados selecionados para essa discussão, destaca-se o recurso discursivo da imagem do sujeito celebridade, como espaço de produção de subjetividade, disciplinamento e governamentalidade que interage na aproximação, identificação e aceitação do sujeito leitor com o sujeito celebridade e sua causa.

Trazida à baila da produção de subjetividade na e pela mídia, a noção de sujeito discursivo aponta para a relação entre liberdade do eu e a constituição ética de si, mantendo, desse modo, o sujeito implicado numa relação com a verdade. Ele, o sujeito celebridade, é conduzido, isto é, subjetivado, num cenário de representação pastoral (FOUCAULT, 2008) e de identificação social, a partir da ação discursivizadora da mídia que, por sua vez, produz efeitos de sentido quer seja de defesa de uma causa política, quer seja de luta em prol da seguridade de direitos e da assistência à pessoa com deficiência. Tais operações e deslocamentos de sentido podem ser observados nos enunciados de capa da Revista Incluir.

Figura 1. Revista Incluir, edição 39



Fonte: [www.ediminuano.com.br](http://www.ediminuano.com.br)

Figura 2. Revista Incluir, edição 40



Fonte: [www.ediminuano.com.br](http://www.ediminuano.com.br)

Figura 3 – Revista Incluir, edição 28



Fonte: [www.ediminuano.com.br](http://www.ediminuano.com.br)

Figura 4 – Revista Incluir, edição 35



Fonte: [www.ediminuano.com.br](http://www.ediminuano.com.br)

Ao realizar a leitura discursiva dos enunciados das capas da Revista Incluir, o foco do olhar recai nos sujeitos discursivizados que estão na polaridade *sujeitos com x sujeitos sem deficiência*. Há nessa produção discursiva, formas de produção do espetáculo midiático por meio de recursos multimodais que estimulam a produção do sentido, dentre eles as cores, tamanho de letras, disposição de recursos gráficos e de efeitos de sombra, luz e disposição das imagens.

Esses recursos possibilitam uma leitura por meio da intericonicidade que está na base da Semiologia Histórica, a qual segundo Courtine, citado por Sargentini (2011, p. 116) se caracteriza como “uma abordagem que leva em conta as contribuições de Foucault, da história cultural, da antropologia histórica e da semiologia para oferecer-nos uma perspectiva de análise que se articula às reflexões dos estudos do discurso”. Entende-se que voltar o olhar para a intericonicidade é buscar identificar, na materialidade das imagens, índices corporais e exteriores, que po-

dem ser formas, cores, marcas, traços, linhas e signos, os quais possibilitam destacar a visibilidade do espetáculo que incide sobre o sujeito com e sem deficiência.

Neste caso, a estratégia discursiva da revista se volta para a produção do espetáculo da inclusão por meio da visibilidade do sujeito celebridade, que, ao ser discursivizado como um sujeito sem deficiência, constrói modos de subjetivação para esse sujeito, expondo sua intimidade e entregando sua imagem ao disciplinamento do olhar do leitor e da sociedade. Assim, a regularidade na formação dos objetos discursivos está no abraço do sujeito celebridade que envolve o sujeito com deficiência. Segundo Gomes (2003, p. 75), “trazer à visibilidade é, simplesmente, mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível”.

Esse gesto de intericonicidade do abraço liga o fazer sentir do sujeito celebridade para com a causa da deficiência, uma vez que expõe por meio do espetáculo da intimidade seja familiar, como nas figuras 1 e 2, seja por meio dos projetos que desenvolve, como nas figuras 3 e 4, o espaço discursivo da intimidade, que revela um efeito de sentido de aceitação da deficiência. O sujeito celebridade é o centro da discursividade, abre sua intimidade para revelar que tem um filho com deficiência ou que apoia incondicionalmente a causa. A produção da subjetividade do sujeito com deficiência é controlada discursivamente pelo efeito provocado pela imagem do sujeito celebridade que expõe sua intimidade.

Segundo Coracini (2014, p. 102) “nos dias de hoje, a própria sociedade é o espetáculo: atrocidades, crueldades, violências, intimidades são vividas, presenciadas, explicitadas, rasgadas, sobretudo pela mídia”. Esse espetáculo da intimidade do sujeito celebridade que o coloca como um porta-voz da inclusão, como se pode notar nos enunciados verbais das figuras 1: *Isabella Fio-*

*rentino – mãe de três filhos – um deles diagnosticado com hemiparesia – ela fala sobre como a maternidade mudou sua vida e comemora as conquistas diárias dos filhos e da figura 2: O apresentador Marcos Mion fala como se tornou a voz da comunidade autista no Brasil e compartilha algumas de suas histórias com o filho Romeo.*

Nesses enunciados, há uma vontade de verdade produzida que controla o fio dos discursos e favorece a produção de subjetividade do sujeito celebridade pela escrita de si, que se reveste, segundo Foucault (2010), como um dos princípios constitutivos das tecnologias pelas quais o indivíduo se elabora e constitui sua subjetividade pelas atividades essencialmente éticas.

Nesses enunciados verbais, o sujeito celebridade produz uma escrita de si quando *fala sobre como a maternidade mudou sua vida* ou *Marcos Mion fala como se tornou a voz da comunidade autista*. A produção de sentido, por meio do verbo falar, explicita a escrita de si como uma abertura para a confissão e trabalho do eu, que discursiviza sua experiência de vida, por meio da estratégia discursiva das falas do sujeito celebridade, consideradas como “modalidades de uma relação consigo, que envolve a realização de uma prática contínua de procedimentos de escrita de si e para si, isto é um procedimento de subjetivação” (REVEL, 2005, p. 83).

Há ainda que se destacar que o sujeito celebridade produz um discurso de autoridade que disciplina o olhar do leitor para a convivência com a deficiência, e para a produção da subjetividade do sujeito com deficiência. Esse disciplinamento se efetiva ao discursivizar as mudanças na vida, as conquistas dos filhos, a experiência em ter um filho autista, que promove por meio da escrita uma conversa consigo mesmo e com os outros. Como afirma Foucault, (2006b), sobre a escrita de si.

[...] é preciso que ela não esteja colocada em um armário de lembranças, mas profundamente implantada na alma. O papel da escrita é constituir com tudo que a leitura constituiu um corpo. Escrever é, portanto, se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. É uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que é dito sobre si mesmo.

Neste caso, a escrita de si autoriza um gerenciamento da vida atrelado aos efeitos do biopoder e da governamentalidade por meio da gestão de si e do outro, tendo em vista que a deficiência precisa ser governada para um efeito de aceitação e superação, fazendo silenciar a memória de preconceito e abandono para com o sujeito com deficiência.

Desse modo, o sujeito com deficiência, para se subjetivar precisa do sujeito celebridade como uma força superior para falar em seu nome, como se pode notar também no enunciado verbal da figura 3: *Xuxa – rainha dos baixinhos fala sobre acessibilidade e inclusão em seus projetos para crianças com deficiência*. O sujeito celebridade Xuxa desempenha a voz discursiva que fala e abraça a deficiência. Entretanto o espaço de visibilidade distancia-se da escrita de si do seio familiar e volta-se para o âmbito social por meio dos projetos ligados ao atendimento às crianças com deficiência.

Esse mesmo efeito é produzido no enunciado verbal da figura 4: *Evento esportivo de Arnold Schwarzenegger dá espaço para pessoas com deficiência mostrarem seus talentos em diversas modalidades*. Esse enunciado produz um discurso de valorização e respeito ao sujeito com deficiência, na medida em que o sujeito celebridade preocupa-se em ceder espaços para a questão da inclusão. Entretanto silencia a voz do sujeito com deficiência, que por si só não pode legitimar sua causa.

Dessa forma, o discurso da inclusão está no plano de uma realidade biopolítica que se apoia em estratégias de valorização da vida, porém como suporte para o destaque do sujeito celebridade. Nessa operação, tem-se que o sujeito celebridade se apresenta como preocupado e engajado socialmente, ao ceder espaço para aqueles que não têm espaço, que são invisíveis para a sociedade, provocando assim, um disciplinamento do eu e do outro que se identifica com tais ações.

Nesse jogo discursivo da mídia, o controle do dizer, por meio das vozes do sujeito celebridade – figuras 1, 2 e 3 – marcam ainda a escrita de si como “um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolítica de produção do indivíduo contemporânea” (RAGO, 2014, p. 53). O efeito de evidência e a espetacularização produzidos nos enunciados das capas da revista acontecem por meio da inscrição do sujeito celebridade, pela ordem do dizível e do visível, seguindo um projeto de leitura e o jogo tático da ordem do discurso.

O sujeito celebridade é discursivizado em close de fotografia – o que já emana um efeito de realidade, por serem indivíduos que realmente existem na sociedade e estão na visibilidade da mídia por meio da televisão e cinema. Isso oportuniza a prioridade do espetáculo, que necessita de uma plateia para se efetivar. De acordo com Santos (2012), o termo espetáculo se refere a tudo que chama a atenção, atrai prende o olhar. Assim, a noção de espetáculo se refere ao que se dá a ver, aquilo que é exibido e que, portanto, exige algo que seja representado, encenado por alguém diante de uma determinada massa de espectadores.

## Considerações finais

O discurso produzido nos enunciados de capa da Revista Incluir promove a visibilidade que emana no dispositivo midiático, uma vez que pretende convencer e influenciar pelo controle discursivo do uso da imagem do sujeito celebridade. Essa estratégia midiática condiciona o olhar através das lentes que se propõe ao disciplinamento, fazendo erguer o controle sobre o dito, a partir do jogo enunciativo.

A inclusão social das pessoas com deficiência entra nessa era de discursividades do cotidiano, ligada a insistentes mecanismos de controle discursivos operados pela mídia. As práticas inclusivas sinalizam o lugar da mídia nessa produção do consumo de imagens que faz circular o sentido da deficiência como lugar de memória de preconceito precisando, portanto, do sujeito celebridade para ganhar visibilidade.

Cria-se o espetáculo de imagens que lideram as batalhas discursivas, contribuindo para se compreender o papel da mídia na sociedade, que transforma o acontecimento da história do presente do discurso da inclusão num espetáculo que apresenta um gesto de leitura pelo viés do disciplinamento. Assim sendo, não se pode negar que o espetáculo se encerra nessas condições, isto é, no palco dessas histórias de vida sem começo nem fim, histórias dos que foram deixados à margem, na história dos infames (CORACINI, 2014). É nesse sentido que o sujeito com deficiência, no espaço das condições de emergência do acontecimento discursivo nas capas da Revista Incluir, só ganha visibilidade pela ligação com o sujeito celebridade.

## Referências

ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editora, 2004.

CORACINI, M. J. A mídia jornalística e os chamados moradores de rua: a construção de identidades esfaceladas. In: CORACINI, M. J; CARMAGNANI, A. M. (Orgs.). *Mídia, exclusão e ensino: dilemas e desafios na contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006a.

\_\_\_\_\_. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

\_\_\_\_\_. Nietzsche: a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GOMES, M. R. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

NASCIMENTO, M. E. F. *A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência*. 2013. 288f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.



PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2008.

RAGO, M. Espaços autobiográficos nos feminismos contemporâneos: a imaginação criadora em Norma Telles. In: CORACINI, M. J; CARMAGNANI, A. M. (Orgs.). *Mídia, exclusão e ensino: dilemas e desafios na contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, SP: Clara Luz, 2005.

SARGENTINI, V. Contribuições da Semiologia Histórica à Análise do Discurso. In: SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; CURCINO, L. (Orgs.) *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

SANTOS, A. G. P. *O espetáculo de imagens na ordem do discurso: a política americana na ordem nas lentes da mídia*. Brasília: Kiron, 2012.

SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre. v. 24 n.2 jul/dez. 1999.

# PRÁTICAS DISCURSIVAS MIDIÁTICO-DIGITAIS E GESTÃO DA VIDA EM REDE:

Notas para o exercício (d)e leitura do arquivo<sup>1</sup>

 Jefferson Campos

## I. (Novas) abas, para uma não tão nova janela

Clicar, “linkar”, ampliar, minimizar, ver, comentar, deletar, olhar, curtir, postar, publicar. Tais inflexões do corpo biológico às condutas acima descritas atreladas às condições sócio-históricas do mundo contemporâneo nos situam em processos incontornáveis de interlocução, nos delimitam nos processos de produção de sentidos e, conseqüentemente, de constituição de nós mesmos na relação com o outro. As ações a que faço referência projetam algumas discussões, de maneira particular, à escuta dos procedimentos sociotécnico-semióticos que delineiam os contornos de um conjunto de práticas que funcionam, positivamente, na acepção foucaultiana do termo, na produção de saberes inscritos na ordem do discurso digital (CAMPOS, 2014).

Diante das coerções sócio-históricas pelas quais as práticas discursivas de uma época podem circular, ou, mais precisamente, diante do regime de verdade sobre o qual se assegura a positividade das práticas discursivas de uma determinada época, no

---

Jefferson Campos é Professor da FAMMA - Faculdade Metropolitana de Maringá. jeffer-songustavocampos@gmail.com.

1. Este texto recupera e desenvolve alguns dos resultados apresentados, inicialmente, em minha dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Prof. Dra. Ismara Tasso, a quem dedico este texto.

presente capítulo, proponho um exercício teórico-analítico cujo objeto emerge de uma prática discursiva midiático-digital. Refiro-me, em específico, aos enunciados que subjazem à composição hipermediática do portal *Projeto Potinari*<sup>2</sup> e da *homepage* do *Museu Casa de Portinari*<sup>3</sup>. Para tanto, inspiro-me no tratamento teórico-metodológico dado por Foucault (2012) ao volume complexo de sistemas de enunciados (acontecimentos e objetos de discursos) e volto-me para alguns recortes de enunciados heterogêneos e dispersos, a fim de observar o “sistema de enunciabilidade” e o “sistema de funcionamento” do arquivo, na estrutura daquilo que compõe o que pode ser dito e mostrado sobre a guarda, manutenção e acesso à arte; busco apreender as condições de mutação dos discursos sobre o acesso à arte, diante das coerções sócio-históricas que colocam as mudanças no campo do saber sobre a tecnologia como a grande ‘máquina de fazer ver e falar (d)a verdade’ de uma época.

Para problematizar as considerações sobre as quais pretendo me dedicar neste texto questiono sobre quais as condições para que, no tempo presente, possa ser considerado o espaço virtual um espaço efetivo de democratização, dado que, via de regra (e segundo o senso comum), (n)ele se constitui o grande espaço acumulativo de todas as coisas irrestritamente interligadas e disponíveis numa espécie de visibilidade aumentada

Tal exercício segue o seguinte encaminhamento: inicialmente, para delinear aquilo que se pode chamar de o verdadeiro sobre os modos de ver e de dizer nas sociedades democráticas, recorro a um diálogo com pesquisadores das (re)formulações sociais do tempo presente, Claudine Haroche e Zygmunt Bauman, ensinando, especialmente, o que concerne ao tratamento da arte em sua

---

2. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/>>.

3. Disponível em: <<http://www.museucasadeportinari.org.br/>>.

circulação no espaço virtual e que revigora aquilo a que Foucault (2012, p. 155) chamará de *a priori* histórico, isto é, a “condição de realidade para os enunciados”. Na sequência, apresento um conjunto disperso de enunciados que, expostos à análise discursiva, rendem-se a explicitação do sistema de regras a que obedecem, o que me permite tratar da noção de arquivo. Por fim, teço algumas considerações sobre as contribuições de Michel Foucault para o exercício teórico analítico de *corpora* midiáticos, na medida em que sua arqueogenealogia nos inspira, sempre, há pesarmos com, a partir e para além da análise dos temas e conteúdos dos textos que circulam nessa ordem discursiva.

## 2. Primeira aba: condições de possibilidade do discurso sobre acessibilidade cultural

No campo da leitura do tempo presente, há certo consenso sobre o fato de sujeito e sociedade contemporâneos estarem indefensáveis às consequências da globalização (BAUMAN, 1999). Na mesma medida em que a sociedade se organiza espacial e temporalmente em razão das necessidades globais, os sujeitos são afetados por práticas discursivas que fulminam as localidades e o tempo corrente em função de um espaço-tempo liquefeito. Disso decorre, segundo tenho defendido, a razão para que nem todos tenham acesso ao espólio cultural de uma nação e, de igual modo, aquilo a que se tem acesso não se constitua como os objetos simbólicos que, de modo concreto, permitiria uma apropriação e fruição cultural propriamente ditos, já que esses objetos culturais estão investidos de desigualdade, porque são da ordem do virtual e não do real – embora compreenda o espaço virtual na sua tangibilidade (CAMPOS, 2012; CAMPOS, 2014; CAMPOS; TASSO, 2014).

No entendimento de Bauman (1999, p. 16), “[...] a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado [...]” do tempo presente, sobretudo, em razão dos interesses econômicos, que insistem em tornar cada vez mais expansiva a possibilidade de mudança geográfica a bem do interesse pela apropriação do capital. A mobilidade seja ela real ou virtual talhou a contemporaneidade de modo visível, afetando especialmente a própria experiência da mobilidade com a diferença, no que tange à injunção humana de acercar-se do outro. Do encontro com ela, não se pode elidir a tentação de reduzi-la à força, na mesma medida em que se empenha em estabelecer comunicação com o outro. O confronto com a alteridade é um dos maiores resultados dessa mobilidade desencadeada pela condição material da contemporaneidade.

Uma consequência dessas considerações sobre ‘espaço, ‘mobilização espacial’ e ‘alteridade’ é a de que “com efeito, longe de ser um ‘dado’ objetivo, impessoal, físico, a ‘distância’ é um produto social [...]” (BAUMAN, 1999, p. 19), razão para que aumentá-la ou diminuí-la esteja e passe a ser da ordem do governo (de si, nas relações de posicionamento do sujeito; da família, nas relações de governo adequado à família e; do Estado, nas relações de gerenciamento da vida comum) e, portanto, seja suscetível a uma observação sobre seu papel em uma análise que vise às relações de poder, já que a prática de gestar vidas, isto é, de fazer política incide menos sobre o espaço do que sobre a população.

Flanar os olhos por essas relações de poder que se criam no deslocamento dos sujeitos pelo espaço não pode se desvencilhar da questão do virtual. Há, conforme o pensamento de Bauman (1999, p. 96), um descompasso grande entre o deslocamento proposto pelo projeto da globalização<sup>4</sup> e a ideia de “conquista do

---

4. E aqui tomo o termo sob o mesmo ponto de visto do autor, dado que, ao optar pelo termo “sociedades contemporâneas/democráticas”, desvencilho-me de certas armadilhas teóricas que possam advir do tratamento da noção de globalização ou pós-modernidade.

espaço” ou de acesso a ele por meio da arquitetura interconectada do virtual, pois as distâncias “[...] permanecem teimosamente inacessíveis na realidade efetiva”. O que me faz perguntar sobre os efeitos da ‘democratização da arte’, cujo acesso se consolida no espaço virtual. Uma pista sobre os efeitos dessa forma de acesso se encontra naquilo que Claudine Haroche problematiza em sua obra *A condição sensível*.

A estudiosa aponta o “desengajamento da sensibilidade” como um dos efeitos mais sinuosos das sociedades contemporâneas as quais, como já disse, é “marcado pela tirania da visibilidade”. Em suas palavras,

o que [a] interessa aqui é a existência de um *desengajamento*, fato sublinhado de forma reiterada em relação às sociedades contemporâneas: levant[a], assim, a hipótese de que esse desengajamento – esse descompromisso resultante das sensações contínuas exercidas sobre o eu – influencia, de maneira profunda e insidiosa, as relações entre sensação, percepção, consciência, reflexão e sentimentos, levando ao esmaecimento das fronteiras entre objetos materiais reais e imagens virtuais (HAROCHE, 2008, p. 122 – grifo da autora).

Em razão disso, “[...] a desarticulação entre os registros do ver e do *sentir* pode estabelecer-se de forma eloquente” (HAROCHE, 2008, p. 16 – grifos da autora). Ver e sentir tornam-se tarefas mediadas pela desatenção, cujo efeito é a apreensão de produtos simbólicos de relações de poder dissimétricas em detrimento da observação das totalidades.

A ideia do desengajamento é muito propícia para a reflexão aqui desenvolvida por estreitar a análise dos efeitos da reprodutibilidade técnica da obra de arte no espaço virtual. Considerar isso que se esboça como um esvaziamento das maneiras de sen-

tir na sociedade contemporânea e problematizar o ‘ritual’ de visitação da obra de arte e dos objetos culturais em seus espaços ‘sacralizados’ como o museu, possibilita focalizar a propriedade visível do “corpo de quem vê/olha/visita”<sup>5</sup> essas materialidades no espaço virtual. Uma questão crucial aí implicada é a que “o papel do espaço como elemento decisivo de solidez na construção e na formação da *identidade*, e a valorização e a aspiração à estabilidade” (HAROCHE, 2008, p. 20 – grifos da autora) institui a conduta desse “olho que vê”, que acessa e se torna parte da ‘população’ que teve acesso à arte. A este processo de corporificação denomino “corpo-olhar”. Retomando as considerações de Haroche (2008, p. 19 – grifos meus), vale ressaltar que essa propriedade visível (pelos gestos e condutas) “[...] é *atestada*, portanto, *no espaço concreto, físico, material das instituições, em particular*, e dos espaços sociais, de modo mais amplo”, o que me leva a considerar que o espaço do museu virtual atesta essas formas materiais de sentir e de agir desse “corpo-olhar”.

Ao iluminar as reflexões sobre o funcionamento dessa política de acesso à arte, o cruzamento das duas perspectivas abordadas permite questionar os efeitos dessa desatenção dos sujeitos que se constituem no interior das práticas discursivas produtoras da política de acesso cultural. Enquanto verdadeiro de uma época, as políticas de acesso à obra de arte, sobretudo pelos subterfúgios da virtualização dos espaços e das formas de visitação de acesso, promovem inflexões materiais importantes nos regimes de visibilidade da arte. Essa mudança alteraria o *status* material da arte, infringindo a identidade dessa obra (compreendida a partir da noção de enunciado em Michel Foucault). Temos, portanto, o regime pelo qual são validados os discursos (e suas materialida-

---

5. Agradeço as considerações do professor Dr. Pedro Navarro, durante a qualificação desta pesquisa, e da Dra. Ismara Tasso, minha orientadora, durante os encontros de orientação, pelas reiteradas menções a essa ideia do “corpo de quem vê”.

des) sobre e da ordem do artístico e cultural no espaço virtual. Trata-se, aqui, de demarcar menos os sentidos dos enunciados que circulam nesse espaço, mas, principalmente, uma história específica que conduz os enunciados diversos em sua existência a um devir mais ou menos demarcado pelas leis que o situam.

O movimento contínuo *entrava* a possibilidade de reflexão, a eventualidade de uma hesitação, a possibilidade de distanciamento, processos de elaboração das percepções baseados nas sensações. Dessa forma, a personalidade hipermoderna se caracteriza pela ausência de engajamento, com a qual o indivíduo está “ligado, porém distante” (HAROCHE, 2008, p. 128 – grifo da autora).

Considerando, ainda, a afirmação de Bauman (1999), considero que, em um movimento anverso, o processo de instituição de uma política de acesso aos objetos culturais, a que me detenho neste exercício analítico, promove a “hipervisibilidade” de imagens digitais no movimento mesmo em que ocorre a expropriação dos bens culturais em si. No que diz respeito aos efeitos dessa desatenção social, na contemporaneidade, é válido lembrar que, lentamente, o ideal democrático visado pelas sociedades contemporâneas, através da “domesticação dos costumes” que perfilam as tramas do social, tornaram as práticas sociais singularmente marcadas pela mecanização e previsibilidade. Enquanto produtora (ao menos de um efeito de) bem-estar social e de integração, beira ao que se pode chamar de uma “solidariedade mecânica” (MAFFESOLI, 2003) que, certamente, se refere aos efeitos dos modos de gerir a vida (a de si mesmo, ou a da população).

Como a entende Foucault (1979, p. 280), “existem portanto muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Portan-



to, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado [...]”. (FOUCAULT, 1979, p. 280). Desses de governo, destaca-se a singularidade da política (ciência do bem governar o Estado) sobre a economia (governar adequadamente a família) e a moral (governar a si mesmo). Do ponto de vista político, essa forma de tecer a rede do social não escapa aos efeitos da governamentalidade, pois engendra as diferentes técnicas cujo objetivo visa gerir a população, tida como igual e a partir disso, socialmente coesa.

Nesse sentido, é válido compreender o museu alocado no espaço virtual como inserto na grade dos diferentes espaços onde a vida humana se processa, como um daqueles “[...] que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas” (FOUCAULT, 2001, p. 414). Ao ser colocado sob a descrição sistemática que teria por objeto o espaço de ação humana, o museu virtual, enquanto linguagem inscrita no espaço da web, apresenta, primeiro, uma acumulação temporal, que ordena o arquivo da arte portinariana na História do Presente. Nessa mesma organização, estão implicadas as especificidades do espaço virtual, diretamente circunstanciado pelo discurso da Inovação Tecnológica, de cuja constante modificação no campo do desenvolvimento das técnicas de “escrita” no espaço virtual deriva uma instabilidade das materialidades aí processadas. Por isso, na escrita do *Museu Casa de Portinari* no e pelo espaço virtual, abordo a instabilidade de sua materialidade, no que tange aos insistentes reajustes de sua “aparência” no jogo em que figuram a tentativa de relativizar o aspecto intangível causado pela bidimensionalidade da tela do dispositivo tecnológico de acesso ao site do museu, pela aparente hipervalorização dos componen-

tes de uma dita “realidade aumentada”. O que conclama entender a relação entre a materialidade e o arquivo discursivo.

### 3. Segunda aba: acessando a rede dos enunciados e o arquivo

Como apresentado até esse momento, boa parte das práticas sociais e discursivas, na contemporaneidade, mantém relação direta com a inovação tecnológica e, no que compete aos enunciados da ordem do artístico, possibilitam apreender como a lei do que pode ser dito enquanto acontecimentos singularizados também na contemporaneidade. Atinente a isso, proponho-me a apresentar a segmentação de um *corpus* discursivo e sua importância para a compreensão do funcionamento hipermidiático analisado no interior do arquivo de que deriva.

Em reportagem exibida no jornal semanal SPTV 1.<sup>a</sup> Edição, destaco uma materialidade que constitui um dos enunciados que circulam e pertencem ao arquivo discursivo em análise. Embora não trate da produção artística de Candido Portinari, a reportagem veicula a notícia de que dois museus brasileiros terão parte de seu acervo na rede. O trabalho aqui evocado, visa a circunstanciar o enunciado no exercício de sua função que só “faz sentido” por estar ancorado na discursividade do arquivo<sup>6</sup>. A informação, declarada com muito entusiasmo, pelo âncora do jornal, e especificada com otimismo, pela repórter, objetiva delimitar o campo em que tecnologias inovadoras permitem “visitar os museus sem sair de casa” (Figura 1).

---

6. Esta discussão, fora dos limites do trabalho foucaultianos, é tratado por Guilhaumou e Didier (2010) e Pêcheux (2010), no livro *Gestos de leitura: da história no discurso*, organizado por Eni Puccinelli Orlandi. Nesta pesquisa, optei por restringir a discussão do arquivo nos domínios dos textos de Michel Foucault ou dos que fazem referência a ele.

Figura 1. Frames da reportagem



Sequência 1: Marcas do processo de desterritorialização da obra e do acesso à arte  
Sequência 2: ‘Flagra’ o dispositivo da Inovação Tecnológica em funcionamento

A *Sequência 1* trata das condições para que a arte se efetive materialmente, o modo de organização do espaço de exposição e visualização desse acesso e a própria lógica que ‘explica’ a possibilidade contemporânea de se ‘desterritorializar’ a arte de sua materialidade inerte, para torná-la universalmente acessível, é levada a cabo, apenas, pelo o que se depreende da inovação tecnológica, na sua função de objeto, ou de discurso. Já a *Sequência 2* é um flagrante de como as intervenções no campo do saber tecnológico constituem o que está ou não na ordem do dizer e da visibilidade da arte na contemporaneidade. Note-se que, enquanto objeto material, ele é o referente do discurso, no nível verbal, é a condição para que se produza a acessibilidade, bem como a razão para que, na pauta da prática discursiva midiática, se fale sobre a arte. O arquivo discursivo torna-se visível, por meio da lei do que pode ser dito e visto neste momento da história do presente.

Nos recortes do corpus que será analisado neste trabalho, precisamente, me refiro às *Home Pages* do *Projeto Portinari* e do *Museu Casa de Portinari*, apresento alguns elementos significantes que se insinuam ao olhar desse “corpo que vê”, interrogando sua lei de enunciabilidade na ordem dos discursos a que pertence.

Figura 2. Interfaces das homepages e da postagem do perfil institucional do Museu Casa de Portinari na rede social Facebook



Fonte: Facebook

No quadro das inúmeras possibilidades de visibilidade da prática de acesso à arte, a regularidade que emerge nesses enunciados (visuais) (Figura 2) é a da instância de que derivam: as alterações nos saberes sobre a tecnologia. Nos três casos, a hipermídia, inicialmente tomada como uma prática discursiva midiática, institui a forma de circulação da arte, legitimando, assim, aquilo (e como se pode) circular os dizeres e as visibilidades sobre os objetos artísticos. Está aí uma pista que pode ser tomada como resposta ao questionamento de Foucault (2012, p. 32) de “[...] como apareceu esse enunciado, e não outro em seu lugar”, e de igual modo permite observar sob quais circunstâncias ou critérios pode-se segmentar o arquivo a partir de conjunto de enunciados. Diante dessas orientações, é possível revigorar o acontecimento discursivo inscrito nos enunciados, nos quais “[...] história e memória se perpetuam na atualidade dos fatos, mantendo-os conectados a uma complexa rede enunciativa detentora de regras próprias de funcionamento que busca equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos” (TASSO, 2013, p. 148). De igual maneira, acatando esses mesmos procedimentos, é possível fazer aparecer a “[...] lei na qual se detenha as regras para a enuncialidade e o funcionamento discursivo” (TASSO, 2013, p. 148).

A noção de arquivo discursivo refere-se não ao simples agrupamento de enunciados que se assemelham tematicamente e se organizam segundo sua linearidade de aparecimento na história dos grandes acontecimentos. Antes, refere-se, utilizando-me das palavras de Foucault (2012, p. 146), aos “[...] sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)”. Ou, mais precisamente, como a “[...] lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2012, p. 147).

#### 4. Segundo acesso analítico: segmentar significativamente o arquivo

Nesta seção, abordarei algumas questões de ordem metodológica que amparam o recorte do corpus, no interior do arquivo discursivo de que fazem parte. Serão retomados alguns procedimentos propostos pela AD, com a finalidade de especificar os procedimentos que possibilitaram a entrada no corpus discursivo e na seleção dos recortes significativos para a análise. Um recorte é um fragmento, um átimo da situação discursiva que, do ponto de vista foucaultiano, no caso em análise, é semelhante a “tratar, assim, da materialidade imagética com pujança monumental [...]” o que “[...] requer, de início, que seja definido o acontecimento que é revigorado no tempo e no espaço [...]” (TASSO, 2013, p. 149).

Esse elemento discursivo que se recorta do arquivo em análise nos remete à polissemia e estabelece uma relação entre o explícito e o implícito imbricado na materialidade do discurso (que é linguístico-discursiva – e, no caso, imagética). Assim, de um arquivo discursivo composto por materialidades digitais da ordem do artístico na contemporaneidade, os recortes efetuados reca-

em sobre aqueles que, inicialmente, correspondem à iconografia portinariana e, em segundo lugar, correspondem a práticas discursivas contemporâneas que respondem à materialidades advindas de alterações na materialidade do artístico advindas do processamento técnico dessas materialidades conforme Figura 3, na sequência apresentado.

Figura 3. Mosaico da relação dos recortes com o arquivo discursivo



A Figura 3 remonta ao processo de entrada e de recorte do corpus discursivo, pois delinea o modo como os recortes, tematicamente selecionados por se tratarem da iconografia portinariana, advêm do arquivo cuja lei de organização obedece à regularidade discursiva de materialidades da ordem do artístico que, em razão dos espaços em que circulam, constituem efeitos de uma política de acessibilidade cultural.

Por isso, noção de recorte torna-se procedimental, pois permite dar maior visibilidade aos “arranjos significativos” (LAGAZZI, 2009) em que se sustentam as discursividades da arte nas

diferentes materialidades significantes as quais, na dispersão das práticas de que derivam, consolidam o funcionamento e a eficácia do arquivo discursivo em análise.

Dado o trabalho exercido pelo espaço virtual, isto é, o de superfície de inscrição (FOUCAULT, 2012), recoberto pelos estratos históricos de que trata Deleuze (2005), esse espaço deve ser compreendido em sua existência (i)material. Eis os motivos pelos quais passo a compreender o espaço digital como um espaço outro, uma forma material inusitada. Para Foucault, a noção de espaço torna-se primordial para compreender algumas formas de organização das linguagens e dos sujeitos (FOUCAULT, 1997; 2011). Segundo esse teórico, a noção de espaço é reconfigurada a partir de um deslocamento da ideia de extensão para a de posicionamento. Esse movimento no espaço indica, para o filósofo, não só a razão para que se crie um outro espaço, mas, e principalmente, para que se vejam constituir espaços não convencionais que alojem funções e percepções que se desviem dos lugares comuns e das formas convencionais que já foram estabelecidos pela sociedade. Essa existência espacial é considerada, doravante, como possibilidade de discutir como o olhar sobre o espaço da arte é reconfigurado, substituído ou (re)modelado em função de uma nova ordem de olhar a textualidade artística, justamente, trata-se de propor como possibilidade investigativa uma arqueologia do olhar o museu digital em sua existência heterotópica.

Diante das leis que organizam a formulação, circulação e recepção dos enunciados sobre a arte, na contemporaneidade, o saber sobre a tecnologia é o princípio norteador das práticas discursivas que atestam o verdadeiro da época. Reconhecer esse princípio, permitiu situar o arquivo discursivo em análise, bem como, sob o amparo da noção de recorte, pôde-se selecionar os elementos mais significativos das cadeias significantes em análise.

Por se tratar de uma forma ontológica de (re)criação do real, portanto, de uma experiência humana mediada inelutavelmente pela linguagem, “[...] na ordem do espaço, há estruturas, margens, desníveis, coerência e contradição ou, na acepção e síntese que me interessam, o espaço é e se constitui por meio de linguagem, cuja propriedade discursiva permite-lhe dizer(-se) no silêncio” (CAMPOS, 2012, p. 01). Em razão disso, assumo o virtual como um fato de discurso, como materialidade encarnada na história, espaço concreto que requer gestos de interpretação particulares, porque produz e faz circular sentidos e sujeitos.

O espaço é tomado em sua tessitura determinada pelo virtual. A locução assim proposta alça o processo de significação para um limiar recortado, que, no jogo parafrástico, higieniza alguns dos sentidos possíveis. Dito de outro modo, embora a noção de espaço recorra a um sentido já-dado, constituído em sua relação com um lugar, sítio passível de ser habitado, modificado, utilizado como espaço de parada, deslocamento, guarda..., o espaço a que faço é referência é aquele no qual a experiência humana é intermediada por recursos tecnológicos de (re)criação do real, no qual o deslocamento do sujeito simula as ações da vida ordinária de maneiras inusitadas, aquilo que, para Foucault (1997), será condição para o estabelecimento de uma heterotopia, isto é, aqueles lugares onde as funções e as percepções são desviadas, transmutadas e (res)significadas em relação aos lugares comuns onde a vida humana se desenvolve.

É pelo “olhar de superfície” que (o sentido d) a arte se define enquanto objeto. A articulação de suas materialidade e superfície de inscrição desvela uma aparente “verdade” incontestável em sua espessura visível, como uma espécie de sintoma que, à moda da medi-



cina clássica, tem como sujeito um “olhar de superfície” do curador e como objeto, um “espaço plano de classificação” do artístico<sup>7</sup>.

Tendo em vista as inflexões de ordem material que incidem sobre a materialidade do artístico no espaço virtual, neste trabalho, adoto a noção de heterotopia proposta por Michel Foucault como aquela que é essencialmente operacional para a compreensão do funcionamento discursivo aí implicado. Uma primeira hipótese para essa tomada de posição é a de que o espaço virtual, no que diz respeito aos enunciados a que faz circular (ou produz) funciona como um campo heterotópico de utilização nos moldes já tratados.

Considero que o enunciado visual da ordem do artístico, embora mantenha sua relação com a ordem a que se filia (a ordem do artístico), ao mudar o seu suporte (que deixa de ser a superfície de uma parede, no caso dos murais), tem sua materialidade repetível inscrita em outra ordem: a da acessibilidade. Para, além disso, mas na mesma direção, ao colocar em questão os feixes de memória atinentes ao jogo da representação visual no espaço digital, os estratos históricos nos quais se constituíram os acontecimentos tornam-se embaralhados a ponto de o acontecimento segundo (o da produção do digital, em sua discursividade) ser absorvido pela memória que deriva do primeiro acontecimento (de que a materialidade é significada pela ordem do artístico enquanto um documento marcado, datado e circunscrito a um autor: a obra de arte).

O efeito desse funcionamento é a produção da evidência e da transparência dos sentidos sobre a arte. Ainda que, para entrar na discursividade do digital, o enunciado visual tenha de ter sua identidade mudada, o processo discursivo aí implicado sustenta

---

7. Para melhor compreender a relação de comparação proposta entre a medicina clássica e (o espaço d) a arte legitimada em e pela sua instituição mantenedora *C.f.* Machado (2006), capítulo II – *Uma arqueologia do olhar* e Foucault (2000), capítulo V – *Classificar*.

a memória do acontecimento factual no qual foi criado o objeto artístico concreto. O funcionamento dos enunciados no interior do arquivo produz um efeito de evidência, que falseia a realidade de que, o que se vê na tela do computador, é o real: esse efeito de realidade nada mais é do que o funcionamento do saber-poder ver a arte na ordem do discurso digital.

## 5. Fechando abas, para abrir novas janelas

Observar as maneiras de ver e de dizer a arte na sociedade democrática é uma tarefa propícia à compreensão das formas de acesso à obra de arte e(m) suas instituições contemporâneas, à tomada da problemática das diferentes textualidades e de seus espaços de recepção na historicidade das práticas de leitura e de seus efeitos na produção dos sentidos e das subjetividades que emergem do arquivo discursivo.

Do ponto de vista do sistema de funcionamento, do arquivo analisado, a iniciativa de promover o acesso à arte como um efeito das políticas afirmativas de inclusão é uma das ações que, por um lado, integram o tipo de conduta que se espera de uma sociedade dita democrática e, de outro, mantém uma conduta institucionalizada de distribuição dos bens culturais a toda a população (ainda que de forma virtualizada). Sendo assim, as *Home Pages* do *Museu Casa de Portinari* e o *Portal Projeto Portinari* constituem-se em parte material das práticas discursivas imersas e regidas por tecnologias de governamentalidade contemporâneas. Isto porque, “ao exprimir que os membros de uma mesma sociedade se encontrem, entrem em acordo e, para tanto, se submetam às distâncias e às proximidades impostas, garantias da ordem social, o espaço impõe maneiras de ser comuns” (HAROCHE, 2008, p. 42).

Os gestos e as maneiras de sentir, orientados pelo posicionamento dos sujeitos nisso que circula como um efeito de acessibilidade cultural, implicam reconhecer o estabelecimento de um status na ordem social e, ainda, “[...] expressam e traduzem cuidados, e mesmo aspirações contínuas e fundamentais, como a preocupação com a proximidade de posições de poder, a altura e a anterioridade, no contexto de uma economia vivida [...]” (HAROCHE, 2008, p.45-46). A partir destas considerações, importa destacar, ainda, algumas questões importantes à compreensão da acessibilidade cultural no rol das práticas discursivas contemporâneas.

Como já dito, a noção de desengajamento se baseia na conduta dos sujeitos ao se relacionarem com a exterioridade, com sua forma de interpretar. Com efeito social, o desengajamento de que trata Haroche (2008) incide na atenção dada à materialidade produzida pelas relações do homem com o meio e com outros sujeitos. Nessa ordem, produzem-se o que se podem denominar de pseudo-produtos de ordem simbólica que ultrapassam seus próprios limites materiais, que se acomodam em discursividades que não são as suas, mas que significam ali (ainda que em sua falta) por terem como sua grande aliada a desatenção promovida pelas relações na sociedade contemporânea.

Por fim, sem que tal elemento morfossintático obrigue a oferecer uma conclusão definitiva, neste exercício, busquei situar de que maneira, ante às demandas teóricas que se origina(ra)m a partir dos caminhos que se abrem diante do corpus, um posicionamento crítico que, para além da repetição teórica, visa desenvolver aproximações e desdobramentos que permitem compreender o funcionamento discursivo do arquivo em análise. Ao tratar do arquivo discursivo em que se inscrevem os processos e enunciados das ordens da circulação e do acesso a obra de arte, tratei do sistema de enunciabilidade que rege as formas de dizer e de fazer ver a arte no tempo presente, ainda que, como bem

lembrado por Foucault (2012, p.160), “a descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) [...]” que observar a circunscrição das práticas discursivas (conjunto de enunciados) a um arquivo “[...] estabelece que somos diferença [...]” e que esta “[...] longe de ser sua origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos.”

Neste exercício, revisitei alguns pontos das teorizações foucaultianas que permitem a todo e qualquer analista de discursos lançar luz sobre um conjunto disperso de enunciados. E, ao tratar de suas regras de formação que “remontam” a um *a priori* histórico, ao destacarmos seu regime de verdade, isto é sua condição de existência, o pesquisador pode entender sob quais critérios agruparam-se num elemento representativo de um dado momento histórico.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. A linguagem do espaço no Museu (digital) Casa de Portinari: olhares e sentidos em trânsito. In.: II JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO; 1.º ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO, 2012, Maringá. *Anais Eletrônicos...* Maringá: Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM, 2012. Disponível em: <anais.jiedimagem.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *A imagem em discurso digital: heterotopia dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço virtual*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

\_\_\_\_\_. Tasso, Ismara. A linguagem do e no espaço do museu (virtual) Casa de Portinari: mutações no regime de olhar a arte. In: SILVA, Agnaldo Rodrigues da; TUTIKIAN, Jane Fraga; KARIN, Taisir Mahmu-

do; NUNES, Sílvia Regina (Orgs.). *Linguagem e Cultura: viagem pela literatura, arte e discursos*. Porto alegre: Instituto de Letras – UFRGS, 2014, p. 251-288.

DELEUZE, Gilles. *Signos e acontecimentos: entrevista com Gilles Deleuze por Raymond Bellour e Françoise Ewald*. Trad. Ana Sachetti. In.: ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossiê Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon, 1991.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

\_\_\_\_\_. A governamentalidade. In.: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 277-293).

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8 ed. 2 tir. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In.: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 411-422.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Campo Teórico).

HAROCHE, Claudine. *A condição Sensível: formas e maneiras de ver no Ocidente*. Trad. Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo da memória. In.: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERRERIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos. SP: Claraluz, 2009, p. 65-78. (E-book).

MACHADO, Roberto. Uma arqueologia do olhar. In.: \_\_\_\_\_. *Foucault, a ciência e o saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 87-109.

MAFFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. Trad. Juremir Machado da Silva. In.: MARTINS, Francisco Me-

nezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2003, p. 37-48.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as consequências sociais da Segunda revolução Industrial*. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 8 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. Olhares e dizeres da mídia sobre corpos em vigília: a fotografia-documento e o inventário do real. In.: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Orgs.). *Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. São Carlos, SP: Pedro e João, 2013, p. 41-64.

# HOMICÍDIOS REAIS E O NÓ NA REDE:

registros por câmera de celular no espaço digital *youtube.com*

 Samene Batista P. Santana

 Nilton Milanez

## Homicídio na rede e lexicologia na internet

A produção dessas breves linhas nasceu na rede de internet, **A**num site de notícias local que, por sua vez, nos levou a um *link* do noticiário da cidade de Goiânia: “Covardia, assassinos filmam execução de jovem que teria denunciado criminosos” (25-11-2014). A notícia direcionava ao vídeo no espaço digital *youtube.com* e mostrava a execução de um jovem por mais cinco jovens que filmaram e postaram na rede o próprio ato criminoso.

A partir dessa materialidade, o que, *a priori* revelou-se enquanto barbárie, incitou-nos à curiosidade. As ferramentas de pesquisa por similaridade do canal de vídeo nos levou a outros vídeos sobre o mesmo acontecimento: homicídios reais filmados por meio de celular e postados nas redes sociais e canal *youtube.com*: “homem sendo executado em Belford Roxo” (06/02/2014), “Garoto mata ex namorada e filma o crime” (01/04/2014), “homicídio gravado em Manaus: cenas fortes” (02/08/2014), “Vídeo mostra assassinato em Maceió” (08/08/2014), “Covardia assassinos filmam execução de jovem que teria denunciado criminosos” (25/11/2014), “Gravou assassinato ao vivo, invadiu a

---

Samene Batista P. Santana é Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.  
Nilton Milanez é Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

casa” (20/04/2016), “Homem que matou repórter e cinegrafista FILMOU SEU CRIME” (26/08/2015), “Homicídio em Salvador” (25/11/2015), “Assassinato ao vivo” (01/12/2015), “Policial atira em Homem armado com uma faca – Governador Valadares, Minas Gerais: Briga de Vizinhos” (06/03/2016).

Quanto aos vídeos encontrados, salientamos a existência material de um, especialmente: “Homem que matou repórter e cinegrafista FILMOU SEU CRIME” (26/08/2015), pois que, a produção vidiática circulou o mundo com a história do Repórter americano<sup>1</sup> que matou uma colega de trabalho e um cinegrafista em agosto de 2015, filmou tudo com seu aparelho celular, postou na rede de internet e depois, suicidou-se.

Em relação à metodologia de busca no espaço digital *youtube.com*, utilizamos a técnica lexicológica. Segundo Dantas (2014), a lexicologia é a disciplina que estuda as palavras de uma língua em redes individuais e coletivas. É ela que trata das relações de sentido que existem entre as palavras que constituem o léxico de

---

1. Num crime transmitido ao vivo pela TV e repetido pelos noticiários de todo o mundo, o repórter Vester Lee Flanagan (que se apresentava como Bryce Williams) abriu fogo enquanto uma equipe fazia uma entrevista na Virgínia, matando dois ex-colegas — uma repórter e um cinegrafista — e ferindo a entrevistada, na cidade de Moneta. Em um vídeo gravado e divulgado pelo próprio autor, é possível ouvir os tiros e a dupla à frente da câmera correndo. O atirador fugiu após disparar ao menos seis vezes. Depois, tentou suicídio e morreu horas mais tarde, segundo a polícia estadual. Flanagan já havia feito ameaças a outras pessoas com quem trabalhou. Na transmissão, a repórter Alison Parker, da WDBJ, entrevista uma empresária e não percebe a aproximação de Flanagan. Ela é ser surpreendida pelos tiros, enquanto o cinegrafista Adam Ward é atingido e cai morto no chão. Aos gritos, Alison corre em meio a outros disparos, e a transmissão é cortada, mostrando uma expressão de surpresa da apresentadora. O crime chocou os americanos e era mostrado por apresentadores de TV consternados. Nos primeiros momentos, enquanto não estava claro quem era o atirador, as escolas perto da Bridgewater Plaza, onde ocorreu o episódio, tiveram as portas fechadas e a segurança reforçada. Equipes de segurança emitiram um alerta máximo para caçar o suspeito, enquanto em Nova York a polícia reforçava a segurança em emissoras de TV. Antes de ser capturado, no entanto, Flanagan chegou a publicar um vídeo nas redes sociais mostrando ele se aproximando e apontando a arma para a repórter. Um segundo vídeo mostrava ele disparando. Em outras mensagens no Twitter, ele acusou os colegas de racismo — ele já havia aberto uma ação contra a empresa por acusação semelhante. A conta do atirador no microblog foi suspensa quase de imediato. Segundo o presidente e diretor-geral da emissora, Jeff Marks, o atirador era uma pessoa difícil (O GLOBO, 26/08/2015).



uma língua. Além disso, tem ainda a tarefa de estabelecer a lista de unidades que compõem o léxico de uma dada língua. Pruvost (2000, p.89) fala sobre o papel desempenhado pelas “máquinas” na lexicografia. Tal distinção conta com três períodos, “à aurora de um quarto”: 1º: 1950-1965, em que lexicografia e lexicologia se redefinem uma em relação à outra. É o nascimento da lexicologia como ciência linguística; 2º: até 1980, em que o dicionário é reconhecido como objeto de estudo; 3º: 1980 até final do século XX, em que há a aproximação dos domínios próprios aos dicionários com a “lexicomatique” (ibidem, p.91). Assim, podemos dizer que vivemos um quarto período marcado pelo desenvolvimento da Internet, que leva à reflexão sobre os procedimentos editoriais e sobre as consultas, tendo em vista esse espaço virtual. Discursivamente, temos o domínio dicionarístico sendo atravessado pela tecnologia, propiciando a constituição de saberes para o dicionário, para os leitores e para a questão da autoria. A Lexicologia, portanto, assume um *status* científico e tem-se desenvolvido bastante nos últimos tempos a partir de estudos que analisam o léxico com base em *corpora* constituídos por palavras retiradas de contextos reais de uso como notícias, anúncios, textos conversacionais, entre outros, veiculados nos mais diversos suportes textuais.

Assim, tivemos duas escalas de busca por “palavras-chave” no espaço digital *youtube.com*: num primeiro momento encadeamos: “crime real filmado”; “homicídio filmado”; “assassinato real”. Nessa primeira busca, o encadeamento léxico entre “crime” – “homicídio” – “assassinato” e “filmado” – “real” nos levou a outra escala de busca por similaridade: as abas de sugestões se abriram e chegamos à incidência de outro encadeamento: “crime filmado por celular”; “homicídio registrado por celular”; “criminosos filmam o crime por celular”. Nesse segundo momento, o encadeamento léxico “registrado” – “celular” – “filmam” nos conduziram,

definitivamente, aos vídeos que compõem nosso *corpus* formados, portanto, de casos reais sobre crimes de homicídio filmados por câmeras de celular e postados no *youtube.com*.

Os problemas, evidentemente, apareceram. Problemas mais ingênuos, baseados no senso comum, e problemas mais profundos, ancorados nas nossas redes de saber. O crime tipificado mais conhecido entre nós: o homicídio, ganhava assim, uma atualização dos nossos tempos. Era agora o homicídio filmado por celular, a câmera em movimento que roteirizava uma evidência criminosa.

Abordamos, assim, metodologicamente, as formas e condições históricas de aparecimento e de mobilização do conteúdo digital na internet para a pesquisa. Enfatizamos a seguir, nosso objeto dúplice: *os vídeos que coexistem em câmeras de celular e na rede digital youtube.com*. Acreditamos que tal coexistência provoque um verdadeiro “nó em uma rede” (FOUCAULT, 2008, p.26), já que a emergência dos vídeos apresentados só se faz possível porque (co)existem: celular com câmera capaz de filmar e armazenar, e, ao mesmo tempo, um espaço digital de publicação e compartilhamento do conteúdo filmado. Há, portanto, uma rede infinita de saberes formada pela “constelação” de possibilidades a partir dos nossos vídeos (FOUCAULT, 2008, p. 74): a (re)atualização dos acontecimentos evidenciados nos vídeos, como os crimes de homicídio reais filmados por meio de celular e postados no *youtube.com*.

### Olhar vidiático – da câmera do celular para o Youtube

No interior da história, é possível deixar a superfície e “cavar”, mais profundamente, a fim de chegar às condições de aparecimento, asserção ou proveniência dos acontecimentos, coisas e objetos.

Diante da produção vidiática encontrada, é possível tomar duas posturas, igualmente históricas, mas sob diferentes pers-

pectivas: “memorizar um monumento do passado e transformá-lo em documento” (FOUCAULT, 2008, p. 8), e assim, fixá-lo em si mesmo. Ou ainda, é possível tomar os vídeos enquanto documento e, a partir da história, fazê-lo “desdobrar-se, decifrar os rastros deixados pelos homens (...) olhar para uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Preferimos fugir à fixidez do objeto documental como conclusão e partir do próprio documento para torná-lo monumento pelo viés da história. Tal metodologia histórica nos propicia desconfortos, surpresas e mais problematizações, entretanto, os bônus se consubstanciam em rupturas e nós.

Assim, constatamos duas câmeras concomitantes, duas formas de se ver e dizer os homicídios reais na rede de internet. A primeira câmera: aparelho celular nas mãos do assassino, ou coautor, e a segunda câmera: o espaço digital *youtube.com*, onde os vídeos passam do nível privativo para o nível da publicização do acontecimento.

### Celulares com câmera de vídeo: condição de possibilidade tecnológica

Nem sempre os aparelhos celulares foram veículos de conteúdo audiovisual. Segundo matéria no site *tecmundo.com* (2014) as pesquisas para que câmeras fossem acopladas em aparelhos celulares começaram na década de 90, mas somente no ano de 2000 o sonho se tornou realidade. O primeiro modelo comercial de celular com câmera foi o J-SHO4, da Sharp. Ele só chegou às lojas em 2001 e foi comercializado pela J-Phone, empresa que hoje pertence à Softbank:

Figura 1. Celular da Sharp: primeiro modelo a contar com câmera no mercado



Fonte: site tecmundo.com

Alguns meses antes, a Samsung quase foi a pioneira ao lançar o SCH-V200, um celular acoplado a uma câmera. O fato de eles não serem integrados no mesmo conjunto fez com que a versão da Sharp fosse oficialmente considerada o primeiro celular com câmera do mundo. Em outras palavras, a Samsung lançou o primeiro modelo 2 em 1, que reunia um celular e uma câmera. Entretanto, meses depois foi a vez de a Sharp transformar celular e câmera em uma coisa só:

Figura 2. Celular Samsung SCH-V200



Fonte: site tecmundo.com

Nos anos seguintes, a maioria das marcas de aparelhos celulares lançaram suas versões de celular com câmera integrada e a cada ano que passava mais qualidade ganhavam as câmeras dos celulares, passando também a integra, além da função de tirar fotos, a função de gravar vídeos. Em novembro de 2002 a Sanyo lançou nos EUA o SCP-5300. Com câmera digital integrada de 0,3 megapixels, capturava imagens em 640 x 480 pixels, flash básico, controle de equilíbrio de branco, temporizador automático, zoom digital, e vários efeitos de filtro como sépia, preto e branco, e as cores negativas:

Figura 3. SCP-5300



Fonte: site tecmundo.com

Continuando a nova tendência de celulares com câmera integrada, em julho de 2004 foi lançado nos EUA, nas lojas da Sprint o PM8920. Fabricado pela Audiovox, o PM8920 possui uma câmera de 1.3 megapixels capaz de capturar fotos de 1280 x 960 pixels de resolução. Possui um built-in flash, auto temporizador, zoom digital de capacidade de até 8x, uma variedade de configurações, incluindo uma opção multi-shot para tirar oito fotos rápidas sequenciais e um display LCD de TFT de 260 cores:

Figura 4. PM8920



Fonte: site tecmundo.com

Em 2005 a Nokia lançou o Nokia N90, elevando a câmera do celular a um novo nível, dando a sensação de estar manuseando uma verdadeira câmera de vídeo da época. Além da câmera de 2MP, também teve lentes Carl Zeiss, foco automático, flash LED e função de gravar vídeos. Na época que foi lançado era o “top” dos celulares com câmera:

Figura 5. Nokia N90



Fonte: site tecmundo.com

Em 2006 a Sony Ericsson lançou o Sony Ericsson K800i com uma câmera digital Cyber-shot da Sony de 3.2MP com foco automático, estabilização de imagem e um Xenon Flash. Foi lançado para tomar o lugar do Nokia N90:

Figura 6. Sony Ericsson K800i



Fonte: site tecmundo.com

Em 2007 a Samsung lançou o primeiro celular com câmera de 5-megapixel, lente Carl Zeiss, gravação de vídeos em 30 quadros por segundo e permaneceu como celular com câmera de alta qualidade por vários anos.

O sucesso dos celulares com câmeras digitais integradas foi tão grande que a cada ano que se passava, novos modelos surgiam com câmeras cada vez mais avançadas e novos recursos. Por conta da constante transformação das câmeras de celulares, algumas marcas de câmeras digitais foram à falência por não ter mais saída no mercado.

Note-se que os primeiros celulares com câmera de vídeo foram coexistentes e contemporâneos à criação do espaço digital *youtube.com*, em 2005, conforme veremos no próximo tópico.

Em 2006, o sucesso do *youtube.com* foi tão evidente que a empresa foi comprada pela Google por 1,65 bilhões de dólares.

Ao colacionar alguns dos vídeos dessa nossa pequena análise notamos que a incidência de crimes de homicídio reais filmados por celular que aparecem no *youtube.com* se dá a partir do ano de 2013, quando a possibilidade de compartilhar vídeos do celular para as redes sociais foi amplamente facilitada com os *apps* do próprio *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*.

Logo, unimos as condições históricas de aparecimento dos nossos vídeos em três redes, já que consideramos a tecnologia de filmagem por câmera de celular, uma *condição de possibilidade* (FOUCAULT, 2007, p. 127):

a) Aparelhos de celular com câmera capaz de produzir vídeos digitais só foram fabricados a partir do ano de 2005, no mesmo ano de lançamento da maior rede social de compartilhamento de vídeos do mundo: *youtube.com*;

b) A facilidade de compartilhamento de vídeos do celular diretamente nas redes sociais, como por exemplo no *Youtube*, no *Facebook* ou no *Instagram* só foi possível com a criação e popularização dos *apps* (aplicativos móveis) dos espaços digitais, a partir do ano de 2013. Antes disso, os usuários das redes sociais teriam que transferir o vídeo do celular para um computador, e só depois publicar. Os anos de 2013 e 2014, por sua vez, coincidem com o aparecimento dos nossos primeiros vídeos de conteúdo criminoso - homicídios filmados e lançados nos espaços digitais de compartilhamento.

c) A veiculação econômica que impulsiona o mercado tecnológico em rede como uma estratégia de poder “invisível” (FOUCAULT, 1999, p. 156), nos impulsiona a administrar e fomentar certo grau de dependência tecnológica em nossos dias. O cruzamento entre as tecnologias de aparelhos



de celular com o aparecimento dos espaços digitais de compartilhamento de vídeo, bem como, das redes sociais possibilita que nosso olhar seja convergido às estratégias de poder em torno da movimentação econômica grandiosa num espaço de apenas duas décadas de produção de tecnologia digital. O consumo dessa tecnologia se traduz em verdadeira técnica de si, já que a inclusão digital-tecnológica faz parte dos sistemas de exclusão/inserção dos sujeitos no meio social.

### Espaço *youtubológico*

Como dissemos, chegamos ao espaço digital *youtube.com* “acidentalmente”, mas o estabelecemos como campo e objeto. Assim, selecionamos alguns vídeos em um site de compartilhamento de vídeos, onde qualquer pessoa pudesse publicar, comentar e assistir aos vídeos disponibilizados. Entre os vários sites que oferecem este serviço, chegamos ao *youtube.com*, principalmente por sua popularidade. Criado em 2005, em 2006 foi comprado pelo Grupo Google, conglomerado de populares sites de serviços. Existem especulações quantitativas de vários sites de tecnologia no Brasil que indicam o *youtube.com* como terceiro site mais acessado no mundo, perdendo apenas para o *Google*, site de buscas e principal serviço de seu proprietário, e para o *Facebook*, site de rede social na web. No Brasil, no mesmo período o site fica em quarto lugar, perdendo também para o *Google*, *Google Brasil* e *Facebook*.

Conforme dados apresentados por Serrano e Paiva (2008) em tese acadêmica sobre publicidade contemporânea, o número de visualizações-dia no *youtube.com* é, em média, de dois bilhões, isto equivale a mais do que a soma da audiência das três maiores emissoras de TV dos EUA. Seu conteúdo representa 10% de

todo o tráfego de informações na internet e, a cada segundo, dez novos vídeos são publicados. A categoria mais popular é a “música”. Sozinha, ela responde por 20% do conteúdo e os usuários gastam, aproximadamente 15 minutos no site por dia. O *youtube.com* oferece diversos recursos funcionais e interacionais que são constantemente aprimorados. Serrano e Paiva (2008, p. 4-5) citam alguns deles: 1) envio de vídeos para o próprio site e a possibilidade de sua exportação para outros sites, blogs ou e-mails, através do código de incorporação disponibilizado; 2) faculdade de escolha dos usuários: se preferem que o vídeo seja público ou privado; 3) captura rápida, através de webcam e o software Flash, os usuários podem gravar vídeos diretamente no site, sem a necessidade de armazená-lo em seu computador pessoal; 4) divisão dos vídeos em categorias, sendo que cada um pode pertencer a diversas áreas de tópicos; 5) sistema de busca por palavras-chave; 6) contagem de visualizações e comentários; 7) exibição de vídeos relacionados; 8) modo de exibição que permite ao usuário visualizar os vídeos em tela cheia, assim como navegar por seus relacionados; 9) opção de sinalizar os vídeos; uma vez encontrado um considerado impróprio, que infringe os termos de uso do site, os usuários podem marcá-lo para que seja avaliado e removido posteriormente; 10) avaliação dos vídeos, realizada pelos próprios usuários; 11) conexão de vídeos através de vídeos-respostas, que podem ser acrescentados; 12) comentários dos vídeos postados e avaliação dos comentários; os usuários cadastrados podem definir se os comentários são relevantes ou não, desqualificando os hostis; 13) resposta aos comentários; 14) compartilhamento ativo, esse recurso permite saber quem mais está assistindo ao mesmo vídeo que você ou explorar históricos recentes dos usuários (SERRANO; PAIVA, 2008, p. 4-5). Além destes, acreditamos que a ampliação mais significativa de recursos disponíveis aos usuários aconteceu em dezembro de 2011:

os vídeos não teriam mais limite de tempo para serem publicados. Anteriormente, podiam ser de apenas dez minutos, o que foi expandido, em julho de 2010, para 15 minutos. Além dessas questões estatísticas e funcionais, o *youtube.com* foi escolhido também por ser considerado um dos maiores *cases* da Cultura da Convergência<sup>2</sup>.

Como explica Burgess (2009, p.9) ainda não se sabe o futuro do site, mas ele já configura um fenômeno que mudou para sempre a relação das pessoas com a propriedade intelectual, entretenimento e conteúdo audiovisual. Para o mesmo autor, o sucesso do site se deve à implementação de quatro recursos: recomendações de “vídeos relacionados”, um link de e-mail que permite o compartilhamento de vídeos, a possibilidade de deixar comentários, funcionalidade de redes sociais e um reprodutor de vídeo que pode ser incorporado em outras páginas da internet. Segundo Morales (2011) de todos os sites de compartilhamento de vídeos, o universo de participantes do *youtube.com* é tido como o mais universal, já que inclui produtores de mídia e detentores de direitos autorais, como canais tradicionais de televisão, empresas esportivas, grandes anunciantes e, ainda, “pessoas comuns”. De acordo com Felinto (2007, p. 8), a possibilidade de qualquer um tornar-se produtor cultural é, justamente, o que fascina em um site como este, pois faz com que as pessoas excedam a posição de consumidores passivos em que estavam em relação aos meios tradicionais de comunicação de massa.

Diante de tais dados, acreditamos que os vídeos que são publicados no *youtube.com* geram infinitas possibilidades de “intercâmbio” digital, uma vez que reúne num só espaço, a possibilidade de busca - como no *google.com* - visualização e postagem

---

2. *Cultura da Convergência* é um termo desenvolvido por Henry Jenkins em livro homônimo publicado em 2008 pela Editora Aleph. O termo pode ser relacionado a três fenômenos: convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva.

de conteúdo audiovisual, comentários, “curtidas”, compartilhamento etc. Uma das maiores peculiaridades do *youtube.com*, que implica até nas condições de possibilidade de aparecimento dos vídeos é a facilidade de qualquer indivíduo publicar no site e achar vídeos de seu interesse, utilizando as palavras-chave que desejar, o que faz com que os vídeos que chamamos de “não-oficiais” - aqueles que são compartilhados por usuários que não possuem a fonte primitiva do vídeo -, pudessem se juntar aos que chamamos de “oficiais” - aqueles que postam o vídeo primitivo -, aumentando o número de contatos e as probabilidades de experiências dos internautas que visitam o espaço digital. Outros recursos que facilitaram foram o sistema de pesquisa por palavras-chave (lexologia) e o de vídeos relacionados, que oferecem aos usuários conteúdos similares, o primeiro, no momento da pesquisa, e o outro, após a exibição. Vale ressaltar que a escolha dos vídeos foi feita com o auxílio do próprio *software* do site, por meio de uma associação de palavras-chave e padrões de visualização, sem que tivéssemos controle sobre o que será sugerido.

## Breves considerações finais

Os vídeos com os quais trabalhamos vêm de câmeras de celular, câmeras múltiplas: ora a câmera do assassino, ora a câmera de um terceiro: do comparsa ou do coautor do crime. Câmeras tão próximas aos corpos das vítimas que, possivelmente, nunca são de alguém alheio aos homicídios. Tantos vídeos com este conteúdo devem ser feitos todos os dias por aí, entretanto, só alguns são reeditados e compartilhados num mesmo espaço digital, sobre o qual já conversamos no tópico anterior: o canal *Youtube*. Certo é que, homicídios sempre aconteceram no interior e na descontinuidade e dispersão histórica, mas nem sempre eles foram filmados, dadas as condições de aparecimento das estraté-

gias tecnológicas. Soma-se a isto o fato de existir um espaço digital de compartilhamento de vídeos de qualquer espécie/gênero/conteúdo que nos fez chegar à vídeos outrora privados, restritos ao armazenamento interno de um aparelho de celular, e que agora nos possibilita uma infinidade de informações: quem postou, quem editou, quem é o criminoso, qual a arma utilizada, qual a data da postagem, quantas curtidas e “não” curtidas, quantos e quais os comentários, quantas visualizações etc.

Nas palavras de Milanez e Prata (2015, p. 50), trazemos um “ínfimo olhar *youtubológico*” nessas poucas linhas, evidenciando com lupas, micro acontecimentos criminosos que mudam a forma como vemos ou praticamos o crime de homicídio na atualidade. Cada acontecimento vidiático encadeia itens simultaneamente coadjuvantes e atores principais nessa rede de visibilidades, formando verdadeiro(s) nó(s).

## Referências

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *Youtube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009.

DANTAS, Halysson Oliveira. *Estudo da rede de remissivas em dicionários escolares*. 2009. 147 fl. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFC, Fortaleza, 2009.

FELINTO, Erick. Videotrash: o Youtube e a cultura do –spoof na internet. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 16, p. 33-42, dez. 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*. 27ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HISTÓRIA e evolução do celular. disponível em <<http://www.tecmundo.com.br/celular/2140-historia-a-evolucao-do-celular.htm>>, acesso em 20/04/2016.

MORALES, Camila Pereira. *Transgressões à publicidade clássica: novos suportes e formatos da publicidade contemporânea*. 2011. 363 fl. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social - FAMECOS da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2011.

PRUVOST, J. *Dictionnaires et nouvelles technologies*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

O GLOBO (revista virtual). In <<http://oglobo.globo.com/mundo/reporter-elaborou-plano-meticuloso-para-matar-ex-colegas-ao-vivo-nos-eua-17316889>>, acesso em 10/11/2015.

SERRANO, Paulo Henrique Souto Maior; PAIVA, Cláudio Cardoso. *Critérios de Categorização Para os Vídeos do Youtube*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, 2008.

# FASCISMOS EM REDE:

uma mirada nos discursos de ódio pelas mãos de Foucault

Adriano de Léon

A cadela do fascismo está sempre no cio!  
(B. Brecht)

## A serpente

O professor universitário Jairo José da Silva comemorou em seu perfil no Facebook o fato de uma garota ter ficado ferida durante os protestos contra o presidente Michel Temer (PMDB), em São Paulo – a jovem perdeu a visão do olho esquerdo.

“De vez em quando tem notícia potencialmente boa. Uma garota ficou ferida na esbórnica pró-Dilma em São Paulo. Pode ficar cega. Se for petista é uma boa notícia, mas não vai fazer muita diferença, já que já são cegos como toupeiras”, escreveu.

Jairo José da Silva é professor aposentado de Matemática do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro e aparece no site da Unicamp na relação de docentes do CLE (Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência). De acordo com seu currículo Lattes, ele possui graduação em Física pela Unesp, mestrado em Matemática pela USP, livre-docência em Lógica Matemática pela Unesp e doutorado em Filosofia pela Unicamp. Jairo é um nome comum para tantos outros que de-

---

Adriano de Léon. Professor Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB.

tenham em suas redes sociais fatos e notícias de cunho torpe, matérias que delineiam um ódio secreto e contido há tempos, um grito de exclusão recalcado nas fronteiras de um país que se proclama diverso.

A emergência do discurso de ódio como fenômeno vivo a partir dos anos 2014 no Brasil tinge com tons de misoginia, homofobia, violência e autoritarismo as redes sociais e o cotidiano das pessoas. O molde destes discursos é o fascismo, como ovo da serpente<sup>1</sup> que há muito já posto, eclode no momento certo soltando sua cria venenosa e sorrateira. Fascismo se origina da *fascio*, latim *fascis*, um símbolo usado para demonstrar a autoridade dos magistrados romanos os quais utilizavam feixes de varas para abrir passagem por entre a multidão. Atualmente este símbolo se traduz pelo exercício do poder descrito por Michel Foucault, do poder que transcende o corpo e sobre este atua. O poder que se percebe nas togas, nas sentenças e nas formas inquisitoriais da maioria dos magistrados. O feixe, hoje a caneta, passa a simbolizar o poder soberano, inventado na Roma antiga e retomado na Roma do século XX, como insígnia da força, do poder, da ordem e da limpeza.

O fulcro da ideia fascista é a negação do outro, do outro como diferente. A Sociologia e a Antropologia inventaram no século XIX este outro como movimento especular, como uma fuga à questão do diferente. A Sociologia quando forja o conceito de sociedade busca promover uma certa igualdade entre indivíduos diferentes que se percebem iguais dentro de uma classe, uma ética, um organismo. A Antropologia vê no diferente “primitivo” a oportunidade de que em certo tempo, evoluiu o homem às for-

---

1. Reporto-me ao filme de I. Begman, de 1977, O ovo da serpente, sobre o surgimento do nazismo na República de Weimar, também uma referência à frase que dá origem à expressão, esta de Shakespeare: “Consideremo-lo ovo de serpente que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca”.



mas civilizadas em busca da ordem, da beleza e da limpeza, como escreveu Freud no Mal-Estar da Civilização.

Na emergência da lógica fascista, não só Jairo, o professor doutor, mas todos nós nos arvoramos ao papel do juiz, do que pode punir, pode separar o feio do belo, o sujo do limpo, reinaurando a ordem perdida. Aliás, a noção de ordem perdida é um dos motes mais duros da ideia fascista. Repousa numa lenda de uma suposta idade do ouro, na qual a harmonia e a homogeneidade reinavam entre os indivíduos. O fascismo nega, assim, a ideia de um indivíduo autônomo, que possa exercer sua diferença, que destoe, um ponto fora da reta, um desvio estatístico, uma mancha furta-cor. Também este tempo idílico traz consigo a ideia de um mundo sem estranhos, de um paraíso perdido, no qual características da nossa civilização ocidental sempre existiram. A ideia de natureza humana que formata a mulher naturalmente mãe, o homem naturalmente guerreiro, a criança naturalmente pura. A lógica fascista se funda a partir dos ideais modernos de liberdade, porém odeia as práticas libertárias. A liberdade, antes, é um modelo de liberdade e não uma prática, na visão fascista. Controla-se a liberdade a fim de que ela não seja um exercício pleno do indivíduo, mas uma gaiola de amplas proporções, nas quais voassem as aves na ilusão de que lá não há grades. Por um momento a experiência do voo é livre, mas tão somente até que se depare com os limites das barras de ferro.

A experiência fascista consiste em experimentar o ódio ao outro. Não só odiá-lo, mas também e intensamente tentar, ao máximo, enquadrá-lo, destituir deste outro sua alteridade, enquadrá-lo como soldado camuflado, indisponível da sua outridade, da sua diferença, dos seus desejos. O cultivo ao ódio, tão frequente nas nossas redes sociais e mídias, é tão somente um culto ao mesmo, ao igual, ao pensamento fundamentalista cuja razão se encerra em si mesmo, numa equação que aponta que se  $A=B$ , se

B=C, portanto A=C. O pensamento fascista é uma máquina de criar intolerância. Aliás, o próprio discurso da tolerância é um princípio muitas vezes fundamentalista. Se o professor doutor Jairo deveria tolerar a militantezinha, é porque esta mocinha, mesmo diferente deve ser engolida, desde que não ultrapasse os limites da própria tolerância, pois assim seria alvejada por uma bala de borracha, ficando cega, merecidamente, por ter desafiado tais limites. Mais uma vez a metáfora da grande gaiola: voe, mas voe por perto...

O ódio não existe por si mesmo. Há modelos de ódios. Ódios são inventados. O ódio é uma forma-discurso e, portanto, uma construção histórica. Michel Foucault, em vários escritos, se reporta ao ódio aos masturbadores, aos loucos, às bruxas, aos infames. No tocante ao fascismo, a produção discursiva do ódio traduz a experiência do medo. “Eu tenho medo deste candidato”, frase célebre da atriz Regina Duarte quando da campanha do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva retrata isto. A produção dos nossos medos é conduzida milimetricamente pelos canais midiáticos à produção da nossa segurança. Uma condução das nossas libidos a um ponto de segurança como o discurso que foi produzido sobre os movimentos de rua a partir de 2013. Vamos à rua, pois o gigante acordou. Multidões desembestadas nas ruas por melhores condições em todas as esferas da vida. Ruas verde-amareladas por camisas de um futebol-sonho de um país que dava certo nos campos das arenas. Ruas em festa não apenas contra o aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus urbanos, mas por uma cidadania que nem se sabia qual e onde. As mesmas esvaziadas pela construção discursiva das ruas como palco de vandalismos, de mascarados black blocks, ruas incendiadas. O discurso midiático constrói a invasão das ruas. O mesmo discurso midiático constrói o seu esvaziamento. “Eu tenho medo...” e saio das ruas.

No entanto, vale aqui uma digressão breve sobre a produção midiática. Não somos fantoches de uma mídia que produz cenas nas quais possamos atuar. A produção dos espaços de medo é uma produção coletiva. Os nossos medos já existem. A mídia apenas os canaliza numa decupagem que dirige nossas ações. Assim historicamente no país, as ruas servem de cenário para os gritos de “não” em 1968 na Marcha dos Cem Mil, “diretas já!” em 1984, “contra corrupção” em 2013, como também são cenários para tiros e cassetetes, explosões de gases lacrimogêneos, entre ensandecidos clamando pela “volta da ditadura militar”. A decupagem do presente é apenas uma reorientação das nossas energias libidinais rumo a ideais de renovação ou fuga de medos.

Em meio a estas produções de sentido, o discurso neofascista emerge como solução para reinstalar a pureza no mundo. Para tanto, deve-se primeiramente indicar onde se encontra a impureza, os impuros. A escolha é arbitrária. Esta escolha produz subjetividades e cria sujeitos impuros. O discurso da pureza é uma retomada da visão religiosa da vida. De um lado o apocalipse e suas bestas feras. De outro a restauração do antigo paraíso perdido. Volto a minha tese sobre um mundo imaginário no qual o leite e mel escorriam das pedras. O discurso fundador original dos nossos mitos da criação. O princípio de que havia antes uma ordem estabelecida e daí fez-se o caos. A invenção do caos é o que proporciona a retomada da ordem a todo custo. Nestas condições históricas, a palavra “crise” aparece como fórmula mágica para explicar a desordem. Uma vez cessada esta desordem, reestabelece-se a ordem. Neste caso, a ordem é arbitrariamente tida como o padrão da civilização. Para reestabelecer a ordem perdida no caos da crise, é preciso que se apontem os inimigos da ordem. Historicamente isto foi feito de vários modos. Guerras, avisos de deuses, a presença de sinais dos tempos, sonhos, oráculos, fofocas entre vizinhos. Hoje nosso modo de perceber e construir isto

são as mídias. A propaganda de Goebbels na Alemanha nazista, os jornais do mundo pós II Guerra, o rádio, a televisão, a internet. A mecânica destas máquinas desejanter consiste na produção de sujeitos abjetos. Vidas que não valem mais a pena ser vividas. Sujeições como petralhas, vermelhos, petistas, coxinhas, reações são construídas como bodes expiatórios do nosso caótico mundo. São os impuros que devem ser eliminados. Desta maneira, as máquinas midiáticas não só alimentam a ideia de caos, como sugerem a solução para a restauração. Este retorno é, na maioria das vezes, recheado de imagens míticas de um tempo “onde se amarravam cachorros com linguiça”, “da cidade não violenta com cadeiras nas calçadas”, memórias de um tempo limpo e calmo, o tempo-padrão da ordem. Em meio ao caos aparecem midiaticamente os salvadores. Senhores da ordem que irão restabelecer o tempo através da limpeza, muitas vezes com perdas quando esta deve ser drástica. As novas inquisições, as novas guilhotinas se encontram por entre as linhas das postagens das redes sociais, nos bastidores dos parlamentos. A visão é que a História está se repetindo. Mas não é a História se repetindo, senão o movimento pendular do tempo do eterno retorno de Nietzsche. No esteio de Foucault, pensar este eterno retorno é romper com a ideia de um tempo cíclico. O tempo nem é cíclico e nem é seta. O tempo é paralelo, multidimensional e espiralado. Retorna sim, mas sob uma nova forma, com novos sujeitos, territorialidades e desejos. Novas máquinas desejanter e diferentes tecnologias de modelagem. O mito do retorno se faz, assim, a partir de uma lógica religiosa, de transcendência e evolução. Da finalização das dores a partir da instalação de uma nova-velha ordem.

O discurso fascista acontece na superfície aplainada pelas máquinas desejanter, pelas mídias. A subjetividade é, neste caso, uma dobra deformada do discurso. Deformada porque é preciso eliminar para limpar, é preciso excluir para purificar.

A estratégia das máquinas midiáticas discursivas é a replicação das ideias. Dobrar o discurso, distorcê-lo e vendê-lo como padrão. No plano social, no caso brasileiro, as ações legislativas se encontram no plano das distorções. Não há crédito nisto. O discurso apolítico é proferido como uma das saídas para o caos. “Não sou contra e nem a favor, muito pelo contrário” foi a primeira forma-discurso encontrada nas ruas em 2013. Esta forma-discurso vai aparecer também no executivo, grande bode expiatório dos males da crise e, aqui particularmente, seu provocador. Resta-nos, assim, o discurso da neutralidade, a forma-discurso mais eficiente, mais isenta de contaminação, tantas vezes considerada um campo apolítico: o judiciário. A capa preta do juiz Barbosa aparece na capa de uma revista semanal como a capa do Batman. Tínhamos um herói, finalmente. Os super-heróis, os salvadores de negras capas-togas e seus discursos da neutralidade política iriam refundar o país, restabelecendo a ordem. Isto gerou formas-discursos fundamentalistas como “Não tenho provas contra Dirceu, mas vou condená-lo porque a literatura assim me permite” dita pela ministra do STF Rosa Weber em relação à condenação de José Dirceu no mensalão; o “domínio do fato”<sup>2</sup> e mais agora a declaração dos procuradores da república “não temos provas, mas temos convicção” sobre a suposta participação do ex-presidente Lula em casos de corrupção. Limpar, extirpar, exilar, descontaminar são verbos-discursos amplamente usados nas redes sociais sobre a restauração da ordem.

---

2. Foi utilizada pela primeira vez no Brasil, no julgamento do Escândalo do Mensalão, para condenar José Dirceu, alegando-se que ele deveria ter conhecimento dos fatos criminosos devido ao alto cargo que ocupava no momento do escândalo, além de os crimes terem sido aparentemente perpetrados por subordinados diretos seus. A utilização da teoria do domínio do fato para responsabilizar, incriminar e condenar José Dirceu, indo de encontro ao princípio da presunção da inocência, gerou muita polêmica e debates entre juristas brasileiros. Efetivamente, conforme declarou o próprio jurista Claus Roxin, a decisão de praticar o crime “precisa ser provada, não basta que haja indícios de que ela possa ter ocorrido”.

Pensando a partir de Foucault, o retorno da ordem é também o retorno do ressentimento. Esta forma-saber nos induz a buscar culpados e culpas. Elege-se uma culpa e associa-se milimetricamente a esta um culpado. A dobradinha culpa-culpado se faz a partir de estruturas modernas do nosso processo civilizador: inquérito, julgamento e sentença. No período inquisitorial constrói-se o sujeito culpado. Esta construção é feita tecnicamente por estruturas do Estado e maquinicamente por estruturas midiáticas. A invenção da famosa “opinião pública” é tão somente uma difusão destes valores de alguns grupos para toda a sociedade. De fato, não existe opinião pública. Imediatamente as redes sociais espetacularizam o fato, através da replicação pura a simples deste como um algoritmo totalizante cuja base é “não sei; só sei que foi assim”<sup>3</sup>. A invenção deste outro como o culpado nos isenta de toda dor das nossas próprias culpas ao mesmo tempo que nos proporciona direcionar nossas falhas e frustrações para um indivíduo. Feito o inquérito, tem-se o processo. No período processual, o sujeito culpado é submetido ao debate entre culpa e inocência. Esta modelagem seria dialética em condições políticas consideradas normais. Mas com a entrada do discurso fascista neste campo jurídico, o sujeito é pré-julgado, pré-condenado, restando-lhe apenas o debater-se em meio a provas, fatos e sombras. Finalmente temos o período da sentença. A sentença é uma forma-discurso que blinda a criação forjada nas outras fases. Visa a sentença o restabelecimento da ordem. Visa a sentença o aplainamento das rugosidades dos fatos. Com o bater do martelo tem-se a criação do tempo mítico do bem-estar. O discurso fascista visa a punibilidade a partir de uma sentença condenatória. A diferença é que, neste caso, a condenação preexiste ao fato. A ordem dos fatores é invertida. Condena-se primeiramente, para

---

3. Fala de Chicó, personagem de Ariano Suassuna na obra *O auto da compadecida*.

logo depois buscar-se o julgamento. E mesmo que resulte o julgamento numa inocência, a sujeição da culpa já foi feita. O princípio jurídico da presunção de inocência (ninguém é considerado culpado até que se prove o contrário) com a forma-discurso fascista se inverte para presunção de culpa (todos são considerados culpados até que se prove o contrário).

## O ovo

Para Foucault “as relações de poder encontram-se talvez entre as coisas mais escondidas no corpo social”<sup>4</sup>. Pensando o fascismo como discurso-poder, creio ser necessária uma breve incursão sobre as sombras do fascismo a partir das ideias eugenistas do século XX.

Tendo nascido das ideias de Galton, ainda no século XIX, a partir das teorias de Darwin e de Malthus, a eugenia se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos, na virada do século XX até ao final da década de 1930, onde esteve fortemente vinculada ao racismo e, depois disso, na Europa, mais especificamente na Alemanha Nazista<sup>5</sup>. A suposta queda de tais teorias teria acontecido no final da Segunda Guerra Mundial com a revelação das atrocidades cometidas pela ciência eugenista nazista nos campos de concentração.

No seu texto seminal *O mal estar da civilização*, Sigmund Freud<sup>6</sup> lida com três ideias que, na sua tese, fundamentariam a sociedade moderna: a beleza, a ordem e a limpeza. Segundo ele,

a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização. Ninguém sustentará

4. M. Foucault. *Ditos e Escritos*, 1994: 264.

5. Consulte *The War Against the Weak*, de Edwin Black. London: Penguin, 2004.

6. *Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Imago, 2000.

que elas sejam tão importantes para a vida quanto o controle sobre as forças da natureza ou quanto alguns outros fatores com que ainda nos familiarizaremos.

As teses eugenistas visam reparar a sociedade de uma certa patologia social<sup>7</sup>. Segundo estas, seria preciso refundar a sociedade corrompida em seus valores por outra renovada a partir da separação do trigo e do joio, do feio e do belo, do caótico e do ordeiro, do sujo e do limpo. Os discursos da refundação social presentes nas orientações fascistas ilustram perfeitamente estas cisões próprias da Modernidade, cujo lastro é um discurso dividido entre a possibilidade do certo a partir do extermínio do errado. Neste caso, o certo seria um conjunto de verdades proclamadas por um grupo que estipula modelos e procedimentos para assujeitar comportamentos na classificação do anormal, do patológico, em contraposição àqueles que são arbitrados como normais.

O discurso-forma fascista sempre remete o indivíduo a uma preocupação por uma normalidade. Vejamos o exemplo da sexualidade, cuja base pressupõe a seguinte verdade: que a sexualidade criada por deus, a partir da matriz Adão, determina um lugar para a sexualidade masculina, própria dos homens, uma sexualidade feminina, própria das mulheres e uma não-sexualidade, própria das crianças. Com efeito, a forma-discurso do fascismo tem por base uma lógica fundamentalista.

Embora hoje extremamente associado ao Islã, a expressão fundamentalismo surgiu para designar o revivalismo protestante norte-americano da virada do século passado para este<sup>8</sup>. O seu uso fora deste contexto é bastante questionado até porque, a ri-

---

7. Veja *O Normal e o Patológico* de Georges Canguilhem, Rio de Janeiro: Forense, 2002 sobre esta noção de pathos social.

8. Bruce Lawrence, *Defenders of God: The Fundamentalist Revolt Against the Modern Age*. New York: Lawrence, 1999.



gor, os grupos a que se refere quando se fala do Islã não têm uma preocupação literalista na interpretação do Alcorão. Além disso, como destaca Seyyd Hossein Nasr no seu *Traditional Islam and the Modern World*<sup>9</sup>, o termo tem sido usado com tal amplitude, para designar grupos tão distintos entre si que o termo perdeu a sua utilidade como categoria científica.

A interpretação tradicional do fenômeno fundamentalista se dá a partir do entendimento deste como uma teodiceia destinada a explicar a perda de poder e prestígio das camadas tradicionais da sociedade e a dissolução de seus sistemas valorativos e cognitivos, mobilizando estes segmentos a partir de uma volta aos sistemas tradicionais, o que implica numa rejeição do tempo presente. Tomemos como exemplo a proliferação de novas formas de sexualidade no mundo contemporâneo. Assistindo à emergência destas sexualidades, religiosos de vários segmentos<sup>10</sup> chamam a si a responsabilidade de controlar o fluxo de comportamentos sexuais “aberrantes” a partir da refundação da sociedade tradicional cuja base é religiosa, dogmática.

No entanto, o fundamentalismo traz em si o discurso da afirmação e não da negação do presente. Neste ponto a diferenciação do chamado fundamentalismo islâmico em relação a outros fundamentalismos, cristão, judeu, marxista ou cientificista, parece se destacar e o mau uso do termo ganha um sentido inusitado e um retrato infiel do seu real significado. Subliminar ao conceito de fundamentalismo está a ideia de regresso aos fundamentos, portanto de rejeição do que não está naquilo que é considerado natural, normal, científico.

---

9. Vide Cap. 2. London: Routledge, 2002.

10. Em junho de 2007, na cidade de Campina Grande, os ativistas da VINACC espalharam outdoors pelas ruas com o seguinte texto: “Homossexualismo”, e logo abaixo a frase: “E fez Deus homem e mulher e viu que era bom”. Um texto de igual teor ficou hospedado na página da VINACC, contando com o apoio do arcebispo da Paraíba Don Aldo Pagoto em forma de carta, também publicada na página. Logo após, através de uma ação judicial, tanto os outdoors quanto os textos foram retirados.

Há quatro condições essenciais para a caracterização do Fundamentalismo: um reforço recíproco entre crença e práticas rituais, uma tradição articulada que deriva sua legitimidade da autoridade, um líder carismático que lidere a formação institucional durante este processo - por vezes contestando a estrutura vigente - e por fim uma cadeia discursiva ligando o líder carismático aos grupos dispersos<sup>11</sup>.

A definição anterior atende, em parte, à questão de que o fundamentalismo é a afirmação da autoridade como holística e absoluta, não admitindo crítica ou limitação; é expresso através da demanda coletiva de que aquelas ordenações doutrinárias e éticas devem ser publicamente reconhecidas e legalmente reforçadas<sup>12</sup>. Neste plano o discurso fundamentalista é o elemento legitimador da autoridade. Uma tônica convergente nestes discursos de caráter fundamentalista é, sem dúvida, o restabelecimento de um mundo perfeito, com o banimento das formas heréticas: a eliminação do outro-diferente.

A maior parte dos discursos fundamentalistas são permeados por algumas ideias que podem ser assim descritas:

## I. As cruzadas do bem contra o mal

A dicotomia moderna do bem contra o mal é uma constante no discurso fundamentalista. Para atingir o mundo novo é preciso que se descarte o antigo e seus pressupostos. Surgem daí as batalhas, as guerras, os enfrentamentos. São lutas que refletem de um lado a manutenção de um *status quo*, e por outro o sentimento de guerra santa justificada pela “limpeza” para um tempo novo. É um discurso bélico e ao mesmo tempo sagrado. Está cheio de ima-

---

11. B. Lawrence. Id.

12. Id. Ibid.

gens de batalhas imemoriais nas quais as legiões do mal clamam por sua derrocada a todo custo. É assim no cenário pós 2013, “pelas ruas marchando indecisos cordões...” que logo depois seriam submetidos a uma divisão clássica dos verde-amarelos da pátria contra os outros diabólicos. Aquele fenômeno mais pulverizado nas campanhas de 2013 é transformado numa forma-discurso do bem popular contra o mal do governo. E esta transformação é midiática retomando às ruas com os sujeitos matizados em polos opostos, em cordões, muros, territórios, fenômenos.

## 2. A memória do massacre

Os massacres e os sacrifícios desempenham papel fundamental nos ditos fundamentalistas. Há que se renovar o período que se esgota e há que se rememorar a data em que se restabeleceu a nova ordem sagrada. Como o tempo é vetorial, deve haver um marco que assinale a entrada do tempo novo, da ordem nova, a idade do ouro. Para tanto, inaugura-se um discurso fundador, cuja base é a imagem de um gigante que se levanta do seu sono, mas que traz a pacificação e não a guerra. Que refunda o país no seu verde-amarelo e o livra dos horrores do vermelho.

## 3. A visão das pestes

O expurgo dos impuros, tese central do fundamentalismo, terá lugar numa época de agonia na qual as pestes serão o sinal mais visível dos tempos vindouros. A toda hora se evocam as desgraças próprias do final de um tempo, as derrotas econômicas, o surgimento de seitas, o avanço de tendências que abalam a moral tradicional. A família ressurge como grande bastião destas reservas morais. A célula-mater que não pode ser degradada. Discursos como “destruição da família”, “degradação moral”, “normalidade” são insufla-

dos pelas redes sociais na tentativa de denunciar os anormais, os degradados e os anarquistas. Por exemplo, ao observar a produção discursiva sobre sexualidade a partir de 2014, vejo que o ataque moral se baseia na ideia de uma sexualidade normal, desviada por comportamentos divergentes como casamento homoerótico, adoção homoparental, poliamor, transexualidades. O expurgo é moral e legal: estatuto da família, proibição de casamento civil entre cônjuges de mesmo sexo, uma volta do discurso biológico da sexualidade, cura gay, busca de um gene da homossexualidade.

#### 4. O anticristo

A figura fundamentalista do anticristo se metamorfoseia na eleição dos bodes expiatórios. A mídia canaliza, assim, os anseios pela caça às bruxas, fornecendo farto material como delações, escutas ilegais, vazamentos seletivos. Estes discursos aparecem como “mero papel de informar”, mas seu efeito na verdade é construir este anticristo. A invenção midiática é feita com bases materiais socialmente produzidas, sem dúvidas. No entanto, é a mídia que define o molde pelo qual serão interpretados estes sujeitos. Uma vez modelados, são facilmente submetidos à execração pública, sem que haja o mínimo direito à garantia de ampla defesa. Ao anticristo não se é dado este direito, pois reside nele todo mal social que nele também se originou. Cortado sua existência, corta-se o mal.

#### 5. O julgamento

O julgamento acabará com a velha dicotomia bem versus mal. Representa um ato final, um ato de expurgação na qual a batalha última terá efeito. É também um ato inaugural que conduzirá os eleitos ao paraíso, numa perspectiva espaço-temporal vetorial e evolutiva. Serve este ato para estabelecer uma ordem perdida

pela corrupção da moral. É um julgamento, pois, sobre-humano, portanto, inquestionável e infalível.

## 6. O livro da verdade

O que se tinha antes como livro do sagrado, como escrituras, totens, simbologias, reverte-se na Modernidade pela sagração das leis. Constituição em punho, inflamados discursos pela ordem e pela legalidade dos processos são performances que tentam, com sucesso, despersonalizar a produção dos discursos dos seus produtores, os grupos midiáticos. Alardeiam-se discursos da neutralidade das leis, da exemplar punição pela quebra destas. A verdade que foi produzida por alguns grupos é canalizada pela mídia como verdade de todos. Parte da população com acesso às redes sociais, reafirmam esta verdade a replicando em postagens, num movimento maquínico de produção de mercadorias em série.

## 7. O caos e a restauração

Uma vez construídos modelos de subjetividade, a fase final do processo é a restauração. Nestes tempos há uma proliferação de ideias caóticas como crises, quedas, aumento da violência, sofrimento, desagregação social. Instala-se um pânico moral<sup>13</sup>, que

---

13. Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (S. Cohen, 1972:9).

reflete a forma como a mídia, os indivíduos e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos. Inventam-se, assim, os sujeitos perigosos responsáveis pelo caos social. O termo pânico nos chama de imediato ao medo. A instituição do caos se dá por esta via. Uma vez instalado, o medo social pode ser debelado com a eliminação destes sujeitos e o pronto restabelecimento da ordem. É um pensamento simplista, porém eficaz. Uma vez eliminado o vetor da corrupção, por exemplo, eliminar-se-ia a própria corrupção. O mal é transferido da estrutura para o sujeito. Estabelecido o ponto gerador do mal, a restauração se dá via ideias de limpeza. Para pragas, o Zyklon B<sup>14</sup>.

### O soro antiofídico

Para se pensar em sujeitos do discurso fascista se faz necessário pensar paralelamente em identidades. Judith Butler<sup>15</sup> alega que a filosofia vê “identidade pessoal” centrada “nas características internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou auto identidade no decorrer do tempo”, o que a leva a indagar: “em que medida as práticas *reguladoras de formação e divisão de gênero constituem a identidade, a coerência interna* do sujeito, e, a rigor, o status auto idêntico da pessoa. /.../ E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade”.

---

14. O Zyklon B foi desenvolvido em 1924 como um inseticida. Por ser inodoro, o produto era comercializado, por motivos de segurança, com um odorizador (um éster do ácido bromoacético). Nos campos de concentração, Zyklon B foi inicialmente usado para desinfestar piolhos e evitar o tifo. Posteriormente sendo utilizado nas câmaras de gás em diversos campos de concentração na Europa, com o único objetivo de exterminar em massa judeus e outros inimigos da Alemanha nazista.

15. Judith Butler. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 38. Os grifos do texto acima são da própria autora.

Ora, “sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores como sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujas práticas são ‘incoerentes’ ou ‘descontínuas’” (os “anormais” de Foucault). Se há desvios, práticas desviantes e pessoas desviadas, certos tipos de identidade não deveriam existir. Contudo, é fato que existem indivíduos que não vivem segundo essas normas sociais, o que significa que as identidades são construtos sociais. Ainda se partindo da premissa de Judith Butler, se gêneros inteligíveis são “expressão” ou “efeitos”, então, são performances que produzem uma identidade que dizem expressar. Desta forma, não há uma identidade pré-existente como pressupõe o discurso-forma fascista e, portanto, outras performances podem existir. Contudo, performance não deve ser entendida como uma encenação. Performance é um processo de repetição de normas, regular e restrito, que permite a constituição do sujeito, ou seja, não é um ato realizado por uma pessoa. É um ritual, uma produção ritual social.

As identidades são múltiplas e se combinam. Com efeito, qualquer visão de construção identitária específica seria arbitrária e excludente. Sendo assim, qualquer identidade tida como fixa esbarra com a transgressão e a rebelião permanentes<sup>16</sup>. Entretanto, o objetivo não é abandonar a identidade como categoria, mas mantê-la aberta e sujeita à contestação. Metodologicamente, a tarefa é formular, dentro das estruturas de poder, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. Um pensamento não-fascista marca a suspensão da identidade como algo fixo, coerente e natural. Também pode ser aplicado para descrever uma situação aberta cuja característica compartilhada não é a identi-

---

16. Steve Seidman, *Contested knowledge*, 2000.

dade em si, mas um posicionamento antinormativo com relação ao mundo.

Sendo o fascismo um conceito, posso aqui fazer uma breve digressão sobre a noção de conceito como ferramenta de análise em Deleuze<sup>17</sup>. Talvez a melhor definição de conceito na visão de Deleuze e Guattari seja a de que o conceito é um *dispositivo*, para usar o termo de Foucault, ou um *agenciamento*, para ficar com um termo próprio a nossos autores. O conceito é um operador, algo que faz acontecer, que produz. O conceito não é uma opinião; o conceito é mais propriamente uma forma de reagir à opinião generalizada. O conceito não é uma “entidade metafísica”, ou um “operador lógico”, ou uma “representação mental”. O conceito é um dispositivo, uma ferramenta, algo que é inventado, criado, produzido, a partir das condições dadas e que opera no âmbito mesmo destas condições. O conceito é um dispositivo que faz pensar, que permite, de novo, pensar. O que significa dizer que o conceito não indica, não aponta uma suposta verdade, o que paralisaria o pensamento; ao contrário, o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar. Se o conceito é produto, ele é também produtor: produtor de novos pensamentos, produtor de novos conceitos; e, sobretudo, produtor de acontecimentos.

Os sujeitos não existem por si sós. Sujeitos são invenções discursivas. Nos seus escritos, Foucault problematiza as maneiras como o sujeito estabelece uma relação consigo, através de certo número de técnicas e regras – jogos de verdade – que o constituem como sujeito. Essa invenção não é dada casualmente. Ela é arbitrada por convenções, regras e consensos que definem, como uma enciclopédia, o que é o mundo à nossa volta. O sujeito é uma dobra de fora, na medida em que é uma construção de discursos que o definem, bem como sua forma de ação.

---

17. Gilles Deleuze e Felix Gattari, *O que é filosofia*. São Paulo: 34, 2000.



Esse conjunto de fórmulas é construído a partir de binarismos e de imposições que definem o que seria normal, correto, permitido, saudável, amparado por discursos científicos, religiosos, filosóficos. Tal conjunto é produzido nas instâncias produtoras de verdades – no nosso caso, os centros de produção científica – e distribuído por uma extensa rede de informação – as grandes redes de informação midiática.

## Os fascistas saem do armário

Retomando a ideia de Brecht sobre o fascismo como uma cadela sempre no cio, me incomodou bastante perceber que o fascismo não seria uma realidade teórica e nem livresca e nem passada, mas uma realidade de existência plena. Dormia apenas com um dos olhos fechados, à espreita do despertar, como um verme de mil tentáculos que repousa quase que inerte na lama petrificada e que, ao menor sinal de água, acorda de sua letargia e sai e caça e mata. Tem fome o fascismo. Repousava sempre num suposto silêncio das famílias, num cochilo dos conservadores, na frágil democracia das telas de TV.

Onde estava, então, o pensamento e os fascistas? No cotidiano, ora. Mas na invisibilidade, nos subterrâneos. Como os rizomas, que pululam sabe-se de onde, mas assim o fazem porque seus bulbos estão na linha do invisível, abaixo da superfície, esperando uma fissura para eclodirem pulsantes. Silenciou-se durante os primeiros anos do governo Lula, este também uma promessa de líder-salvador, de uma evolução para o popular, para o menos elitizado, da utopia do povo no poder. No primeiro momento, recolhem-se as formas-discurso fascistas ao armário. Um silêncio estratégico. Vibra o capitalismo porque saem milhões de uma situação de miséria para uma situação de consumo, tal qual a

Inglaterra do século XIX e seus discursos liberais contra o escravismo. Menos escravos, mais população livre para consumir.

Pouco tempo depois, de maneira tímida e até risível, as formas-discurso fascistas começam a se soltar: “agora pobre anda de avião”, “todo zé ninguém agora tem carro”, “este bando de matutos enchendo os restaurantes”. Eu ouvia aqueles ditos, mas acreditando que eram ainda fruto de um discurso do ressentimento, de quem perdeu algo, dos que não querem se misturar. Mas não eram vozes soltas aqui e acolá, mas a ponta de um iceberg do que se fez presente depois nas ruas, nas redes sociais, na vida cotidiana. Como formas-rizoma, as falas eram a emergência de um discurso da negação do outro, da separação do diferente, da busca de um passado da ordem. A cordialidade do homem brasileiro, à Sérgio Buarque, na verdade escondia um contido ódio à ralé, à gentalha que queria misturar a casa grande com a senzala. Nada de cordialidade. O sentido, antes, é o autoritarismo. “Não somos contra os pobres andarem de avião, desde que eles sentem longe de mim”; “nada contra os gays, mas não nos ambientes que nossa família estiver”; “shopping center não é lugar de rolezinhos, com gente perigosa destas comunidades”. Ideias como estas eram ditas mais abertamente e se constituíam numa forma-discurso crescente. Como canal-vetor, logo a mídia dirige estes discursos. Ao cobrir uma convenção do PSDB para candidatura à presidência nacional, a jornalista (sic) Eliane Cantanhêde, se espantando com a quantidade de gente no evento diz: “o PSDB é um partido de massa, mas de uma massa cheirosa!”.

Crescia a massa fermentada do fascismo e seus discursos pelo país afora. O próximo passo seria, então, a invenção de um inimigo em comum. Um inimigo que fosse culpabilizado pela crise, que fosse culpado pela divisão do país em classes antagônicas, que fosse culpado por destruir nossas riquezas, que fosse responsável por nossa derrota, enfim. Assim foi feito com os judeus na

Alemanha Nazista. Assim foi feito com os camponeses em Canudos. Assim foi feito com os jovens rebeldes no golpe militar brasileiro. Ergue-se um caos, revela-se o anticristo e doravante a onda de limpeza passará a executar sua higienização. Esta higienização é também uma forma-discurso cheia de bordões e simbologias nacionalistas. As ruas vão se povoando de indivíduos fantasiados de verde-amarelo. Camisas da corrupta CBF, jovens, idosos, artistas, empresários, coletivos, todos se enrolam numa forma-discurso que tem eficácia de produzir sujeitos e subjetividades. Como escreveu Foucault sobre as prisões e sobre os asilos, erguemos sujeitos – o bandido, o louco – e instituições de controle sobre os corpos e mentes. A ideia é, portanto, controlar o outro, esta besta-fera que como uma praga destruiu nossas plantações e sonhos. O maior bordão destes grupos era o “Fora!” “#fora”. Quando eu digo “fora”, estou limpando o outro da minha convivência. Limpando o vermelho, limpando os lugares, as instituições. A luta contra a corrupção de 2013 se transformou em luta contra um outro, o inimigo da nação, o gafanhoto destruidor. Nada de conviver com o diferente, e sim aplainar o tecido enrugado, passa-lo a ferro e fogo para torná-lo liso e bonito. Não mais tratar de diversidade, de conviver com as diferenças. Agora é aplainar. Escola sem partido, professor para ensinar e não educar. Famílias heteronormatizadas por leis. Um modelo-discurso atingiu-nos a todos, pois o fascismo não escolhe partidos, pessoas e nem lugares. Como é rizomático, atinge liberais, conservadores, esquerda, direita (ou o que isto venha a significar), transpassa grupos etários, gênero, situação econômica. Assim, ao lado de idosos saudosistas do golpe militar, há um grupo de jovens pedindo pela volta dos milicos ao poder. O sucesso da forma-discurso fascista é tão somente não ter lugar e nem tempo, é não se alojar num só grupo, mas em todos. Uma ideia viral, totalizante.

O nacionalismo vem como consequência. Enrolados na bandeira nacional, vestidos com a camisa da seleção de futebol, pintados de verde-amarelo, os sujeitos evocam um duplo discurso: a meritocracia e a ideia de complô. O discurso da meritocracia diz respeito a uma falsa ideia de que todos têm a mesma condição de competição no mercado do trabalho. As fábulas de “I will survive” começam lentamente a brotar em conversas, postagens, novelas, programas dominicais. Era um negro que conseguiu entrar para medicina sem cotas. A outra que era pobre e nunca recebeu bolsa-família e que conseguiu criar seus filhos. Por outro lado, reportagens sobre corrupção nas cotas, nas políticas afirmativas, nos programas de auxílio também eram parte da receita gourmet da meritocracia. Em contrapartida, a forma-discurso do empreendedorismo, da autonomia do sujeito, da proatividade, dos antigos discursos religiosos sobre “não dar o peixe e sim ensinar a pescar”, do “foi deus quem mim (sic) deu”. Ao lado do discurso meritocrático, uma forma-discurso bem conhecida e eficiente: o complô. A ideia de complô leva em conta toda uma teodiceia já escrita antes neste texto com o tempo das pestes, o tempo do caos, a restauração da ordem via eliminação do anticristo. Tudo isto midiaticizado com ares de espetáculo. A votação do impedimento da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado Federal como um *big brother* internacional com base na tese do complô. Doutro ângulo, os governistas também assumindo a mesma tese de um complô contra o povo, da venda das nossas riquezas, da volta a um estado de miséria e elitismo. Uma forma-discurso, na minha maneira de analisar o mundo, é geral. Não se aplica a uns e não a outros. Tomo por base para esta elaboração a noção de campo epistemológico de Foucault. São os discursos que produzem os sujeitos.

A forma-discurso fascista é lastreada pelo pensamento paranoico. Os fascistas não estão somente enrolados na bandeira

ra, mas num circuito de ideias que blindam o fascista do ouvir. Só há lugar para a fala. O diálogo não existe, pois que o outro é sempre um errado. É uma fala esquizofrênica, sem quaisquer arrazoados inteligíveis, a não ser frases prontas, bordões, clichês reformados, replicação de capas de revistas, de notícias de telejornais, enfim, da fofoca midiática. A forma-discurso fascista odeia as intelectualidades. Detesta as elaborações mais teóricas, se atendo ao fato pelo fato, ao fato como um infográfico, ao fato noticiado com facilidade, ao fato encaixotado em si mesmo. Para o fascista, pensar é um ato inútil, dado à professores de humanas, conhecimentos estes que nada constroem. O fato para o fascista é o concreto. O dado que é produzido através de um inquérito e noticiado com facilidade didática. O inquérito que é explicado em entrevista coletiva por procuradores da república usando o *power point*, midiaticizando o fato, como o fazem alguns jornalistas de programas policiais ao expor, execrer, classificar e julgar o acontecimento. Didático, elucidativo, contundente, porém sem provas. Mas para a forma-discurso fascista não se necessita de provas, uma vez que o pensamento já vem moldado, como um molho de tomate enlatado o qual só resta jogar numa massa qualquer. É também um pensamento efusivo e espetacularizado. É uma forma-pensamento autoritária, que prescinde do contraditório, do avesso, do rugoso.

Por tudo o dito e escrito, pelo que vi e vivi, chego a formular uma costura final para este texto. A forma-discurso fascista é um pensamento-mônada. Por ser mônada é fechado em si mesmo, é autossuficiente. É um pensamento prepotente. Para o fascista, o mundo está pronto, não deve ser alterado. A mudança cheira a desavença, a desequilíbrio, a caos. Como exemplo de um pensamento fascista lembro-me do debate da bancada evangélica contra o casamento gay. Ideias como “deus criou o homem e mulher”, “duas mulheres numa ilha nunca se reproduzirão”, “já se

nasce com sexo definido”, entre muitas outras, são baseadas em princípios imutáveis para o fascista como a religião e a biologia. Mesmo levando-se em consideração o surgimento da psicologia, da sexualidade como comportamento, da psicanálise e sua ideia-chave do desejo, não há diálogo entre um fascista que pense o sexo como já-dado e estes saberes. O pensamento fascista, como mônada, é fechado ao debate. Pode-se passar anos, séculos, com demonstrações científicas sobre o tema, que nem um milímetro é alterado. Sessões abertas com convidados das universidades, profundos conhecedores do debate sobre sexualidade não encontraram nenhum eco na bancada evangélica. Este tipo de blindagem é típico da forma-discurso fascista.

Podemos combater o fascismo? Sempre! Com base no pensamento rico e anárquico de Michel Foucault, é preciso pensar livremente, anarquicamente, sem totalitarismo ou controles. É preciso pensar e escrever como uma arte. Pensar livre, ser livre. Pensar-sonho. Pensar-cor. Pensar-desejo. Liberar-se das alucinações paranoicas dos extremismos. Despojar-se das armaduras e das blindagens. Escrever-criar. Dar um basta nas regras da ABNT e demais regras que castram a escrita. Citar com liberdade. Distanciar-se da escrita baseada em pensamentos alheios, em pesadas citações, para mim uma forma de plágio tão nociva quanto a cópia propriamente dita. Pensar-em-fluxo. Criar modelos e conceitos numa culinária do saber, do saber como experiência e experimento. Estabelecer de uma vez por todas que todo pensamento-discurso é livre e cheio de fissuras. Que por entre as fissuras outros pensamentos aparecem, outras razões rompem com o modelo-pensamento. Pensar o híbrido. Pensamento em dobras, em múltiplas subjetividades. Um pensamento que é meu, mas é de outro, é de Foucault, mas é meu, mas é de quem vier. Pensamento-plástico, modelável, reciclável. Desejar como forma de liberação. Dar lastro aos desejos, aos desejos mais lúgubres, aos desejos mais perversos, aos mais lindos

desejos, aos desejos mais divinos. Deixar-se contaminar pelos matices do mal. Deixar-se deliciar pelos aromas do bem. Ser um ser partido. Pensar o disforme e não o uniforme. Olhar para brechas e não só para o concreto. Perceber que todo poder é podre, é túmulo guardando as carnes putrefatas. Denunciar as formas-discurso fascistas como exercício de poder-controle. E mais que tudo, rir. Rir-se. Rir do fascista. Deixá-lo nu mesmo que ele creia que está ricamente vestido. O riso é o açoitado do fascismo. Olhar. Olhar para o outro, para o diferente. Observar a diferença. Ver-se diferente e múltiplo, e híbrido, e em reforma, sempre!

## Referências

BLACK, Edwin. *The war against the week*. Londres: Peguin, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense, 2002

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 10ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. 6ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUATTARI, Felix & DELEUZE, Giles. *O que é filosofia*. São Paulo: 34, 2000

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Imago, 2000.

LAWRENCE, Bruce. *Defenders of God: the fundamentalist revolt against the Modern Age*. New York: Lawrence, 1999.

SEIDMAN, Steve. *Contexted knowledge*. Oxford: Blackwell, 2000.

SUASSUNA, Ariano. *O auto da compadecida*. São Paulo: Agir, 2004.

# DISCURSO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

a democracia representativa no Brasil e o sujeito cidadão  
ente imagens, dizeres e silêncios<sup>1</sup>

 Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro

## Introdução

**A** abstenção eleitoral ocorre quando os eleitores aptos a votar não comparecem às urnas. Segundo PASQUINO apud BOB-BIO (1991), para o cálculo do percentual de abstenção, não são computados os votos brancos e nulos. No Brasil, a abstenção nas eleições mantém-se desde 1994 próxima de 18%, índice considerado muito alto pelos especialistas. Nas eleições gerais de 1998, por exemplo, apenas 78,5% dos alistados compareceram às urnas. Dos que compareceram, 18,5% votaram em branco ou nulo. Somando a isso os 10% da população apta a votar que não se alistou, temos o percentual de 40% dos brasileiros que “desprezaram o direito de eleger o presidente” (MIGUEL, 2003, p. 124).

O nível de abstenção nas eleições presidenciais em 2014 foi o mais alto desde 1998, de acordo com dados do TSE. Neste ano, 19,4% do eleitorado brasileiro não compareceu às urnas - 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país. No pleito de

---

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro. Membro do DISCULTI - Grupo de Estudos em Discurso, Cultura e Identidades Universidade Regional do Cariri – URCA. claudiarejanne@yahoo.com.br

1. Uma primeira versão desse estudo foi publicada nos Anais do *Colloque International Discours Politiques en Amérique Latine: filiations, polyphonies, théâtralités*. Paris, 2011, sob o título *Tribunal Supérieur Électoral Brésilien: images de la démocratie représentative entre voix et silences*. Disponível em [http://infotext.free.fr/site/actes\\_pdf/grangeiro2009.pdf](http://infotext.free.fr/site/actes_pdf/grangeiro2009.pdf). Tradução da autora.



1998, o percentual foi de 21,5%. A proporção de votos brancos também foi elevada - 3,8%, ou 4,4 milhões dos 115,1 milhões de votos registrados. Em 2010, o índice foi de 3,1%, e em 2006, de 2,7%. Em 2014, o índice foi o mais alto desde 1998, atingindo 8%. Quanto aos nulos, 5,8% dos eleitores que compareceram às urnas neste mesmo ano anularam seus votos para presidente. O nível mais alto que havia sido registrado anteriormente foi em 2002, de 7,4%<sup>2</sup>.

Alguns aspectos históricos podem nos fornecer certos elementos para compreender este fenômeno. O primeiro a ser considerado é que o Brasil é um país sem grande tradição republicana, visto que foi colônia que praticou escravidão oficialmente até 1888. Durante a maior parte da sua história, viveu sob governos não-eleitos pelo povo. Em 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, representando as oligarquias e o setor agrário, comandou o primeiro golpe de estado da história do país, marcando o fim da Monarquia, fato comemorado até hoje como “Proclamação da República”.

Getúlio Vargas repetiu feito semelhante em duas ocasiões: em 1930 e em 1937 e em 1945 também foi deposto por outro golpe. Em 1964, outro golpe elevou os militares ao poder deixando o país durante 29 anos sem eleições diretas. A “revolução”, forma como os militares significaram sua ação, passou a ser denominada ironicamente pelos opositores do regime de “A Redentora”, por ser chamada pelos militares de “Movimento de Redenção do Brasil”. Apenas em 1988, a Constituição, fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte, oriunda, dentre outros fatores, de grandes manifestações de rua, devolveu ao país as eleições diretas.

Em consequência de tais configurações históricas, a fragilidade das instituições políticas é notória. As regras eleitorais, por

---

2. VELASCO, Clara. Nível de abstenção é o mais *alto desde 1998*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/nivel-de-abstencao-nas-eleicoes-e-o-mais-alto-desde-1998.html>. Acesso em 15/11/2016.

exemplo, jamais são idênticas de um a outro pleito. Além disso, há uma enorme quantidade de partidos sem princípios ideológicos e/ou programáticos, as chamadas “legendas de aluguel” que abrigam, a cada eleição candidatos que mudam constantemente de partido segundo interesses imediatistas.

Outro aspecto a ser considerado são os constantes casos de corrupção, fenômeno que parece inerente ao sistema político brasileiro, o qual ocorre tanto com os partidos tradicionais oligárquicos como em certos partidos considerados de esquerda. Além disso, o voto não é obrigatório para jovens de 16 e 17 anos e para pessoas acima de 70 anos.

Tais fatores contribuem para o descrédito da população no sistema eleitoral, mas outros fatores também devem ser considerados, como, por exemplo, as dificuldades de acesso aos locais de votação devido às grandes extensões territoriais do país.

Com base, pois, nos dados da abstenção eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, (TSE), contratou a empresa W Brasil para produzir vídeos curtos, cada um de aproximadamente 20 segundos para serem difundidos na televisão e na internet entre os anos de 2007 e 2008, no intuito de estimular a população a votar. Os vídeos eram direcionados a públicos específicos, como, por exemplo, aos brasileiros que vivem no exterior. O vídeo aqui analisado foi direcionado aos jovens entre 16 e 17 anos.

Considerando que o discurso se constitui no jogo intersticial entre o dito e o não-dito, entre o dizer e a impossibilidade de dizer, o trabalho propõe-se a analisar o papel do silêncio no processo de constituição do discurso do TSE brasileiro sobre a democracia representativa e sobre o sujeito-cidadão no vídeo intitulado: “Campanha título de eleitor”, a partir dos conceitos de discurso, sujeito, interdiscurso, oriundos dos diálogos e duelos (Gregolin, 2004) entre Michel Pêcheux e Michel Foucault, além do trabalho de Courtine (1999) sobre a memória discursiva e das

elaborações sobre o papel do silêncio no movimento dos sentidos desenvolvido por Orlandi (1997).

## 1. Sujeito, discurso e formação discursiva em Foucault

Não nos aprofundaremos, por questão de espaço e por não ser objetivo deste estudo, nas questões epistemológicas em torno dos diálogos e duelos entre Michel Pêcheux et Michel Foucault, suas divergências e convergências teóricas<sup>3</sup>. No momento, pontuaremos somente algumas categorias teóricas que nortearão a nossa análise.

Para Foucault, o sujeito não existe a priori, nem na sua origem, nem na sua suposta essência imanentista. A identidade do sujeito é uma construção histórica, temporal, datada e como tal, fadada ao desaparecimento. O sujeito é disperso, descontínuo, é uma função neutra, vazia, podendo adquirir diversas posições, inclusive a de autor: “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 20-21).

Para o autor, o sujeito não é mais um *je tout-puissant*, que assume os enunciados. São, inversamente, os enunciados que se impõem a ele em função das diferentes posições que ocupa. Os enunciados são, portanto, produtos de uma multiplicidade de lugares institucionais que coagem fortemente o seu dizer.

O projeto de Michel Foucault é, aliás, uma “história do condicionamento do indivíduo pelas instituições” (DREYFUS e RA-

---

3. Este debate está desenvolvido em GREGOLIN, M.R. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004 e GRANGEIRO, C.R.P. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2007. A obra consta de artigos de autores diversos dentre os quais Maingueneau, Guilhaumou, Moirand, Sargentini, os quais apresentam debates atuais sobre este conceito basilar no campo da Análise do Discurso: o conceito de formação discursiva. Tal conceito mais direcionado para as características do discurso político encontra-se em GRANGEIRO, C.R.P. *Discurso político no folheto de cordel*. São Paulo: Annablume, 2013.

BINOW, 1995, p.155). Assim, o que ele chama de subjetividade aparece como o resultante das « disciplinas », mediante as quais o sujeito moderno se constitui por intermédio das práticas objetivadoras que o fundam como objeto de saber/poder/dizer, e o cuidado de si (ligado às práticas de confissão religiosa, de exame de consciência etc.).

Assim, como o sujeito, os discursos são, para Foucault, uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade a priori, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando as “regras de formação” que regem a formação dos discursos (Foucault, 1997, 2000). Para o autor:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1997, p. 43).

Para Foucault, as regras que determinam uma formação discursiva se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Todos esses elementos caracterizam a fronteira entre a formação discursiva na sua singularidade e torna possível a passagem da dispersão para a regularidade.

### 1.1. Sujeito, discurso e formação discursiva em Pêcheux

Quando Pêcheux traz para a Análise do Discurso o conceito de formação discursiva, ele efetua as adequações necessárias ao relacionar tal conceito com a ideologia e a luta de classes. Tratava-se, segundo o autor, de extrair da noção de Foucault “o que ela

tinha de materialista e revolucionária” (1990), exatamente a concepção de discurso como prática social. Para Haroche, Pêcheux e Henry (1971, p. 102):

As formações discursivas determinam aquilo que se pode e se deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc., a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Em *Remontons de Foucault a Spinoza* (1990), Pêcheux discute a noção de ideologia, apontando para as fronteiras maleáveis da formação discursiva.

A ce qui touche à l'idéologie correspond le fait de ce que les appareils idéologiques de l'État sont par nature pluriels: ils ne forment pas un bloc ou une liste homogène, mais existent à l'intérieur de relations de contradiction-inegalité-subordination telles que leurs propriétés régionales ou leur spécialisation dans les domaines de la religion, de la connaissance, de la morale, du droit, de la politique, etc. Ils contribuent inégalement au développement de la lutte idéologique entre les deux classes antagonistes, en intervenant inégalement dans la reproduction ou la transformation des conditions de production<sup>4</sup> (PÊCHEUX, 1990, p.21).

Em *Semântica e Discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux coloca a problemática da teoria materialista dos processos discursivos sob o signo das condições ideológicas de reprodução/

---

4. Naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os aparelhos ideológicos do estado são, por sua própria natureza plurais: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política etc.) intervêm desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção. (Tradução nossa).

transformação das relações de produção. Quando acentua a questão da transformação, ele demarca claramente o sentido não-único da formação discursiva, sublinhando sua heterogeneidade.

Para Pêcheux (1995), o discurso é uma prática social, ideológica, inscrita numa memória e numa atualidade, o que faz com que os sentidos não sejam unívocos, visto que são sempre os mesmos e nunca os mesmos. O objetivo de Pêcheux era constituir uma teoria não subjetivista do sujeito e do discurso.

Assim, considerando o discurso como prática social em sua intrínseca relação com os mecanismos de produção dos sentidos, Orlandi acrescenta (1997) que o discurso pode ser compreendido como “efeito de sentidos entre interlocutores”.

No momento em que Pêcheux compreende a formação discursiva como heterogênea, afirmando que os discursos se constituem na relação com outros discursos, desenvolve um conceito fundamental: o interdiscurso. Segundo o autor:

(O interdiscurso) é aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.), de que sua própria leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX 1999, p. 54).

## 1.2. Formação discursiva e memória discursiva em Courtine

Diga qual a palavra que nunca foi dita  
(Milton Nascimento)

Aproximando as concepções de formação discursiva de Pêcheux e Foucault, Courtine concebe a formação discursiva como

fronteiras moventes impulsionadas pela memória discursiva, propondo a articulação entre dois modos de existência do discurso como objeto de análise:

a) *O nível da enunciação*: por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação dada (o “eu” “aqui” “agora” dos discursos e b) *O nível do enunciado*, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria interdiscurso, séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se (COURTINE 1999, p. 18). Itálicos do autor.

A memória discursiva é, portanto, a articulação entre singularidade e repetição. Para o autor, “é necessário que algo já tenha sido dito e esquecido, apagando-se certos sentidos para assim, ressurgir e fazer outros sentidos” (COURTINE, 1999, p. 20). O que ouvimos, pois, são apenas ecos, fragmentos de coisas já-ditas e esquecidas

A propósito das diferenças epistemológicas entre Pêcheux e Foucault, pensamos, como Courtine que as duas abordagens se aproximam no aspecto em que consideram o discurso como prática social constituída no batimento entre memória e atualidade, entre o que já foi dito e redito, que adquire sempre novas significações, entre o que não foi dito e o que não pode ser dito, onde se insere/é inserido um sujeito disperso, descontínuo, constitutivamente atravessado por seu outro, numa relação complexa entre saberes, dizeres, poderes.

No nosso entendimento, tais relações estão ligadas às lutas de classes, mas não de forma exclusiva, sabendo-se, também, que as classes sociais, em tempos de identidades flexíveis, não são, elas

também unívocas, existindo, no mundo contemporâneo diversos outros elementos constitutivos de subjetividades, como gênero, etnia, espaço geográfico, dentre muitos outros.

## 2. No princípio não era o verbo, era o silêncio

O silêncio foi a primeira coisa que existiu  
o silêncio que ninguém ouviu  
(Arnaldo Antunes)

Para a análise do discurso do TSE no vídeo, trabalharemos também com o conceito de silêncio desenvolvido por Orlandi (1997). A questão do silêncio na construção dos sentidos está relacionada à concepção de sentido da Análise do Discurso oriunda da Psicanálise de Jacques Lacan, para quem: “o dizer é da ordem do não-todo” (LACAN, 1996, p. 73). Isso significa que a língua é constitutivamente lacunar, que as palavras são insuficientes para exprimir os pensamentos e os sentimentos. A princípio, porque o sujeito da Psicanálise/Análise do Discurso é cindido, clivado, dividido, atravessado constitutivamente pelo outro: o inconsciente. Para Lacan: “o sujeito não sabe o que diz por uma simples razão: ele não sabe quem é”. (op. cit, p. 74). Daí a assertiva de Milner (1987, p. 34): a realidade da língua é o impossível que lhe é próprio”, o que quer dizer que na construção do que é dito há sempre algo que não se pode ou não se deve dizer, como na poesia de Adélia Prado (1991, p. 71):

O meu saber da língua é folclórico  
Muitos me arguirão deste pecado (...)  
Belo vale, por que belo vale?  
Esse som de leite e veludo  
Quis dizer nêspira e não disse.



O silêncio faz parte, portanto, da constituição do sujeito e do sentido. Em teorização sobre as formas do silêncio no movimento dos sentidos, Orlandi afirma (1997):

O silêncio não está apenas ‘entre’ as palavras. Ele as atravessa. Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência (op. cit, p. 71). (...). É, assim, a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. (...) Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito (ibden p. 13).

Existem diversas maneiras de estar em silêncio que correspondem a diversas maneiras de estar nos sentidos e, de uma certa forma, as próprias palavras respiram silêncio. No discurso político, por exemplo, quando é utilizada a metáfora do voto como “voz” ou quando a abstenção eleitoral é interpretada apenas como “despolitização”, esquecemos que o silêncio tem diversos significados. Aquele que não vota, pode não estar de acordo com o sistema eleitoral ou com a configuração política daquela eleição em particular. Pode ainda não concordar com os partidos em disputa, com os candidatos e pode não concordar, ainda, com o sistema representativo em geral. Ou seja, o não-voto é um ato político, significativo. Há um provérbio que diz “quem cala, consente”. No entanto, não há somente uma interpretação para o silêncio. Quem cala, às vezes, consente, às vezes resiste, às vezes, desconfia, às vezes não concorda, às vezes despreza. É necessário, portanto, pôr-se à escuta das significações dos silêncios.

Ainda sobre a questão do silêncio, analisando a censura no Brasil sobre a ditadura militar, Orlandi (1997) estabelece uma distinção entre o silêncio constitutivo da linguagem e o silêncio da censura:

(A censura) estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala (...). Lugar da negação e ao mesmo tempo da exacerbação do movimento que institui identidade. Já não é silêncio, mas “pôr em silêncio”, **uma política pública de linguagem** (ORLANDI, 1997, p. 79). Grifos nossos.

A censura é, portanto, a radicalização da impossibilidade de dizer. Assim, quando apareciam em alguns jornais, extratos d’Os Lusíadas ou uma receita de bolo, já se sabia que, naquele espaço, algum artigo havia sido censurado, algum texto havia passado por essa política pública de linguagem constituída pelo silêncio. Nesse caso, não é um silêncio qualquer, mas um “silenciamento”, com todos os mecanismos institucionais que legitimavam esta prática. A Música Popular Brasileira, por exemplo, não somente conheceu a censura como forte fator de coerção como a exprimiu fartamente em suas letras por meio de metáforas ontológicas, como a clássica “Cálice”, de Chico Buarque de Holanda: Pai, afasta de mim este cálice/Pai, afasta de mim este cálice/Pai, afasta de mim este cálice/De vinho tinto de sangue<sup>5</sup>.

O texto apropria-se do discurso bíblico para fazer falar outra voz: a do povo brasileiro que interpela ao sujeito-mor do discurso religioso que afaste de si este cálice. Pelo processo linguístico da homofonia, a palavra cálice possui escrita e significados diferentes para a mesma pronúncia do imperativo do verbo calar-se. Portanto, é possível ler o apelo do enunciador contra a política de silenciamento: “Pai, afasta de mim este cale-se.”.

---

5. HOLANDA, C. B. de. *Cálice*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45121/>. Acesso em 17/11/2016.

### 3. Silêncios e vozes das ruas: ecos da memória

A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda  
Foi inventada para ser calada.  
(Adélia Prado)

Os efeitos de sentido são produzidos, em grande medida, pela ativação da memória discursiva. Assim, o recurso do preto e branco do vídeo é utilizado para evocar um tempo passado.

A primeira cena mobiliza a memória de uma passeata: jovens na rua, braços erguidos, punhos cerrados esmurrando o ar, portando cartazes, faixas com os dizeres: “queremos voz” e “queremos ser ouvidos”. Não se escuta a voz dos jovens. No close de uma jovem é possível fazer a leitura labial do enunciado: “queremos voz”. Em seguida, há um close em um par de botas, cujo barulho se sobrepõe ao mutismo da cena anterior. A presença das botas funciona como uma metonímia da ditadura militar, período da política pública do silenciamento dos “lugares de fala” da sociedade civil, como o fechamento do congresso nacional, interdição dos sindicatos, das entidades estudantis, da imprensa, censura às expressões artísticas por parte dos governos militares. A expressões “sob as botas da ditadura militar” ou ainda “lamber as botas” de alguém para se referir, respectivamente, a uma relação de opressão e de subserviência eram comuns à época e usadas ainda hoje.

Desta forma, a construção do discurso sobre a importância do voto como “voz” como significado da possibilidade de se expressar é baseada na ativação pela negativa da memória de um tempo indesejável de silêncio e de silenciamentos.

Figura 1



### 3.1. A voz e os silêncios do sujeito autorizado

Abaixo das imagens aparecem as legendas:

**Vá** ao cartório eleitoral da sua cidade.  
**Leve** documento com foto e comprovante de endereço.  
**Faça** o seu título de eleitor, **seja** ouvido.  
**Decida** o futuro do seu país. (Grifos nossos)

O sujeito é uma construção do discurso e é constituído na alteridade. Quando se instaura um “você”, instaura-se, por conseguinte, um “eu”, um sujeito autorizado pela instituição que **pode** enunciar no imperativo e interpelar/constituir o sujeito-cidadão: “Vá, leve, faça, decida”.

Após os enunciados escritos aparece um texto falado:

Faça seu título de eleitor, seja ouvido.  
Decida o futuro do seu país.

“Faça seu título” de eleitor funciona como uma sinédoque do ato de votar. Não se trata simplesmente de fazer o título. O implí-

cito, o que não está dito é a necessidade imperativa de utilizá-lo, ou seja, de votar. E votar implica também em votar em alguém.

A imperatividade do voto no Brasil está presente não só no discurso no TSE, mas também na própria urna eleitoral, conforme podemos observar na imagem:

Figura 2



Na parte superior da urna há uma chave numérica semelhante à de um telefone e na parte inferior, três botões: da esquerda para a direita: o branco para votar em branco, o vermelho para corrigir e o verde para confirmar. Não existe, por exemplo, um botão para votar nulo? Se alguém quer anular o seu voto, é necessário que digite um número errado e confirme. Depois, aparece uma mensagem: “seu voto está errado e deverá ser corrigido”. O voto somente é considerado nulo se o número errado for confirmado.

Na perspectiva da relação entre o sujeito cidadão e aquele em quem se “deve” votar, encontra-se a oração na voz passiva: “Você não será ouvido”. A voz passiva pressupõe outro sujeito: alguém que ouve. Se o sujeito-eleitor será ouvido ou não, quem o ouvirá? Os sujeitos-candidatos ou candidatos eleitos ouvirá o sujeito eleitor?

A partir de tais questões, verifica-se as diversas posições de sujeito do discurso político-eleitoral: O TSE, sujeito-instituição responsável pela manutenção desta região do dizer/saber/poder interpela o sujeito-cidadão a cumprir o seu papel, a votar, sob o argumento de que “alguém” ouvirá a sua “voz”.

### 3.2. Democracia representativa: o sujeito em silêncio

Outra ideia associada ao ato de votar, no discurso do TSE, é a de “decisão”: Decida o futuro do seu país.

O sujeito TSE quando se dirige ao sujeito-cidadão atribui a este o poder de decisão. Toda disputa, em todos os campos discursivos, mas especificamente no campo político é uma luta pelo direito à fala: falar sobre, falar de, falar para, falar em nome de. Na própria ideia de “representação política” contemporânea, trata-se, efetivamente, de uma delegação de voz, ou seja, alguém que não está autorizado a falar, delega a outrem, através do voto, o direito de falar em seu nome, compreendendo o falar, ele mesmo, como poder, como “signos-poder, onde e pelos quais se luta” (BONNAFOUS e TOURNIER, 1995).

De certa forma, mesmo se o cidadão exerce o direito de votar, o sujeito-cidadão não fala. Ele delega a outrem o direito de falar em seu nome. Mesmo quando vota, o sujeito cidadão ainda continua, em uma medida muito grande, em silêncio, visto que a subsunção da fala é uma característica da democracia representativa. O próprio texto da constituição atesta essa ideia: “todo poder emana do povo e, em seu nome será exercido”<sup>6</sup>. A oração está na voz passiva: o poder é exercido, o “povo” não o exerce. Ele delega a alguém, a outrem, o direito de exercê-lo em “seu nome”.

---

6. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Art. 1º, § único. Brasília, 1988.

Assim, mesmo que o cidadão fale/vote, quem escuta o cidadão: em nome de quem, exatamente, são exercidos os signos-poder?

## Considerações finais

O silêncio é constitutivo do dizer. Analisar o discurso é, portanto, em grande medida, analisar o não-dito, o não-poder dizer na sua relação com o dito. O discurso do TSE no vídeo: “Título de eleitor” constitui o sujeito cidadão como “aquele que vota”, ao mesmo tempo em que se constitui como sujeito autorizado dessa ordem do discurso, aquele que pode enunciar no imperativo, ao mesmo tempo em que constrói por meio da voz passiva um sujeito que “ouvirá” o cidadão caso ele fale/vote.

Esse discurso silencia outros lugares de fala da sociedade civil, instituindo a ordem do discurso eleitoral como único lugar possível em que o sujeito cidadão pode “ser ouvido”, silenciando, por exemplo, os movimentos sociais organizados da sociedade civil, em suas grandes manifestações pelas eleições diretas. O que o discurso desse sujeito, não pode dizer, por exemplo, é que várias ações para que se tivesse o direito ao voto foram as guerrilhas armadas urbanas.

Desta forma, a ordem do discurso político não se reduz à ordem do discurso eleitoral, visto que, nesta, mesmo que o sujeito-cidadão fale/vote, de certa forma continua em silêncio, ouvindo “alguém” falar/decidir ... em seu nome?

## Referências

BONNAFOUS, S e TOURNIER, M. Analyse du Discours, lexicométrie, communication et politique. In *Langages* n° 117. p. 67- 95. Paris: Larousse, 1995.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: 1988.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. p. 15-22. In: IN-DURSKY, F & FERREIRA, M. C. L. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COSTA, H.O. *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

DREYFUS, H.L e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

HAROCHE, C, HENRY, PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: *Langages*, n° 24, p. 93-106. Paris, 1971.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

GRANGEIRO, C.R.P. *Discurso político no folheto de cordel*. São Paulo: Annablume, 2013.

\_\_\_\_\_. *Discours Politiques en Amérique Latine: filiations, polyphonies, théâtralités*. In: *Colloque International Discours Politiques en Amérique Latine: filiations, polyphonies, théâtralités*. Actes. Paris: 2011. Disponível em [http://infotext.free.fr/site/actes\\_pdf/grangeiro2009.pdf](http://infotext.free.fr/site/actes_pdf/grangeiro2009.pdf).

\_\_\_\_\_. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2007.



GREGOLIN, M.R. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

HOLANDA, C. B de. *Cálice*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45121/>. Acesso em 17/11/2016.

LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

MIGUEL, L.F. *Representação política em 3D: elementos para uma teoria da representação política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, p. 123-140. São Paulo: 2003.

MILNER, J.C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PASQUINO, G. Abstencionismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 3. ed. v. 1. pp. 7-9. Brasília: UnB, 1991.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. p. 49-57. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et alli. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. In: GREGOLIN, M.R. (Tradução). Mimeo, 2003. Disponível em: <file:///D:/Users/Arquivos/Downloads/Michel%20P%C3%AAcheux%20-%20Remontemos%20de%20Foucault%20a%20Spinoza.pdf>. Acesso em 17/11/2016.

\_\_\_\_\_. *Remontons de Foucault à Spinoza*. pp. 245-260. In: MALDIDIER, D. *L'inquétude du Discours*. Paris: Cendres, 1990.

PRADO, A. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano, 1991.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Título de eleitor jovem*. Disponível em: [www.tre-mg.gov.br/voto\\_jovem\\_site/flash/conteudo.swf](http://www.tre-mg.gov.br/voto_jovem_site/flash/conteudo.swf). Acesso em 21/11/2008.

VELASCO, C. *Nível de abstenção é o mais alto desde 1998*. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/nivel-de-abstencao-nas-eleicoes-e-o-mais-alto-desde-1998.html>. Acesso em 15/11/2016.

# GOVERNO RELIGIOSO DA VELHICE:

experimentações da imprensa espírita brasileira

 Alarcon Agra do Ó

Queríamos estudar a história das relações  
entre psiquiatria e justiça penal.  
No caminho encontramos o caso Rivière.  
(Michel Foucault)

I

Tenho me dedicado, nos últimos quinze anos, a pensar (n)a velhice. Trata-se de uma deriva de múltiplas dimensões, que me ocorre em momentos os mais variados, inclusive naquele arranjo de fatos e impressões que costumamos entender como sendo a vida *privada*.

Não estou sozinho; no presente, a busca por imagens que nos ajudem a dar sentido ao nosso percurso pela existência é, em grande medida, atravessada por fluxos e tensões organizadas no âmbito de um regime de verdade etarizado. Em outras palavras, o tempo presente é marcado por uma hipervalorização da dimensão etarizada da vida, sem a qual nem sempre sabemos nos dizer ou pensar. Para dizer quem nós *somos*, quase sempre nossa idade é a chave através da qual interpretamos e expressamos nossa *identidade*.

---

Alarcon agra do Ó é Professor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Entretanto, para além desse enquadramento mais íntimo e do cenário de dispersão acima insinuado, há no meu olhar para a velhice, entre outros, um ponto de adensamento especial: a realização de estudos *acadêmicos* no campo da minha disciplina de formação, ou seja, de experimentações do pensamento mediadas pelas regras da operação historiográfica. Disso já resultou certa produção bibliográfica, espalhada aqui e ali, “gente de discurso” que sou (FOUCAULT, 1977, p. 187).

Atualmente, uma de minhas buscas tem sido pela exploração do que aprecio nomear como o governo religioso da velhice, ou seja, de um conjunto heterogêneo de práticas históricas ambientadas no campo religioso e que acabam por instituir formas de governamentalidade da experiência etária, especialmente do envelhecimento. Freqüente assim os campos de certa história política, na medida em que enfatizo a ideia de que o discurso religioso informa condutas humanas, logo, políticas (CANDIOTTO & SOUZA, 2012; CHARAUDEAU, 2006; COUTROUT, 2003).

No que diz respeito ao presente texto, eu enfoco esta problemática instalando minha oficina de trabalho nas cercanias de uma instância midiática em particular, o periodismo – corpus em relação ao qual, inclusive, já está posto um rico arquivo de experimentações, no âmbito da historiografia. Mais concretamente, exploro um exemplo significativo do periodismo espírita brasileiro, O que busco fazer aqui, enfim, é um exercício de análise histórico-discursiva de um texto publicado na revista espírita “Reformador”, o qual tematiza a velhice (CHARAUDEAU, 2006; MAINGUENEAU, 2010). Li aqueles papéis não tanto para afrontar a face do deus, mas, certamente, para imaginar o que se pode produzir a partir da relação de estranheza entre o meu olhar e o que ele, enfim, encontra sob si (FOUCAULT, 1977, p. 209 e 211).

Uma das ideias que ajudam a dar forma aos estudos que venho empreendendo consiste na historicidade dos recortes geracionais, entre os quais, mais especialmente a velhice. Para me valer das palavras de Kuschik & Machado (2016, p. 139), posso afirmar que tenho trabalhado com a noção de que a velhice é uma categoria “da instância do biológico e também do social”, sendo “consolidada pelo caráter concreto de um organismo que se modifica com o avançar dos anos e, também, pela materialidade dos sentidos que definem este corpo”. Entre a *realidade* e a *imagem*, como diria Manuel Bandeira, instalo minha mesa de trabalho, desejoso de reencontrar o mundo pela palavra (Merleau-Ponty, 2015, p. 01).

Há, em torno da velhice, constituindo-a em muitos sentidos, inclusive, “uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos” (FOUCAULT, 1977, p. XII). O que aprendemos a nomear como o discurso midiático aí se realiza, como palco, cena e personagem da história da produção, atribuição e circulação de sentidos quanto à velhice.

A imprensa é tomada assim como uma maquinaria singular e de grande importância estratégica na nossa sociedade. Nela se realiza uma prática discursiva que coloca na linguagem uma relação particular do sujeito consigo mesmo, mediada pela sua relação com a sua existência temporalizada. Ou, para ser mais exato, com a sua existência etarizada. O discurso da imprensa ocupa o papel de revelador e de configurador da experiência contemporânea, tangenciando, no entanto, tempos outros (CHARAUDEAU, 2006).

No caso de uma produção divulgada sob a forma de uma revista, há elementos que precisam ser destacados, para além dos mais gerais, atinentes à imprensa em geral. Como apontam Kuschik & Machado (2016), a revista chega aos leitores vendendo a

si mesma como uma produção cuja construção parece mais lenta e melhor acabada do que, por exemplo, o jornal diário. Seus textos são mais longos, há relações mais complexas com elementos gráficos ou pictóricos, e, por fim, ela acaba por construir um todo em si mesmo, como se a sua forma gráfica e editorial quisesse ou pudesse garantir uma coesão e uma continuidade que não caracterizariam outras publicações da imprensa.

### III

O caminho da pesquisa aqui transformada em texto consistiu numa série articulada de passos. Em primeiro lugar, cabe destacar que o periódico estudado foi escolhido, entre tantos outros produzidos no âmbito do campo religioso brasileiro, tendo-se em vista a realização de outro estudo, no qual venho investindo algum tempo e alguma energia nos últimos dois anos. Essa investigação consiste num inventário de problematizações do discurso espírita brasileiro quanto à velhice<sup>1</sup>.

O “Reformador”, considerando-se a sua história e o seu impacto (hoje como ontem) no movimento espírita, mostrou-se um objeto promissor para o estudo ao qual me proponho. O seu primeiro número, sob a responsabilidade de Augusto Elias da Silva, fotógrafo e divulgador espírita, foi publicado em 21 de janeiro

---

1. Há, é certo, ampla discussão acerca da dimensão religiosa (ou não) do espiritismo (e a bibliografia que cito, ao final do texto trata disso com apuro). Não pretendo resenhar esse debate aqui, optando apenas por afirmar que tenho tomado como um dos pontos de partida de minhas reflexões a ideia de que não me parece adequado significar mecanicamente o espiritismo (ou qualquer outra prática cultural) como “religião”. O que me parece apropriado, a meu ver, é aceitar e acolher as significações experienciadas no movimento mesmo da história – e, aí, creio ser correto afirmar que, ao longo da trajetória do espiritismo kardecista no Brasil, ainda que eventualmente isso seja objeto de controvérsia, grandes contingentes populacionais o tomam por religião. Sendo assim, eu acolho a compreensão de que o espiritismo pode ser pensado, para efeito do esforço analítico, dessa forma – no que imagino estar fazendo alguma justiça a Vico, para quem só poderíamos saber dos homens aquilo que eles fazem...

de 1883. Antes disso, diversos movimentos já haviam sido empreendidos pelos espíritas brasileiros, no sentido da criação de órgãos de imprensa ligados à sua crença.

O “Reformador” destaca-se, ainda hoje, tendo-se em vista ao menos duas questões. A primeira, sem dúvidas, é a sua longevidade, dado que continua sendo publicado, hoje na forma impressa e também em portal na internet.

O segundo elemento a ser considerado diz respeito ao papel importante do periódico na circulação de ideias e projetos ligados a versões que foram se afirmando como hegemônicas no campo espírita brasileiro. Ora, como aponta a bibliografia especializada, desde a chegada ao Brasil das ideias de Alan Kardec (o “Codificador” do Espiritismo), ainda nos anos 1860, instalam-se debates e controvérsias no seu campo simbólico. A história do espiritismo no Brasil, inclusive, tem sido contada justamente como sendo um percurso longo e tenso – em meio ao qual narrativas diferentes e em algum modo divergentes se encontram e se chocam (STOLL, 202).

As revistas e jornais (e, hoje, as páginas na internet) tem funcionado, desde cedo, como um espaço privilegiado para debates internos ao campo espírita. É sabido que os livros espíritas também trazem em si referências a tais enfrentamentos, mas a dimensão mais imediata e pontual da prática midiática a tornam um palco mais apropriado para certas encenações de discórdia ou para estratégias de legitimação (ou de silenciamento) de *verdades* (ARAÚJO, 2014).

O “Reformador” não se furtou a esse papel. Ao contrário, em todos os seus números se condensam as artes do dizer e do silenciar, do afirmar e do negar, numa contribuição de relevo à cristalização de certos regimes de verdade. Permitindo a circulação de bens simbólicos, mas fazendo isso de forma regrada e pensada, o periódico do qual analiso aqui um texto tem auxiliado, ao longo

de sua história, a dar um rosto ao espiritismo brasileiro. Daí a importância estratégica de sua exploração pelo pensamento (ARRIBAS, 2010; 2014).

Definidas as margens acima mencionadas, passei ao trabalho de forma mais direta. Visitei o repositório da revista no site da Federação Espírita Brasileira e, no seu sistema de busca, operei com o descritor “velhice”. Outras possibilidades de pesquisa, é sabido, seriam possíveis: descritores como “idoso/a”, “envelhecimento”, “terceira idade” etc., na medida em que fazem parte do campo discursivo com o qual tenho trabalhado, certamente me dariam acesso a textos que também permitiriam produzir uma análise. Coloquei-me, entretanto, a obrigação de escolher apenas um termo, desde que eu o sentisse como passível de ser funcional para o estudo. A escolha por “velhice” deu-se pela sua relevância estratégica no campo dos estudos sobre a experiência etária (BRANDÃO & CORTE, 2016).

Dos textos encontrados, optei por trabalhar com o mais recente.

No que diz respeito, mais diretamente, às questões de ordem metodológica, o diálogo com a análise foucaultiana do discurso foi o caminho mais frequentado. O que se pretendeu foi cartografar o plano mais geral de uma cena de lutas diversas, os confrontos e as batalhas havidas no âmbito de certa enunciação sendo evidenciadas. Como disse Foucault, que venho, aliás, parafraseando com certa liberdade aqui, o que se tenta fazer é “reencontrar o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber” (FOUCAULT, 1977, p. XII).

#### IV

Na edição de setembro de 2006, sob a rubrica mais geral de “Em dia com o Espiritismo”, publicou-se o texto “A velhice”, escrito por Marta Antunes Moura. A autora é mineira, descendente

de holandeses e fruto de uma família espírita. É formada em biologia e biomedicina, tendo atuado como professora em diversos níveis. Espírita atuante, tem experiência na formação doutrinária em centros espíritas e escreve com regularidade para o periodismo ligado ao seu campo religioso<sup>2</sup>.

O artigo que lemos aqui tem uma epígrafe, a qual foi retirada de um texto bíblico (a Epístola de Paulo a Tito, 2:2), o que não é de todo comum na literatura espírita, mais afeita a uma prática auto referencial (Arribas, 2010, p. 162). A bibliografia daquele campo religioso tem a tendência a citar – e a se referenciar – em produções oriundas do seu próprio interior. Ainda que haja a afirmação, por parte dos espíritas brasileiros, de sua condição de movimento inserido no âmbito do cristianismo, as menções ao texto bíblico não se mostram com muita frequência. Talvez o fato de que a produção dada a luz sob a responsabilidade de Alan Kardec tenha se descrito como outra revelação, mais afeita aos tempos presentes, faça com que seus seguidores se sintam autorizados a negligenciar os escritos de uma revelação passada.

Cabe explorar a epígrafe, ainda mais porque há muitos fios que podem ser puxados dela e que nos auxiliam a compor um quadro de análises possíveis para o texto em geral. A citação escolhida por Marta Antunes Moura para encimar seu artigo trata justamente da velhice, e para os seus personagens mais imediatos, ela estabelece um limite a considerar. Diz Paulo: “Que os velhos sejam sóbrios, respeitáveis, sensatos, fortes na fé, na caridade e na perseverança”. O dizer do sujeito que fala é incisivo, impositivo: ele se manifesta através de uma assertiva que expressa um comando frente ao qual não cabe a dúvida ou o desvio.

---

2. In.: <http://www.febeditora.com.br/autores/marta-antunes-de-moura/>. Captura de dados em 29/06/2016.



A Carta de Paulo a Tito, um elenco de leis pastorais (no dizer de Tomás de Aquino) tem uma dimensão estratégica no âmbito das Epístolas (ARMSTRONG, 2007; RICHES, 2016). Ela traz em si instruções precisas, endereçadas às lideranças dos agrupamentos cristãos que estavam, naquele momento, conhecendo os primeiros movimentos de organização autônoma, para além das fronteiras geográficas mais imediatas do povo judeu. Frente a estas igrejas, Paulo assumiu o papel de responsável pelo ordenamento em diversos níveis, oferecendo aos cristãos em geral e, mais especialmente, aos seus pastores, regras quanto a um grande número de dimensões da experiência.

Assim, Paulo regrava a escolha dos responsáveis pelo cotidiano da igreja, para as necessárias correspondências entre condutas privadas e públicas, para a importância extrema da limpeza do caráter de todos. Algo que se destaca ali é o cuidado de Paulo em indicar que as relações entre os diversos sujeitos são mediadas por um grande número de questões – uma delas, e não a menos importante, sendo a condição etária. É preciso, diz Paulo, não apenas envelhecer de certo modo, como, também, manter relações de respeito e de reverência quanto aos mais velhos.

O envelhecimento, diz Paulo – e isto nos interessa, aqui, mais que tudo – é uma experiência cujos contornos estão dados pela Lei de Deus. Na velhice, os homens devem encarnar, mais que em qualquer outro momento, uma série de virtudes, as quais não apenas lhes garantirão um bom galardão nos céus, após a morte e o julgamento final, mas, além disso, os tornarão referências importantes para todos quantos convivam com eles.

É dramática a dupla responsabilidade que Paulo lança por sobre os homens velhos. Eles deverão ter em si e manifestar as virtudes evangélicas, sem que a idade mais avançada lhes permita descansar o fardo moral por um instante que seja. Sua vida, nos seus últimos anos, deve ser, ainda mais do que antes, uma traje-

tória sóbria, respeitável, sensata. Eles mostrarão, assim, que são fortes na fé, na caridade e na perseverança. E, dali, daquele lugar de santidade, eles atuarão – mesmo que em silêncio – como uma baliza, uma referência, um ponto de apoio para os mais jovens, vítimas potenciais dos arroubos e das dúvidas. Aos mais jovens, os mais velhos, se obedecerem aos princípios exarados por Paulo, parecerão ser um ideal identitário, uma forma subjetiva a respeitar, a desejar, a replicar.

Ora, o uso desta pequena elocução como epígrafe permite que a partir dela sejam experimentados sentidos possíveis para a experiência do envelhecimento, ainda mais se pensarmos que o espiritismo d'O Reformador é aquele balizado pela Federação Espírita Brasileira, ou seja, é uma relação com a vida e com a morte que pode e deve ser tomada como uma experiência religiosa. Quem me lê perceberá isso a seguir, creio, sem maiores dificuldades.

\* \* \*

A entrada do artigo de Marta Antunes Moura é realizada sob a forma da remissão à realidade demográfica norte-americana, à qual logo se acopla uma exposição de dados referentes à experiência brasileira. Em ambos os casos, o que se diz é que a característica marcante da dinâmica populacional recente é o envelhecimento populacional, explicado como sendo o incremento, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, da população idosa. Além disso, menciona-se o fato de que cada vez mais pessoas vivem mais, o que alonga a expectativa de vida das populações, que se tornam plenas de homens e mulheres com mais e mais anos de vida.

Este tem sido um movimento habitual na produção contemporânea acerca do envelhecimento: o apelo ao regime de verdade que se ampara no poder dos números. Quando se pensa na

importância do argumento científico (muitas vezes, forjado nos moldes da racionalidade positivista, sem a porosidade a outros enquadramentos epistemológicos) no âmbito do campo espírita, o apelo ao elemento quantitativo de mostra como ainda mais inteligível. Ao espírita tem cabido o papel de procurar referenciar a sua fala em *dados da realidade*, e, para a racionalidade cientificista do século XIX, não haveria outra forma mais legítima de garantir este vínculo entre pensamento e a verdade do mundo empírico, a não ser o número.

Após a entrada em cena do argumento demográfico, o texto apresenta uma posição de relevo, considerando-se o lugar de enunciação a partir do qual se fala. Após a *informação*, entra em cena a *reflexão*, num movimento que se repete em quase todos os textos daquele periódico. Trata-se, no caso em apreço, de uma citação do médium baiano Divaldo Pereira Franco, talvez a mais autorizada voz espírita da atualidade no Brasil. Para Franco, tal como citado no artigo em apreciação, a velhice é um fato fisiológico, caracterizado por uma série de transformações corporais que ele associa à idade e que, todas, sinalizam para um declínio das funções vitais e das habilidades motoras e cognitivas. No entanto, enfatiza ele, isso é apenas um lado da questão, e talvez nem seja o mais relevante. Afinal, a dimensão psicológica da velhice é que importa, na medida em que uma série de ações pode garantir que, mesmo na velhice, a memória permaneça ativa, novos conhecimentos possam ser adquiridos e abençoadas experiências possam vir a ser realizadas. A chave para que este melhor cenário se realize consiste na articulação entre o trabalho e a preservação do equilíbrio emocional.

Há, ao menos, dois pontos a observar, aí. O primeiro diz respeito ao ideal a ser buscado quando da velhice. Num movimento de recusa aos sinais do desgaste do corpo, Franco indica que há uma terapêutica possível, a qual ajudará o indivíduo a per-

manecer, se não jovem, ao menos jovial. Haveria um ponto de equilíbrio na vida, o qual, conquistado, nos faria senhores de nós mesmos por mais tempo, o que enfraqueceria sobremaneira os significados associados geralmente à velhice.

O segundo ponto que gostaria de destacar está ligado à agenda desejada para o indivíduo desejoso de uma boa velhice, composta pelo par trabalho/equilíbrio emocional. Para Franco, a inatividade é causa de uma velhice experimentada como fracasso, declínio, naufrágio. Este ponto de vista, certamente assumido por Marta Antunes Moura, tem como um de seus pontos de apoio mais consolidados um dos saberes mais autorizados quanto à velhice. Assim, são os “modernos tratados de gerontologia” que emergem como avalistas da ideia de que “o trabalho é de suma importância para o idoso”. Não se faz ali o que já foi apontado – e, até mesmo, denunciado – pela historiografia: a dimensão humana, circunstancial, inventada da centralidade do trabalho na existência humana.

A imprensa espírita, aqui reverberando teses caras a amplos segmentos sociais e culturais contemporâneos, entre os quais a gerontologia, repercute sem um esforço crítico a naturalização do trabalho. Ao velho será interdita outra experiência subjetiva, portanto: ele deve ser útil, manter-se em movimento, produzir – para, assim, hominizar-se apesar do seu envelhecimento. Quase voltamos àquilo que foi expresso por F. Engels, quando definiu que o trabalho fez do homem um ser diferente do macaco (ALBUQUERQUE JR., 2011).

Sofisticando seu argumento, e assumindo, a seguir, o ponto de vista da judicialização das relações sociais (SCHEINVAR, 2009), o texto parte em busca de uma menção ao Estatuto do Idoso, apresentado então como o documento que obriga o Estado a garantir a permanência do idoso e da idosa no mercado de trabalho. Todas as demais possibilidades abertas por aquele

Estatuto são, no texto em apreço, deixadas à margem, em nome da iluminação do seu compromisso com a dimensão laboral do homem e da mulher que cheguem à velhice.

Numa passagem realizada sem transição, o texto avizinha ao Estatuto do Idoso passagens de uma das vozes mais célebres do Espiritismo (brasileiro): Emmanuel, o espírito mais frequente na psicografia de Francisco Cândido Xavier. Ora, apelar para aquela personagem no âmbito do espiritismo significa quase afirmar uma verdade revelada em relação à qual não cabem dúvidas. E a palavra mencionada trata, justamente, de um tema caro àquela discursividade religiosa: a ideia de que o trabalho é uma condição essencial e inegociável para o desenvolvimento (nos seus termos, a evolução) do espírito. O trabalho, entendido como uma ação realizada com prazer e no intuito de servir ao outro, é, para o espiritismo, a porta de entrada para a elevação espiritual – e o contrário é também apontado como verdadeiro.

O outro ponto fundamental levantado, vimos, trata do equilíbrio emocional. Por isso se entenderá um estado do indivíduo marcado pela experiência articulada do conhecimento com a caridade. Equilibrado é aquele que vive em si, ou seja, não apenas pratica, mas, além disso, internaliza profundamente o credo kardequiano, pelo qual saber cada vez mais e ser caridoso são condições essenciais de uma vida justa e correta. O espírito que desejar auferir uma boa velhice deverá, então, tornar-se alguém que, em todos os momentos, se esforça por aprender sempre mais. E, ao lado disso, ele tratará de viver a caridade em todos os momentos, vivendo para o outro mais que para si.

Por fim, emerge no texto a imagem do Centro Espírita como o espaço no qual os fios se juntam. Será ali, naquela instituição, que o espírito melhor encontrará os meios e os insumos para trabalhar em prol do próximo, para educar-se e para praticar a caridade. Neste momento do texto, de forma um pouco mais mar-

cada que nos demais, o “Reformador” paga o seu tributo à leitura realizada pela Federação Espírita Brasileira faz da obra de Alan Kardec. Outras práticas associativas, outras formas de vivência espírita serão subsumidas (e, talvez, desprovidas de legitimidade) frente ao ideal do Centro.

De acordo com a Revista em apreciação, nos Centros Espíritas os velhos e as velhas poderão exercer múltiplas atividades – inclusive as importantíssimas ações de acolhimento a outras pessoas de igual condição etária. A velhice, neste sentido, se diluiria num indiferenciado etário comum, no qual todas as experiências etárias se mesclariam em prol das ações do Centro Espírita.

Uma sucessão de imagens construídas a partir de idealizações da natureza se derrama pelo texto, nos seus momentos finais, numa citação longa de um texto atribuído a Humberto de Campos e psicografado por Chico Xavier. Ali somos expostos à ideia de que a velhice é o “fruto” do que se aprendeu ao longo da vida. A vida, aliás, é descrita como uma série de ramagens, umas de sucesso, outras mirradas desde cedo. A diferença entre umas e outras está no seu maior ou menor grau de adesão ao projeto divino. Deus, afinal, nos quer vivendo uma longa vida – mas uma vida útil a todos, atravessada pelo desejo de uma redução do eu em prol do bem do outro. Só assim, diz o texto, nós nos perderemos no infinito da divindade.

## V

Não poucos autores apontam para a importância extrema do elemento religioso na sociabilidade contemporânea. No que diz respeito ao campo religioso brasileiro, ainda que marcado por um acentuado fortalecimento de segmentos evangélicos (neo) pentecostais, as religiões mediúnicas, entre elas o espiritismo, são muito importantes.

No âmbito deste setor específico do campo religioso, entendido comumente como uma religião de letrados, a palavra impressa é fundamental (LEWGOY, 2004). No espiritismo kardecista, a mediação da palavra escrita (e, em muitos sentidos, de duas em especial: em primeiro lugar, a palavra psicografada; em segundo lugar, a palavra impressa) é condição essencial para a realização da fé. Os periódicos ocupam aí um papel especial, de difusão de ideias e de formação de subjetividades.

O sistema de crença espírita, assim, depende em grande medida de uma fruição, por seus integrantes, de textos cuja autoria pode ou não ser atribuída a espíritos desencarnados – mas que, de alguma forma, busquem redefinir os contornos da vida na Terra em face dos modelos ideais dos espaços sacralizados do além da morte.

No caso do periódico aqui analisado, o seu compromisso tem sido, ao longo de sua longa história, o de dar visibilidade a um projeto religioso e institucional preciso. Isto se faz mediante: a referência constante a fragmentos de obras canônicas no espiritismo; a publicação de artigos teóricos mais densos, nos quais certas questões de fé são reafirmadas; e, principalmente, pela atualização regrada da doutrina, o que se consegue através da exploração de temas atuais a partir da recuperação pontual de elementos textuais capturados aqui e ali, nas tais obras do cânone.

Ao tematizar a velhice, especialmente no texto analisado nas páginas anteriores, o espiritismo brasileiro deu provas de estar sintonizado com narrativas pouco dispostas a estranhar a etarização da vida, ou ao ideal de uma velhice bem-sucedida (aquela que é vivida como aberta ao trabalho e como definida pela manutenção, o mais possível, do equilíbrio emocional). E, ainda mais, considerando os modos pelos quais sua enunciação se faz, o “Reformador” torna-se espaço de veiculação de *verdades* interessadas não em outra coisa, a não ser na governamentalização da vida

como um todo. Mais especialmente, ali se cuida da velhice, etapa da vida naturalizada e cada vez mais entregue à responsabilidade de seus protagonistas, pensados não como seres sociais, mas como indivíduos senhores de suas escolhas e reféns de suas fragilidades. Deseja-se, desde ali, a fixação de uma identidade e, em paralelo, a regulação da vida biológica e moral da população. Do governo das almas ao governo dos corpos, do governo dos corpos ao governo das almas – num movimento, quem sabe, eterno.

## Referências

AGRA DO Ó, Alarcon. *Velhos em perigo. Imprensa, velhice e violência. Paraíba (1994-2005)*. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2014.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Mundos e imundos de(o) trabalho: por uma crítica histórica da emergência histórica da categoria trabalho. In. MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. (Org.) *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Editora da UFPE, 2011, p. 53-62.

ARAÚJO, Augusto César Dias de. *O Espiritismo, “esta loucura do século XIX”*. Ciência, filosofia e religião nos escritos de Alan Kardec. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: UFJF/ICH/Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 2014.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010.

ARRIBAS, Célia da Graça. *No princípio era o verbo*. Espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2014.

ARMSTRONG, Karen. *A Bíblia*. Uma biografia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.



AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos*. Gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre a França e o Brasil. Maceió: EDUFAL, 2009.

BRANDÃO, Vera & CORTE, Beltrina. Narrativas do envelhecimento. *Revista Kairós Gerontologia*, 19(1), pp. 121-148.

CANDIOTTO, Cesar & SOUZA, Pedro de. (Orgs.) *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTROT, Aline. Religião e política. In. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 331-363.

KUSCHIK, Christa Liselote Berger Ramos & MACHADO, Felipe Viero Kolinski. Compre, leia, siga e rejuvenesça! Sobre os sentidos movimentados e construídos por *Veja* acerca da velhice ao longo de sua história (1968-2014). *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 32, p. 138-150, ago. 2016.

LEWGOY, Bernardo. Etnografia da leitura num grupo de estudos espírita. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 255-282, dez. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832004000200011&lng=pt&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000200011&lng=pt&nrn=iso)>. Acesso em 05 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832004000200011>.

MAINGUENEAU, Dominique. Historicidade de um gênero de discurso: o sermão. In. \_\_\_\_\_. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 99-127.

MINOIS, Georges. *História da velhice no ocidente*. Da Antiguidade ao Renascimento. Lisboa: Teorema, 1999.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PONTY, Merleau. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

RICHS, John. *Bíblia: uma breve introdução*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

SCHEINVAR, Estela. Biopolítica e juridicalização das práticas de direitos. In. Rio de Janeiro: UFRJ/ FFP/DE/Projeto ECA: DIADIA/Laboratório de filosofia contemporânea, 2009.

SMITH, Wilfred Cantwell. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2006.

STOLL, Sandra Jacqueline. Religião, ciência ou auto-ajuda? Trajetos do Espiritismo no Brasil. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 361-402, 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000200003&lng=pt&nrm=iso)

[77012002000200003&lng=pt&nrm=iso](http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012002000200003)>. Acesso em 05 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012002000200003>.

# SOBRE OS ORGANIZADORES, AUTORAS E AUTORES

Francisco Vieira da Silva 

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

José Domingos 

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba. Membro do grupo Teorias do sentido: discursos e significações (TEOSSENO-CNPq-UEPB). Desenvolve pesquisas em Estudos do discurso, com interesse nas temáticas das subjetividades e relações de poder. E-mail: domingosuepb@gmail.com.

Tânia Maria Augusto Pereira 

Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professora efetiva do Departamento de Letras e Artes (DLA) e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba. Desenvolve pesquisas no campo da Análise do Discurso francesa, que contemplem a produção e circulação de diferentes discursos, procurando verificar a constituição e o funcionamento dos diversos dizeres que circulam na sociedade, entrelaçados em uma rede dialógica de saber-poder.

E-mail: taniaaugusto@servidor.uepb.edu.br

Adriano de Léon

Professor Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Lido com Teoria de Gênero, Teoria Queer. Ênfase teórica no pós-estruturalismo.

Alarcon Agra do Ó 

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Ligado à área de Teoria e Metodologia da História da Unidade Acadêmica de

História da Universidade Federal de Campina Grande - atualmente na condição de Professor Associado III. Atua como docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UAHIS.

Antônio Fernandes Júnior 

Professor da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Doutor em Estudos Literários com Pós-Doutorado em Linguística. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Análise do Discurso.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos 

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/FELCS. Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB com estágio-sanduíche na University of Georgia e em colaboração com o Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI - UGA/USA.

E-mail: genario.pinheiro@ufrn.br

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro 

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, com estágio no CEDITEC (Centre d'études des discours, images, textes, écrits e communications) - Sorbonne - Paris XII. Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri (URCA) e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (URCA).

Claudemir Sousa 

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara (UNESP). Sua área de interesse é a Análise do Discurso, atuando, principalmente, com os seguintes temas: reflexões teóricas e analíticas sobre a Análise do Discurso, identidade, sujeito, quilombo/quilombola, mídia e poder.

### Eliana Ismael Costa

Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco/CAA. Possui Estágio Pós-doutoral pela Universidade Complutense de Madrid-Espanha Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-SP. Tem experiência e interesse nos Estudos de Gênero, com ênfase nos processos discriminatórios e de preconceito e, suas interrelações sociais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1517693011941527>

### Jefferson Campos

Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Fundação Universidade Federal de Rondônia, campus Porto Velho (DALV/UNIR).

E-mail: [jeffersongustavocampos@gmail.com](mailto:jeffersongustavocampos@gmail.com)

### Maria Eliza Freitas do Nascimento

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN); realizou Estágio Pós-doutoral em História (UFPE); doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB);

E-mail: [elizamfn@hotmail.com](mailto:elizamfn@hotmail.com)

### Maurício Divino Nascimento Lima

Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no Colégio Municipal Santa Terezinha, Corumbalza, Goiás.

### Nilton Milanez

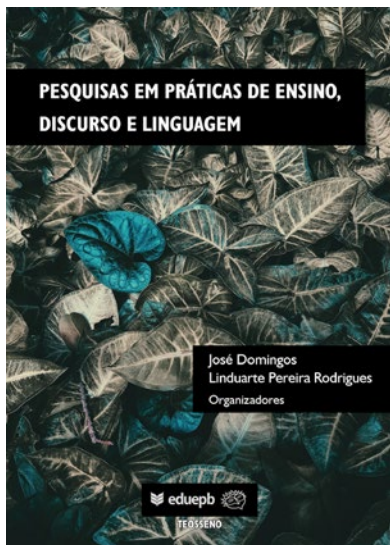
Pós-doutorado (PDE/CNPq) em discurso, corpo e cinema na Sorbonne Nouvelle, Paris 3. Professor Titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araquara. Professor do programa de Mestrado e Doutorado em Memó-

ria, Linguagem e Sociedade e no Programa de Mestrado em Linguística na UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**Samene Batista P. Santana** 

Pós doutorado pelo Centro Internacional de Pesquisa em Direitos Humanos da Universidade Mediterranea International Centre for Human Rights Research (Reggio Calabria, Italy). Doutora pelo programa de pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora na UNEB - Universidade Estadual da Bahia.

## Leia na Série Linguagem e Discurso



### **Pesquisas em práticas de ensino, discurso e linguagem**

José Domingos & Linduarte Pereira Rodrigues (orgs.)

2021, 237p.

Artigos sobre discurso e linguagem no ensino.

Edição digital



### **Pesquisas em práticas discursivas, sentidos e subjetividades**

José Domingos & Linduarte Pereira Rodrigues (orgs.)

2021, 242p.

Artigos sobre discurso e linguagem no ensino.

Edição digital

Baixe os livros na Marca de Fantasia

Baixe os livros na EDUEPB

# FOUCAULT E MÍDIA

## Entre pirotecnias e reflexões

Francisco Viéira da Silva  
José Domingos  
Tânia Maria Augusto Pereira  
(orgs.)

 eduepb   
TEOSSENO

 eduepb   
TEOSSENO